MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
FUNDAÇÃO OSORIO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

RIO DE JANEIRO

2018

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
FUNDAÇÃO OSORIO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017, da DN TCU nº 163/2017, Port nº 65/2018-TCU e das orientações do órgão de controle interno.

RIO DE JANEIRO - RJ

2018

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

1º EF– 1º Segmento do Ensino Fundamental
2º EF – 2º Segmento do Ensino Fundamental
AExFO – Associação de Ex-Alunos da Fundação Osorio
APAFO – Associação de Pais de Alunos da Fundação Osorio
CA – Corpo de Alunos
CAp/UFRJ – Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CBMERJ – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
CCIEx – Centro de Controle Interno do Exército
CMEBF - Carreira do Magistério Básico Federal
CmdoEx– Comando do Exército
CMRJ – Colégio Militar do Rio de Janeiro
Coord – Coordenação
CoordTec – Coordenação Técnico
DN – Decisão Normativa
DE – Divisão de Ensino
DECEX – Departamento de Educação e Cultura do Exército
Div Adm – Divisão de Administração
Div Aud – Divisão de Auditoria
EB – Exército Brasileiro
EF- Ensino Fundamental
EI – Educação Infantil
EM – Ensino Médio
EM/Profis – Ensino Médio/Profissionalizante
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FO – Fundação Osorio
GRU –Guia de Recolhimento da União (GRU).
ICFEx – Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército
IN – Instrução Normativa
OM – Organização Militar
OE – Objetivo Estratégico
MD – Ministério da Defesa
MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
PDTI – Plano Diretor da Tecnologia da Informação
ProcJur – Procuradoria Jurídica
PPI- Projeto Pedagógico Institucional
PGE- Plano Geral de Ensino
PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Pronatec – O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
UG – Unidade Gestora
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora
QCP – Quadro de Cargos de Pessoal
QLPC - Quadro de Lotação do Pessoal Civil
RG – Relatório de gestão
RP – Restos a Pagar
SALC – Seção de Aquisição, Licitações e Contratos
SAprv – Serviço de Aprovisionamento
SComSoc – Seção de Comunicação Social

SRH – Serviço de Recursos Humanos
STE – Seção Técnica de Ensino
STI – Seção da Tecnologia da Informação
STrnsp – Seção de Transportes
TI – Tecnologia da Informação
TCU – Tribunal de Contas da União

LISTA DE QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1	Identificação da unidade	10
Quadro 2	Quantidade de Solicitação de Vagas	12
Quadro 3	Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	14
Quadro 4	Macroprocesso Finalístico do 1º segmento do Ensino Fundamental	18
Quadro 5	Macroprocesso Finalístico do 2º segmento do Ensino Fundamental	21
Quadro 6	Macroprocesso Finalístico do Ensino Médio	24
Quadro 7	Mapa Estratégico	27
Quadro 8	Objetivos Estratégicos e principais estratégias	28
Quadro 9	Competência Institucional	34
Quadro 10	Ação/Subtítulos – OFSS	35
Quadro 11	Ações não Previstas LOA 2017 - Restos a Pagar – OFSS	44
Quadro 11A	Ações não Previstas LOA 2017 - Restos a Pagar – OFSS	44
Quadro 12	Ações de Orçamento de Investimento	45
Quadro 13	Despesas por Modalidade de Contratação	48
Quadro 14	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	49
Quadro 15	Indicadores de Desempenho	51
Quadro 16	Punições administrativas aplicadas	58
Quadro 17	Principais causas das Punições aplicadas	58
Quadro 18	Força de Trabalho	62
Quadro 19	Distribuição da Lotação Efetiva	62
Quadro 20	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	62
Quadro 21	Pessoal em Apoio em função das Parcerias	63
Quadro 22	Afastamentos de Pessoal	64
Quadro 23	Custos do Pessoal	65
Quadro 24	Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos	67
Quadro 25	Frota de Veículos de Propriedade da União	71
Quadro 26	Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis Da União	73
Quadro 27	Cessão de espaço físico em imóvel da União (resumo)	75
Quadro 28	Informações Complementares sobre cessão do espaço físico em imóveis da União	75
Quadro 29	Principais Sistemas de Informações	77
Quadro 30	Integrantes da STI	78
Quadro 31	Aspectos da Gestão Ambiental	80
Quadro 32	Comparativo de Determinações e Recomendações	88
Quadro 33	Deliberações do TCU que permanecem pendentes	88
Quadro 34	Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno	89
Quadro 35	Demonstrativos das Despesas pagas com os recursos do FNDE	91
Quadro 36	Processo de Verificações da conformidade contábil	95
Quadro 37	Quantidade de ocorrências observadas no exercício	95
Quadro 38	Ocorrências e principais justificativas	95

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 8
1. IDENTIFICAÇÃO E VISÃO GERAL..... 10
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE 10
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS..... 10
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL..... 13
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS..... 17
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS..... 26
2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL..... 26
2.2. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO..... 35
2.3. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS..... 48
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL..... 51
3. GOVERNANÇA GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS..... 55
3.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA..... 55
3.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA E AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS..... 57
3.3. GESTÃO DE RISCOS E OS CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO..... 58
3.4. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES..... 61
3.5. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA..... 61
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO..... 62
4.1. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS..... 62
4.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA..... 71
4.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO..... 77
4.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE..... 79
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE..... 82
5.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO..... 82
5.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO..... 82
5.3. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE..... 82
5.4. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS..... 83
6. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO..... 84
6.1. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO..... 84
6.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS..... 85
6.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DOS CUSTOS 85
6.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS..... 87
6.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 6.404/76 E NOTAS EXPLICATIVAS 87
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE 88
7.1. ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE..... 88

7.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO 89

7.3. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES (ART. 5º DA LEI 8.666/93)..... 89

7.4. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO..... 90

7.5. INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA..... 90

8. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO..... 91

8.1. DESTAQUE DE CRÉDITO RECEBIDO DO FNDE 91

8.2. DESTAQUE DE CRÉDITO PARA O ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME) – UG 160087..... 91

8.3. DESTAQUE DE CRÉDITO DO FUNDO DO EXÉRCITO 91

8.4 APLICAÇÃO FINANCEIRA..... 92

9. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES..... 92

9.1.. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO..... 92

9.2. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NO SIASG E NO SICONV..... 92

9.3. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISAC..... 94

9.4. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DBR..... 94

9.5. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO..... 94

9.6. DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL..... 95

9.7. DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SIAFI 96

9.8. RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE..... 96

9.9 RELATÓRIO E/OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA 96

9.10. PARECER DE CONSELHO..... 96

10. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 97

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I - Informações Complementares sobre o Patrimônio Imobiliário
Anexo II - Balanço Financeiro da Fundação Osorio
Anexo III - Balanço Orçamentário da Fundação Osorio
Anexo IV - Demonstrações das Variações Patrimoniais - Todos os Orçamentos da Fundação Osorio
Anexo V - Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Todos os Orçamentos da Fundação Osorio
Anexo VI - Balanço Patrimonial da Fundação Osorio
Anexo VII - Relatório e Parecer da Auditoria Interna da Fundação Osorio
Anexo VIII - Relatório de Instância ou Área de Correição

APRESENTAÇÃO

O encerramento do ano de 2017 representou mais uma etapa vencida pela Fundação Osorio ao constatarmos e difundirmos os resultados do trabalho desenvolvido por toda a equipe de integrantes da escola. Muitas novas ações foram implementadas e outras concluídas com pleno êxito. Acreditamos que o presente relatório poderá demonstrar essas realizações.

As ações de melhoria contínua têm permitido o desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos com elevado nível de satisfação para os clientes, ou seja, a parcela da sociedade, representada aqui pelos pais e responsáveis legais dos alunos que concluíram com aproveitamento os cursos e séries de ensino fundamental e médio. Essa vitória em 2017 só foi possível devido aos continuados esforços dos integrantes da Fundação Osorio na plena conquista dos objetivos estratégicos da escola, incluídos aí chefes, executores, supervisores e demais colaboradores, todos bastante comprometidos.

O presente Relatório de Gestão (RG) contém uma descrição sucinta das atividades realizadas e está sendo divulgado à comunidade escolar, ao Conselho Deliberativo da FO, ao Órgão de Controle Interno, ao TCU e à sociedade. Nele estão incluídas as principais realizações do ano passado, demonstrando a efetiva utilização dos recursos públicos provisionados na LOA/2017.

O formato está estruturado segundo as orientações e atos normativos expedidos pelo TCU, tendo por referência os seguintes instrumentos legais: Instrução Normativa TCU Nº 63/2010; Decisão Normativa TCU n° 161/2017, Decisão Normativa TCU n° 163/2017 e Port nº 65/2018-TCU.

O conteúdo deste relatório está grupado nos capítulos que se seguem:

- Identificação e Visão Geral da Unidade;
- Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário;
- Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Áreas Especiais de Gestão;
- Relacionamento com a Sociedade;
- Informações Contábeis e Desempenho Orçamentário e Financeiro;
- Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle; e
- Outras Informações sobre a Gestão.

Integram, ainda, este relatório os seguintes documentos: o Parecer da Auditoria Interna, o Parecer do Conselho Deliberativo e as Declarações de Integridade e as Informações sobre Gestão do Patrimônio Imobiliário.

Alguns itens previstos no modelo preconizado na DN TCU nº161/2017 não se aplicaram à Fundação, tais como: contas relacionadas diretamente à execução do Plano Plurianual (PPA); reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; informações sobre renúncias de receita e locação de viaturas. Cabe ressaltar que a Fundação Osorio não remunera administradores e membros do Conselho Deliberativo. Também não contratou nenhuma empresa para realizar auditoria independente.

Apesar das dificuldades enfrentadas, todos os agentes da administração se empenharam decididamente com os meios disponíveis para a consecução das atividades previstas no Plano de Gestão, Projeto Pedagógico Institucional (PPI), no Plano Geral de Ensino (PGE) 2017 e no Plano de Ação Anual (PAA) 2017, que orientam e traduzem as ações implementadas em proveito da atividade-fim desta escola, disseminando princípios e valores, contribuindo para o pleno exercício da cidadania, capacitando pessoas para prosseguirem nos seus estudos e ingressarem, futuramente, na cadeia produtiva do país.

A Fundação Osorio, por ser uma UO, tem autonomia e características que lhe conferem responsabilidade pela gestão do seu pessoal, do seu patrimônio e competência própria para gerir com seus próprios meios, todos os programas de trabalho que lhe são consignados na LOA. A grande quantidade de claros no seu QCP (falta de pessoal) continua a prejudicar os trabalhos em

curso, mas as diversas alternativas de apoio implementadas (acordos de parceria) têm minimizado o problema e permitido o cumprimento da missão.

Como já foi destacado anteriormente, os acordos e parcerias estabelecidos com o EB, PMERJ e CBMERJ têm minimizado os problemas da falta de pessoal, permitindo o efetivo funcionamento da Escola. Os integrantes da Fundação Osorio têm, incansavelmente, perseguido as boas práticas de gestão, conciliando os meios disponíveis com o trabalho a executar, sempre orientados pela legislação e pelas regras vigentes.

Apesar de todas essas dificuldades, a execução orçamentária se desenvolveu normalmente, sem qualquer restrição advinda de contingenciamento, liberação de créditos, limites de pagamento e/ou atrasos em repasses do financeiro, o que, conforme será demonstrado neste relatório concorreu para esta UPC tenha cumprido satisfatoriamente sua missão no exercício de 2017.

O presente relatório tem por objetivo apresentar o que foi feito no ano passado, mostrando alguns números/indicadores referentes a esses resultados.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
FUNDAÇÃO OSORIO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO E VISÃO GERAL

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Quadro 1 - Identificação da unidade

Poder e Órgão de vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de vinculação: Ministério da Defesa			**Código SIORG:** 8406	
Identificação da Unidade				
Denominação completa: Fundação Osorio				
Denominação abreviada*:* FUSOR				
Código SIORG: 8406	**Código LOA*:*52.222**		**Código SIAFI**	
			UGO	**52.222**
			UGR	**164.204**
			UGE	**164.204**
Natureza Jurídica: Órgão Público	**CNPJ:** 34.143.842/0001-14			
Principal Atividade: Ensino Fundamental e Médio com Profissionalizante			**Código CNAE:**8021-7	
Telefones/Fax de contato	(21) 2273-7447	(21) 2273-5448	(21) 2502-2055	
Endereço Eletrônico: divadm@fosorio.g12.br				
Página da Internet: www.fosorio.g12.br				
Endereço Postal: Rua Paula Ramos nº 52, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.261-210				
Órgãos / Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade				
Código SIAFI		**Nome**		
164204		Fundação Osorio		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade				
Código SIAFI	**Nome**			
164204	Executora /Orçamentária 52.222			

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

1.2.1. Finalidade

Promoção da Educação Básica, desenvolvendo competências para o trabalho e exercício da cidadania (Reg 001909/68-MEC e 230/74-SEC).

1.2.2. Competência Institucional

Nos primórdios, como Orfanato Osorio, sua competência institucional era prestar assistência às filhas órfãs de militares de terra e mar.

O Estatuto da Fundação Osorio, aprovado pelo Decreto nº 1.944, de 27 de junho de 1996,atribui a esta UPC a finalidade de instruir, profissionalizar, educar e, em especial, ministrar o ensino de primeiro e segundo graus (atualmente Ensinos Fundamental e Médio/Profissionalizante)

aos filhos e dependentes legais de militares do Exército e demais Forças Singulares.

1.2.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

- Decreto nº14856, de 01 de junho de 1921 - cria o "Orfanato Ozorio", ficando subordinado ao Patronato de Menores, para prestar assistência exclusivamente às filhas órfãs de militares de terra e mar;

- Decreto nº 16.392, de 27 de fevereiro de 1924, com a denominação de Fundação Osorio perde a vinculação com o Patronato de Menores e passa a ser autônoma;

- Decreto-Lei nº 8.917, de 26 de janeiro de 1946 - garante às órfãs dos militares de terra, ar e mar, tratamento educacional e instrutivo e equivalente ao que é conferido aos órfãos dos mesmos militares, nos colégios militares do país, mantendo conjuntamente com a feição de colégio-lar, os cursos ginasial, doméstico e secretariado;

- Lei nº 9026, de 10 de abril de 1995, A Fundação Osorio passou a pessoa jurídica de direito público vinculada ao Ministério do Exército (hoje Comando do Exército);

- Decreto nº 1.944, de 27 de junho de 1996, aprova o Estatuto da Fundação Osorio e o Regimento Interno;

- Decreto nº 6.129, de 29 de junho de 2007, vincula a Fundação Osorio ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército.

1.2.4. Ambiente de atuação

A Fundação Osorio, escola do Sistema Federal de Ensino, subordinada ao Ministério da Defesa e vinculada ao Comando do Exército, por delegação ministerial, tem por missão estatutária "ministrar a Educação Básica e a Educação Profissional". Não conta com outras dotações e subvenções, além das destinadas à administração da unidade e aos programas de trabalho do ensino assistencial, consignadas na Lei Orçamentária Anual e não participa da cadeia logística de qualquer outra instituição. A Fundação, atualmente, conta com limitado quadro de pessoal próprio e convenientemente capacitado para ocupar as funções administrativas. Apesar dessa limitação, persegue seus objetivos estratégicos com muita determinação.

A Fundação Osorio, geograficamente, está localizada numa área privilegiada da Cidade do Rio de Janeiro. Cercada de área verde preservada da Mata Atlântica, na rua Paula Ramos nos nº 52 e 165, no Rio Comprido, ao lado do túnel Rebouças - que liga a zona norte à zona sul da cidade - localiza-se perto do asfalto, mas bem longe do barulho característico dos grandes aglomerados urbanos. Ocupa uma área de aproximadamente 0,6 km² que se estende pela encosta nordeste em área de preservação ambiental até a Estrada do Sumaré, ao sopé do Maciço da Tijuca.

Em razão da sua localização privilegiada, por se encontrar na região central da cidade do Rio de Janeiro, o que facilita a comunicação com todos os bairros da cidade, atende, não apenas a crianças, jovens e adolescentes dos bairros próximos, mas também aos oriundos de bairros distantes e até de outros municípios, próximos à cidade. O crescente clima de insegurança reinante em nossa cidade tem atrapalhado o trabalho da Escola, mas, até agora, não inviabilizou o cumprimento da sua missão.

Está localizada ao lado da Comunidade da Paula Ramos (que é uma das entradas da Comunidade do morro do Turano). Essa proximidade acarreta expectativas nos moradores que se traduzem em demanda por vagas para matrícula. No sentido de satisfazer parte do anseio de nossos vizinhos, esta UPC, embora não sendo essa atribuição estatutária, reserva, anualmente, um percentual das vagas disponíveis para atender a essas solicitações. Com isso, em 2017, estavam matriculados 22 (vinte e dois) alunos residentes da Comunidade supracitada.

A Fundação alicerçada na sua visão de futuro de ser reconhecida, até 2021, como instituição de ensino de referência, pela excelência da educação que ministra de forma integral, tem perseguido a melhora contínua na qualidade do seu ensino. O número de aprovações de seus concludentes do Ensino Médio para os cursos do ensino superior vem demonstrando que a Escola está no caminho correto.

Nos últimos dois anos, vem sendo observado um aumento na procura por vagas para matrícula, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 2–Quantidade de Solicitação de Vagas para Matrícula

Nº Solicitações de Vaga p/ Matrícula			Proporção de candidatos por vaga disponível
No Ano	**Candidatos**	**Disponibilidade de Vagas**	
2015	3.770	135	29/1
2016	4.256	149	32/1
2017	5.781	120	48/1
2018	6.699	140	48/1

Fonte: Secretaria Escolar

O crescimento da violência e da insegurança são constantes preocupações da Fundação e representam dois fatores de riscos importantes para o funcionamento pleno da Escola, pois as instalações escolares estão localizadas nas proximidades das comunidades do Turano, Prazeres, São Carlos, Querosene e Paula Ramos – esta última atendida por uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na entrada da Escola.

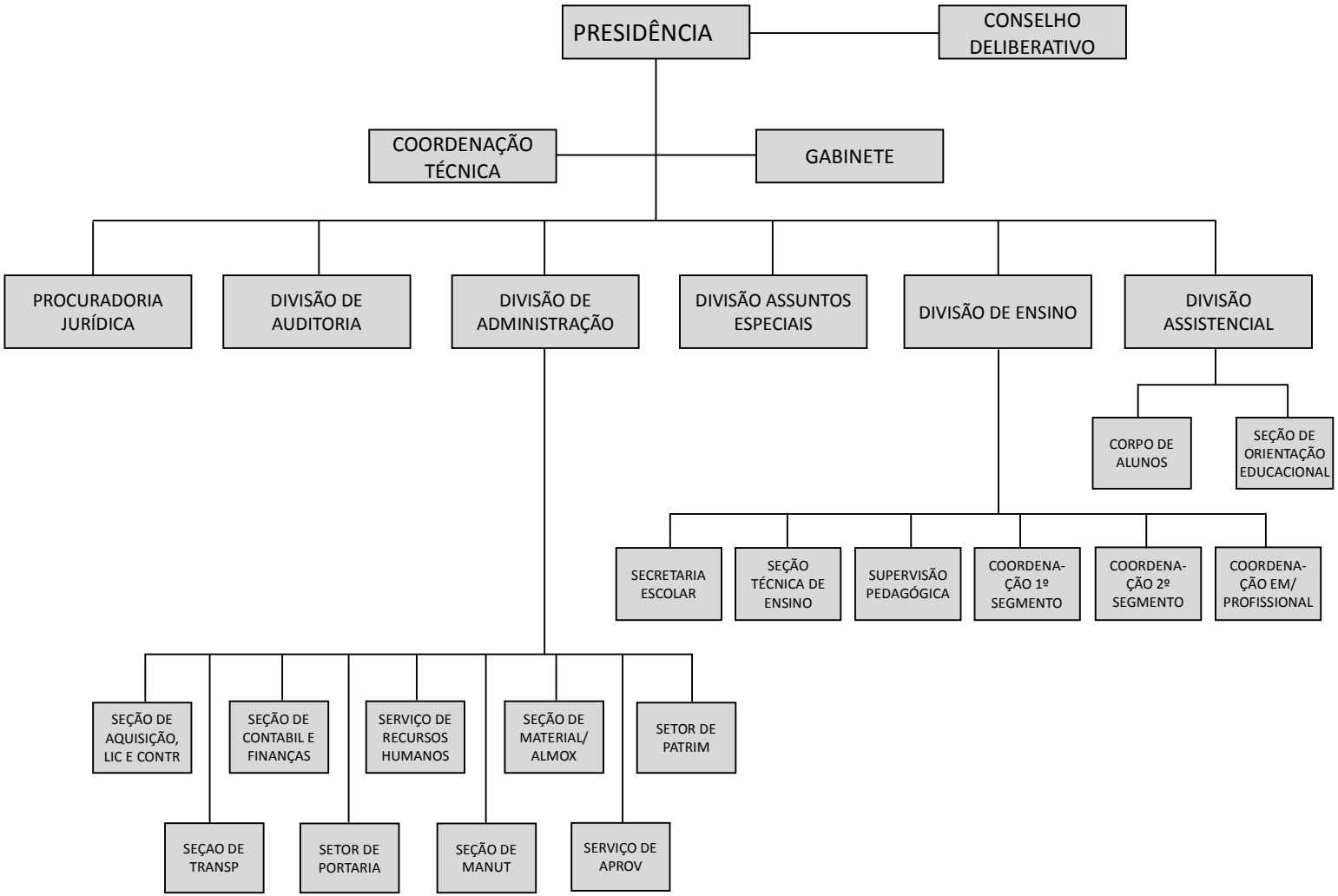
Em 2017, ocorreram confrontos de traficantes de facções rivais, bem como, com as forças policiais, fato que trouxe inquietação e exigiu cuidados especiais para a circulação dos alunos. Contudo, não houve qualquer prejuízo ou interrupção das atividades escolares. A Polícia Militar instalou uma UPP que ocupa posição em frente ao Portão Principal de entrada da Escola.

A Escola procura mostrar para as empresas terceirizadas, que prestam serviços à Fundação as vantagens da contratação de colaboradores, que residam na comunidade, pois reduzi as despesas com transporte, diminui o absenteísmo e os atrasos ao trabalho. Em virtude disso, há porteiros, pessoal de limpeza, de cozinha e de manutenção predial que moram nas proximidades e que prestam serviços à Escola.

No município do Rio de Janeiro, além da Fundação Osorio existem outras Instituições federais que oferecem serviços educacionais similares. Destacam-se o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), o Colégio Pedro II e o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ), que ministram a educação de nível fundamental e de nível médio. Embora semelhantes esses estabelecimentos de ensino têm características distintas.

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Fundação Osorio tem a seguinte organização administrativa



Quadro 3 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação Técnica	Exerce a supervisão das atividades de ensino, de assistência físico-psicológica e do apoio administrativo.	Josevaldo Souza Oliveira	Coordenador Técnico	01/Jan - 31/Dez
Procuradoria Jurídica	É órgão vinculado à Advocacia Geral da União, à qual compete: - representar a Fundação Osorio em juízo, ativa e passivamente; - assistir à Presidência e demais gestores em assuntos relacionados à ordem jurídica.	Melquíades Soares dos Santos	Procurador Jurídico	01/Jan - 31/Dez
Divisão de Ensino	Planeja, coordena e conduz a as atividades pedagógicas e culturais, por meio de suas seções estratégicas, ministra o ensino regular, bem como outros cursos e ações de educação continuada.	Sueli Guimarães Gomes	Chefe da Divisão de Ensino	01/Jan - 31/Dez
Seções de Coordenação do Ensino	Coordenam a aplicação das Verificações e Provas destinadas a avaliar o rendimento dos alunos; Providenciam os meios necessários às atividades didáticas e Fiscalizam o cumprimento dos horários escolares estabelecidos.	Lillian Auguste Bruns Carvalho	Chefes da Seção de Coordenação do 1º Segmento do Ensino Fundamental	01/Jan - 28/Fev
		Maria Helena Matias		01/Mar - 31/Dez
		Luciana Guedes Guimarães	Chefe da Seção de Coordenação do 2º Segmento do Ensino Fundamental	01/Jan - 01/Fev
		Cristina da Silva Machado		02/Fev - 31/Jul
		Ana Lucia Rosa		01/Ago - 31/Dez
		Ana Luiza Santos Rabello	Chefe da Seção de Coordenação do Ensino Médio	01/Jan - 31/Dez
Supervisão Pedagógica	Coordenam as atividades de ensino-aprendizagem e a	Ana Cristina Castanheira da Cruz	Supervisora Pedagógica do 1º SE	01/Jan a 31/Dez
		Lillian Auguste Bruns Carvalho	Supervisora Pedagógica do 2º SE	01/Jan a 31/Dez
		Ivan Soares dos Santos	Supervisora Pedagógica do EM	01/Jan a 31/Dez

Seção Técnica de Ensino	Realiza o planejamento, a coordenação, o controle e a avaliação do ensino e da aprendizagem; Elabora e atualiza o Plano Geral de Ensino (PGE) e Realiza os trabalhos de estatística e de medidas de aprendizagem necessárias às atividades pedagógicas.	Ivan Soares dos Santos	Chefe da Seção Técnica de Ensino	01/Jan - 31/Dez
Núcleo de Informática Educativa	Coordena o sistema de Gestão de Notas, banco de dados e microfilmagem de documentos; Supervisiona a manutenção da rede de informática e Mantém os Laboratórios de Informática e de Línguas Estrangeiras.	Mário Eduardo Coutinho de Oliveira	Chefe do Núcleo de Informática Educativa	01/Jan - 31/Dez
Divisão Assistencial	Planeja, coordena, controla e avalia a execução das atividades de apoio social e psicológico; Desenvolve os projetos voltados à orientação profissional e estágios de alunos.	Andrea Márcia Gonçalves Campos	Chefe da Divisão Assistencial	01/Jan - 31/Dez
Divisão de Administração	Planeja, coordena, controla e executa as atividades de execução orçamentária e processamento da despesa; Fornece o apoio logístico; Executa a gestão patrimonial; Realiza os processos licitatórios para aquisição de material e contratação de serviço; Fornece o apoio de transporte; Fiscaliza e controla as empresas contratadas, em regime de terceirização, para os serviços de conservação e asseio, portaria, manutenção das instalações; Fornece, por meio do Serviço de Aprovisionamento, a Merenda Escolar e Realiza, por meio do Serviço de Recursos Humanos, a Gestão de Pessoas	João Meirelles Filho	Chefe da Divisão de Administração	01/Jan - 31/Dez

Divisão de Assuntos Especiais	Planeja, coordena a execução das atividades relacionadas a projetos especiais e promove ações de cooperação técnica; Acompanha o desenvolvimento das parcerias.	Samuel Roberto da Silva	Chefe da Divisão de Assuntos Especiais	01/Mar - 31/Dez
Divisão de Auditoria	Acompanha, orienta e fiscaliza a gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos. Emite parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos atos e fatos administrativos.	Marcos Bismarques Carrera Maia	Chefe da Divisão de Auditoria	01/Jan - 31/Dez
Secretaria Escolar	Organiza e mantém os registros escolares dos alunos e ex-alunos; Organiza e mantém as atividades de arquivo e expediente da Divisão de Ensino; Executa as atividades relativas à matrícula e ao desligamento dos alunos; Elabora históricos, diplomas e declarações.	Alfredo Hermes Tavares de Lima	Secretário Escolar	01/Jan - 31/Dez

1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A Fundação Osorio é uma instituição voltada para a educação. Possui 03 (três) macroprocessos finalísticos, que desenvolvem Atividades Pedagógicas, de Acompanhamento e Avaliação desde a Seleção e Matrícula dos alunos até a aplicação de avaliações escolares e conclusão das suas diferentes etapas.

Os três macroprocessos são sucessivos e se estende ao longo de 12 anos. Dessa forma, o primeiro macroprocesso tem início quando a criança ingressa na Fundação, ao seis anos de idade, no primeiro ano do 1º Segmento Ensino Fundamental (EF) e se encerra quando término do 5º ano desse segmento escolar. O segundo macroprocesso começa quando o aluno ingressa no 6º ano do 2º Segmento EF e termina quando ele conclui o 9º ano. Já o terceiro macroprocesso tem seu início caracterizado pelo ingresso do jovem no 1º ano do Ensino Médio/Profissionalizante e seu término é a conclusão desse ensino ao final do 3º ano, quando o aluno deixa a nossa escola.

O desenvolvimento desses 3 (três) macroprocessos levou em conta aspectos teóricos, diretrizes, parâmetros e controles estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Plano Geral de Ensino (PGE), além do planejamento estratégico e do seu Plano de Gestão (PG) e do Plano de Ação Anual (PAA).

Cabe registrar que:

- PPI, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), é um documento que foi elaborado de forma participativa e colaborativa, originado no seio da coletividade docente, discente e administrativa. Ele é o documento que dá uma identidade à escola.
- PGE atua no plano tático e operacional. Ele é de periodicidade anual e regula o conjunto de atividades de ensino, a fixação de datas, os calendários e as normas de execução necessárias ao desenvolvimento do ano letivo. Este documento estabelece também as principais diretrizes da Presidência e da Divisão de Ensino com relação à metodologia do ensino, critérios de avaliação e formas de desenvolver o ensino-aprendizagem na Fundação Osorio (FO).
- Plano de Gestão (trianual) e o PAA (anual) dão prosseguimento às atividades de gestão, voltados para as ações, os procedimentos e resultados, principalmente quanto aos meios e recursos para desenvolvê-las(os).

a) Macroprocesso Finalístico do 1º segmento do Ensino Fundamental

Quadro 4 – Macroprocesso Finalístico do 1º segmento do Ensino Fundamental

Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Ensino – Ministrar A Educação Básica para o 1º segmento do Ensino Fundamental	Aluno formado apto a ingressar no 2º segmento do Ensino Fundamental	Pais e responsáveis pelos alunos Sociedade	Divisão de Ensino Divisão Assistencial Corpo de Alunos
Descrição das Principais Atividades			
Gestão Pedagógica - atividades de planejamento, coordenação, controle e avaliação das ações de ensino para o 1º segmento do Ensino Fundamental. Inclui a gestão de currículos (de forma integrada e articulada), a normatização do ensino e o monitoramento da legislação vigente.	Projeto Pedagógico Institucional Plano Geral de Ensino	Docentes	Supervisão Pedagógica Coordenações dos Cursos Pais e responsáveis pelos alunos
Acompanhamento e Avaliação - atividades necessárias para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, considerando o processamento das verificações (provas), a apuração dos resultados, os aspectos pedagógicos, sociológicos, psicológicos, sensoriais e culturais, e a implementação de programas de melhoria da aprendizagem. Inclui a avaliação o acompanhamento e orientação psicopedagógica dos alunos do 1º segmento do Ensino Fundamental.	Avaliação da Aprendizagem Acompanhamento do Processo Reforço Escolar	Alunos	Seção Técnica de Ensino Docentes Divisão Assistencial
Processamento da Seleção e Matrícula - Compreende as atividades necessárias ao planejamento e execução do processo de seleção para ingresso de novos alunos, matrícula, renovação de matrícula e desligamento no 1º segmento do Ensino Fundamental. Estão incluídos a emissão e o controle de toda a documentação escolar.	Processo de seleção	Militares das Forças Armadas, Auxiliares e a sociedade como um todo	Secretaria Escolar
	Matrícula e Renovação matrícula, Desligamento e Transferência, Certificados, Histórico Escolar e Certidões	Alunos	

No 1º Segmento do EF, o aluno tem carga horária escolar de 6.000 horas de atividades, nas quais são ministradas aulas de diferentes disciplinas, executadas provas de avaliação da aprendizagem, além de atividades de pesquisa e estudos, tais como: visitas externas, excursões, passeios, participação em competições desportivas, intercâmbios e atividades culturais e musicais.

Os principais insumos utilizados na escola para apoiar as atividades de ensino são: energia elétrica; água; gás; meios de comunicações; itens de material de expediente (principalmente papel), de limpeza e higiene e de TI, tais como, cartuchos de *toner*, placas, periféricos e etc.; gêneros alimentícios; combustíveis; e ainda, livros didáticos distribuídos pelo MEC e as apostilas montadas pelo Corpo Docente.

A Gestão Pedagógica é o macroprocesso propriamente dito da atividade-fim da escola – que é a educação. Ela é uma atividade desenvolvida ininterruptamente durante os trabalhos, pois compreende o planejamento, a coordenação, a execução, o controle e a avaliação do ensino-aprendizagem. É atribuição da Divisão de Ensino, que a conduz por intermédio da Supervisão Pedagógica e que serve de elo entre as Coordenações dos Cursos (1º Segmento do Ensino Fundamental, 2º Segmento do Ensino Fundamental e o Ensino Médio/Profissionalizante).A supervisão promove, também, as seguintes atividades: estágios de atualização pedagógica para docentes, elaboração e coordenação dos documentos de ensino, condução e execução de atividades culturais.

O desenvolvimento da Gestão Pedagógica é norteado pelo Projeto Político Institucional (PPI) e pelo Plano Geral de Ensino (PGE), elaborado a cada ano, estabelecendo as ações necessárias para dar cumprimento às políticas expressas no PPI. O processo de acompanhamento e avaliação, desdobramento da Gestão Pedagógica, consiste na análise e aprovação das propostas dos instrumentos de avaliação elaborados pelos docentes, com vistas à aferição do rendimento escolar dos alunos.

O Acompanhamento e a Avaliação da aprendizagem é uma atividade intrínseca a todos os macroprocessos, é uma atividade contínua e realizada durante ano letivo. O processo consiste em analisar e aprovar as propostas dos docentes para avaliação da produtividade da atividade-fim e realizar a aplicação das avaliações propriamente ditas.

"Educar para a formação crítica e autocrítica do jovem" é uma filosofia que requer um trabalho pedagógico que tenha por objetivo possibilitar que o educando seja capaz de estabelecer suas próprias relações a partir do que lhe é apresentado e que seja agente do seu processo de construção do conhecimento Assim, a equipe de professores do 1º segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) conduziu no ano de 2017 os seguintes projetos pedagógicos:

- "Um mergulho no mundo das letras"
- "Quem canta seus males espanta"
- "O carteiro chegou"
- "Ciranda literária"
- "Amizade"
- "Meio ambiente"
- "Saltimbancos"
- "Pinóquio"
- "Turismo sustentável no RJ"
- "Valorização do idoso"
- "Conservando a natureza"
- "Festa Junina"
- "Show de talentos"
- "Apresentação musical"
- "Aulas públicas de música"
- "Valores eternos"
- "Horta Pedagógica"

Cabe destacar dois projetos que tiveram repercussão "extra muros", são eles:

- Valorização do Idoso – foi desenvolvida a atividade "Chá dos Avós", no qual pela primeira vez, as turmas do 5º ano organizaram uma linda e marcante homenagem aos seus vovôs e vovós. O chá foi fruto da idéia de fortalecer o vínculo afetivo e familiar e o respeito pelos mais velhos. As professoras organizaram uma homenagem para aqueles que são referência em amor, afeto, compreensão, doçura e proteção. No decorrer o primeiro semestre de 2017 os alunos trabalharam o livro "Bisa Bia, Bisa Bel", de autoria de Ana Maria Machado. A autora conta que escreveu pela saudade que sentia das avós e queria contar sobre ela para os filhos.
- "Horta Pedagógica" – com a participação incondicional das famílias e com a alegria e entusiasmo, a Profª Ana Cristina e sua equipe transformaram o espaço de uma das entradas da Escola, construindo horta que foi cultivada pelos alunos. As crianças trabalharam a terra, plantaram, regaram e cuidaram juntamente com os pais voluntários, que incansavelmente, trabalharam para o sucesso desse projeto. Pudemos contemplar com alegria as verduras e legumes que estavam no ponto de serem consumidos. Colheram o que plantaram. Mais uma vitória na luta que foi travada para construção de uma sociedade melhor.

Dentro da filosofia de "Educar para a formação crítica e autocrítica do jovem", no decorrer do ano, os alunos do 1º segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) visitaram museus, aquário, teatros, parques, jardins, tais como:

- a Fazendinha Estação Natureza Rio
- o Jardim Botânico
- os teatros Vanucci e Cesgranrio
- o AquaRio
- o Forte São João
- o Planetário da Gávea
- o Hortifrut
- o navio Bahia, na Base Naval da Ilha de Mocanguê.

Cabe, ainda, acrescentar as atividades escolares relacionadas às festas e tradições populares do Brasil, tais como:

- Carnaval
- Páscoa
- Dia da Criança
- Festa de encerramento do 1º Segmento do Ensino Fundamental

Buscando realizar um apoio pedagógico eficaz para os alunos do 1º segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) foi desenvolvido um programa continuado de recuperação de conteúdos para os alunos com baixo rendimento escolar, com encontros semanais, rotineiros, que obtiveram excelentes resultados, pois em abril havia 15,4% de alunos abaixo da média e no final do ano apenas 1,1 % não conseguiram a nota mínima para aprovação.

Os Serviços de Orientação Educacional e de Supervisão Pedagógica proporcionam apoio individualizado, atendendo e acompanhando 3,7% dos alunos do 1º Segmento Escolar que apresentam transtornos específicos da aprendizagem, a saber: transtornos da matemática, da leitura, da escrita e suas variações. Atuando integrados, o SOE e o SOP orientaram e planejaram com os docentes atividades que atenderam a todos os alunos em suas diferentes necessidades.

Visando a fortalecer as ligações entre a escola e as famílias dos alunos do 1º segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) foram realizadas bimestralmente reuniões de responsáveis e mestres, bem como, entrevistas com os responsáveis e o Serviço de Orientação Educacional ou com o Serviço de Supervisão Pedagógica.

b) Macroprocesso Finalístico do 2º segmento do Ensino Fundamental

Quadro 5 – Macroprocesso Finalístico do 2º segmento do Ensino Fundamental

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Ensino – Ministrar A Educação Básica para o 2º segmento do Ensino Fundamental	Aluno formado apto a ingressar no Ensino Médio	Pais e responsáveis pelos alunos Sociedade	Divisão de Ensino Divisão Assistencial Corpo de Alunos
Descrição das Principais Atividades			
Gestão Pedagógica - atividades de planejamento, coordenação, controle e avaliação das ações de ensino para o 2º segmento do Ensino Fundamental. Inclui a gestão de currículos (de forma integrada e articulada), a normatização do ensino e o monitoramento da legislação vigente.	Projeto Pedagógico Institucional Plano Geral de Ensino	Docentes	Supervisão Pedagógica Coordenações dos Cursos Pais e responsáveis pelos alunos
Acompanhamento e Avaliação - atividades necessárias para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, considerando o processamento das verificações (provas), a apuração dos resultados, os aspectos pedagógicos, sociológicos, psicológicos, sensoriais e culturais, e a implementação de programas de melhoria da aprendizagem. Inclui a avaliação o acompanhamento e orientação psicopedagógica dos alunos do 2º segmento do Ensino Fundamental.	Avaliação da Aprendizagem Acompanhamento do Processo Reforço Escolar	Alunos	Seção Técnica de Ensino Docentes Divisão Assistencial
Processamento da Seleção e Matrícula - Compreende as atividades necessárias ao planejamento e execução do processo de seleção para ingresso de novos alunos, matrícula, renovação de matrícula e desligamento no 2º segmento do Ensino Fundamental. Estão incluídos a emissão e o controle de toda a documentação escolar.	Processo de seleção	Militares das Forças Armadas, Auxiliares e a sociedade como um todo	Secretaria Escolar
	Matrícula e Renovação matrícula, Desligamento e Transferência, Certificados, Histórico Escolar e Certidões	Alunos	

No 2º Segmento, o aluno tem carga horária escolar de 4.880 horas de atividades, nas quais são ministradas aulas de diferentes disciplinas, executadas provas de avaliação da aprendizagem, além de atividades de pesquisa e estudos, tais como: visitas externas, excursões, passeios, participação em competições desportivas, intercâmbios e atividades culturais.

A filosofia de "Educar para a formação crítica e autocrítica do jovem" alinhada ao Objetivo Estratégico 05 – Aumentar o Sucesso Escolar requereu um trabalho pedagógico intenso, para tanto, a equipe de professores do 2º segmento do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) conduziu no ano de 2017 os seguintes projetos pedagógicos:

- "Thanks giving day"
- "Dia Internacional da Mulher"
- "Feira Científico-Cultural"
- "Conhecendo as lendas brasileiras"
- "Espaço de leitura e interação"
- "Feira Cultural"
- "FO Notícias – o jornal do futuro"
- "Júri simulado"
- "Literatura de cordel"
- "Conhecendo a mitologia grega"
- "Sarau literário"
- "HQs" - Semana da mulher em foco"
- "Todos contra o trabalho infantil"
- "Oficina de redação"
- "Feira do livro"
- "Aluno investigador"
- "Poesia e música"
- "Exposição de esculturas e argila",
- "Show de talentos"
- "Sala de artes"
- "Arte abstrata"
- "Descobrindo Albert Guignard"
- "Exposição de maquetes – arquitetura e jardins"
- "O design na reciclagem"
- "Aula de apoio de Matemática".

Dentre os projetos acima, podemos destacar:

- Sala de artes – com a exposição "A Arte na Cidade" que apresentou, no mês de setembro, na sala de artes, trabalhos de alunos da FO das turmas 171, 172 e 173 em forma de maquetes de jardins, onde a presença da natureza se fez importante para a reflexão de um mundo melhor e mais belo. Tudo com muita criatividade e inovação, numa reciclagem de idéias visando a transformar o local onde vivemos. Os alunos participaram com grande interesse e entusiasmo.

Os alunos do 2º segmento do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) visitaram:

- o Jardim Botânico
- a Bienal do Livro,

Os alunos participaram, ainda, e obtiveram resultados relevantes:

- da Feira de Ciências do Instituto Militar de Engenharia (IME), apresentando trabalhos de pesquisa;
- da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBNA), promovida pela UERJ;
- da Olimpíada Brasileira de Matemática, ocasião em que receberam menções honrosas e medalha de bronze;

- do 9º concurso de redação promovido pela Controladoria Geral da União sobre o tema "*Todo Dia é Dia de Cidadania* ", recebendo uma medalha de ouro;
- de atividades relacionadas com as festas e tradições da cultura brasileira: Carnaval, Páscoa, Dia da Criança, festa de conclusão do Ensino Fundamental.

Assistiram as apresentações com palestrantes convidados:

- *Exército Brasileiro no Haiti* – proferida pelo Sgt Aldren.
- *Amazônia; Riquíssimo Patrimônio do Brasil* – proferida pelo Gen Heleno.

A Supervisão Pedagógica organizou e coordenou a Feira do Livro, cuja abertura foi "Café com Autor", na biblioteca da escola, quando os alunos do 2º segmento do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) puderam recepcionar e entrevistar o autor convidado para a abertura oficial do evento. Também fez parte deste momento, exposição de diversos títulos da literatura infanto-juvenil, e palestras com autores e ilustradores e apresentação de contadores de estória.

c) Macroprocesso Finalístico do Ensino Médio

Quadro 6 – Macroprocesso Finalístico do Ensino Médio

Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Ensino – Ministrar A Educação Básica para o Ensino Médio	Aluno formado apto a ingressar no Ensino Superior	Pais e responsáveis pelos alunos Sociedade	Divisão de Ensino Divisão Assistencial Corpo de Alunos
Descrição das Principais Atividades			
Gestão Pedagógica - atividades de planejamento, coordenação, controle e avaliação das ações de ensino para o Ensino Médio. Inclui a gestão de currículos (de forma integrada e articulada), a normatização do ensino e o monitoramento da legislação vigente.	Projeto Pedagógico Institucional Plano Geral de Ensino	Docentes	Supervisão Pedagógica Coordenações dos Cursos Pais e responsáveis pelos alunos
Acompanhamento e Avaliação - atividades necessárias para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, considerando o processamento das verificações (provas), a apuração dos resultados, os aspectos pedagógicos, sociológicos, psicológicos, sensoriais e culturais, e a implementação de programas de melhoria da aprendizagem. Inclui a avaliação o acompanhamento e orientação psicopedagógica dos alunos do Ensino Médio.	Avaliação da Aprendizagem Acompanhamento do Processo Reforço Escolar	Alunos	Seção Técnica de Ensino Docentes Divisão Assistencial
Processamento da Seleção e Matrícula - Compreende as atividades necessárias ao planejamento e execução do processo de seleção para ingresso de novos alunos, matrícula, renovação de matrícula e desligamento no Ensino Médio. Estão incluídos a emissão e o controle de toda a documentação escolar.	Processo de seleção	Militares das Forças Armadas, Auxiliares e a sociedade como um todo	Secretaria Escolar
	Matrícula e Renovação matrícula, Desligamento e Transferência, Certificados, Histórico Escolar e Certidões	Alunos	

O Ensino Médio inclui também o Ensino Técnico Profissional, na área de Administração.

A carga horária escolar é de 4.400 horas, engloba disciplinas do Ensino Médio e do ensino técnico, sendo 880 horas relativas ao ensino profissionalizante e 3520 horas correspondentes ao Ensino Médio. No curso técnico, entre outras, destacam-se disciplinas de Administração e de Direito.

No Ensino Médio, continua presente para o Corpo Docente a filosofia de "Educar para a formação crítica e autocrítica do jovem". Em face disso, a preparação e condução das aulas exige criativa e detalhado planejamento.Dessa forma, a equipe de professores do Ensino Médio (1º ao 3º ano) conduziu no ano de 2017 os seguintes projetos pedagógicos:

- "Café Filosófico";
- "Feira Cultural";
- "Júri simulado";
- "Jornada interdisciplinar de Tecnologia, Língua, Filosofia";
- "Kinokut – um olhar além dos muros";
- "OBMEP/ENEM";
- "Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica";
- "VII Feira Ciências e Tecnologias";
- "Ciências Físicas e Biológicas";
- "Feira Profissional";
- "Semana de La Espanidad";
- "Avaliações Parciais Integradas";
- "Aulas interdisciplinares";
- "ProjetoMudov";
- "Reunião de Responsáveis e Mestres para os alunos com risco de reprovação".

No decorrer do ano, os alunos visitaram:

- Universidade Veiga de Almeida e
- Pista Cláudio Coutinho.

Assistiram as apresentações com palestrantes convidados:

- *Exército Brasileiro no Haiti* – proferida pelo Sgt Aldren.
- *Amazônia; Riquíssimo Patrimônio do Brasil* – proferida pelo Gen Heleno.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1.PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

2.1.1. Plano Estratégico, Tático e Operacional

A Fundação Osorio na elaboração do seu Planejamento Estratégico seguiu a mesma metodologia que vem sendo utilizada pelo Exército Brasileiro e que preconiza a idéia que as Instituições devem se adaptar à realidade baseada em seus "Pontos Fortes" e "pontos fracos".O diagnóstico estratégico traçado considerou, ainda, os ambientes externo e interno.

Essa metodologia é uma mistura de teorias. Ou seja, esta "escola de pensamento" se baseia "na formulação de estratégia como um processo de concepção", onde a tônica é a "adequação das capacidades internas às possibilidades externas". O resultado deste processo é o Plano de Gestão, que tem como peça fundamental de tradução e comunicação às partes interessadas, o seu Mapa Estratégico (Quadro 5).

A metodologia do "Balanced Scorecard" orientou a construção deste mapa e vem permitindo uma adequada mensuração do trabalho da Fundação, possibilitando que seus colaboradores atuem de forma coordenada e colaborativa em prol dos objetivos almejados.

O seguinte referencial teórico foi utilizado na aplicação da metodologia:

- Mintzberg, H., Ahistrand B. e Lampel, J.SAFÁRI DE ESTRATÉGIA: um roteiro pela selva do planejamento, 2ª Ed., Porto Alegre, Bookman, 2010.
- Kaplan, R. e Norton D.P. MAPAS ESTRATÉGICOS: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis, 2ª Ed., Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

No Planejamento Estratégico para o triênio 2017-2019, elaborado no final de 2016, contou a participação maciça do seu Corpo Docente e de integrantes de todas as Divisões, a Missão da Fundação foi definida como sendo: "**Ministrar a educação básica e a profissional aos dependentes legais de militares do Exército e das demais Forças Singulares, desenvolvendo competências para o trabalho e exercício da cidadania**", e sua Visão de Futuro a de: "**Ser reconhecida, até 2021, como instituição de ensino de referência, pela excelência da educação que ministra de forma integral**". Também nesse planejamento foram definidos a: Ética, Solidariedade, Disciplina, Lealdade, Integralidade, Responsabilidade como sendo "Princípios, Crenças e Valores" da FO.

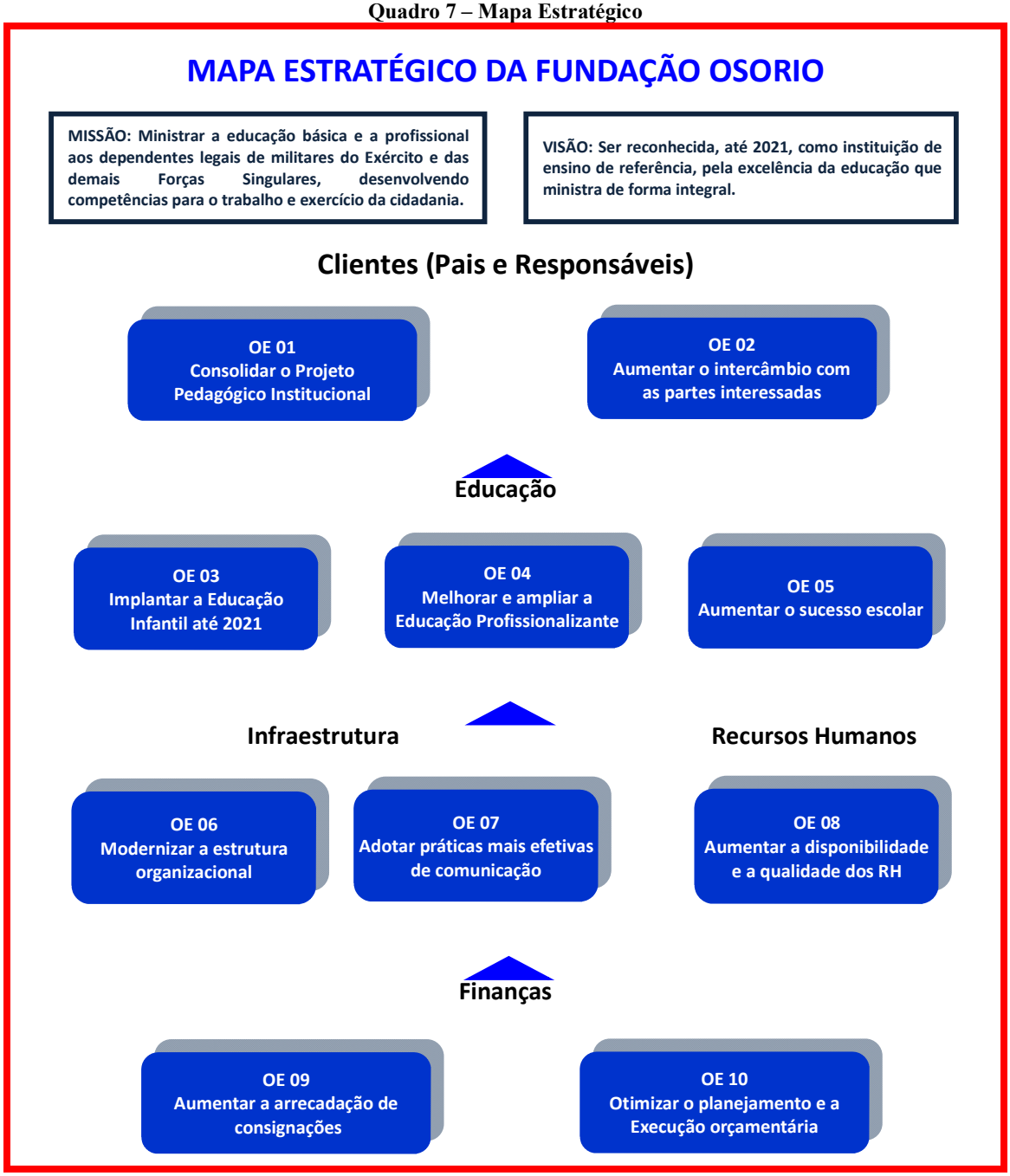
Os trabalhos do Planejamento Estratégico resultaram na elaboração de um novo Plano de Gestão para o período de 2017/2019, com a redefinição de 02 (dois) Objetivos Estratégicos (OE) e a manutenção dos outros 08 (oito) existentes.

Além do Plano de Gestão (PG), a Fundação Osorio elaborou o Plano de Ação Anual (PAA). Este documento "transportou" o PG para o nível tático, estabelecendo para cada Ação, período de abrangência, responsável por sua execução, e metas para o ano em questão.

Dessa forma, para o triênio de vigência do Plano de Gestão existirão 03 (três) Planos de Ação, um para cada ano do período.

O primeiro de ano do novo Plano de Gestão 2017-2019 da FO foi o ano de 2017. O documento destaca os 10 objetivos estratégicos, conforme demonstrado no Mapa Estratégico abaixo:

Quadro 7 – Mapa Estratégico



Fonte: Plano de Gestão FO – 2017/2019

2.1.2. Principais Objetivos Estratégicos estabelecidos para o exercício

Todos os objetivos estratégicos foram considerados para execução de ações durante o exercício financeiro, no entanto, os OE1 e os OE5 tiveram por parte da Escola uma atenção maior, por se tratar de objetivos diretamente ligados à atividade-fim. A implantação da Educação Infantil continua dependendo da provisão de recursos orçamentários em projeto específico a ser aprovado na Lei Orçamentária Anual que venha a disponibilizar os recursos para investimentos e a necessária criação de um quadro de lotação de pessoal especializado para atuar com crianças na faixa de 4 a 5 anos.

A Educação Profissionalizante foi prejudicada pelo falecimento, no último trimestre de 2016, do professor que era o Coordenador dessa atividade, pois a escola não conseguiu recompletar esse claro, tendo em vista que não foi autorizado a realizar concurso público para recompletamento dos claros existentes. No segundo semestre de 2017, após muitos contatos, fruto de parceria firmada, a Fundação passou a contar com novo professor na área em questão.

2.1.3. Estratégias adotadas para atingir os Objetivos Estratégicos e tratamento dos riscos envolvidos

As estratégias adotadas no ano de 2017levaram em consideração o contexto econômico e a necessidade de se investir na estrutura da Escola, considerando os problemas de falta de manutenção das instalações e o material permanente desgastado.

As contribuições para a Fundação Osorio, por intermédio da busca no aumento do número de consignações, foram alvo constante da Alta Administração.

A administração procurou otimizar o planejamento e execução orçamentária. A FO procurou fortalecer todas as suas parcerias para obter com elas tudo aquilo que lhe faltava para o cumprimento da sua missão.

Principais estratégias levantadas pela Escola associadas à consecução dos OE:

Quadro 8– Objetivos Estratégicos com as Estratégias adotadas

Nº	Objetivo Estratégico	Estratégias adotadas
1	Consolidar o Projeto Pedagógico Institucional	Envolvimento da comunidade escolar com a implementação do PPI
2	Aumentar o intercâmbio com as partes interessadas	Criação e manutenção de vínculos afetivos entre a família e a escola
3	Implantar a Educação Infantil até 2021	Realização adequação da estrutura física
4	Melhorar e ampliar a educação profissional	Equilíbrio entre educação profissional e a educação básica
5	Aumentar o sucesso escolar	Planejamento contínuo do conteúdo do apoio pedagógico, recuperação e retificação da aprendizagem integradas ao projeto pedagógico
6	Modernizar a estrutura organizacional	Melhorar as condições das salas de aula e dos laboratórios
7	Adotar práticas mais efetivas de comunicação	Instituição de novas rotinas de divulgação
8	Aumentar a disponibilidade e a qualidade dos Recursos Humanos	Valorização dos colaboradores Busca e consolidação de parcerias na área de pessoal
9	Aumentar a arrecadação de consignações e contribuições	Aumento da visibilidade à Fundação Osorio
10	Otimizar o planejamento e a execução orçamentária	Aplicação dos recursos provisionados, observando os requisitos legais

Os OE desta UPC estão relacionados com as Ações e Programas de Trabalho na LOA/2017 conforme a seguir:

- Ação 2000 – Administração da Unidade - PTRES 089043 para os OE2, OE 6, OE 7, OE 8, OE 9 e OE10;
- Ação 20XS.0001.0001 – Prestação de Ensino Médio na Fundação Osorio – PTRES 089044 para os OE1, OE2, OE4 e OE5;
- Ação 20XS.0001.0002 – Ensino Fundamental da Fundação Osorio para os OE1, Oe2 e OE5.

OE 1 - Consolidar o Projeto Pedagógico Institucional

A conclusão do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) reforçou o lema da Fundação, na área de educação, que é "Doar-se para ensinar". Alinhado com o lema foi modificado este OE para consolidar o PPI, o que exigiu atividades intensivas de divulgação da sua utilização com o fim de consolidar o seu uso em toda a FO.

Para a consolidação do PPI foram desenvolvidas atividades direcionadas ao Corpo Docente. A primeira delas foi a realização do Estágio de Atualização Pedagógica (ESTAP) com reuniões de atualizações durante todo o ano letivo.

Intercalados com essas reuniões foram realizados encontros semanais entre a Supervisão Pedagógica de cada um dos segmentos com os seus respectivos professores, onde se discutiu a execução e o aprimoramento do projeto pedagógico.

O PPI é um documento dinâmico, o que significa dizer que ele é atualizado frequentemente face às realidades conjunturais e culturais do país, que evoluem com o passar do tempo. Com isso, ele não se torna um documento obsoleto, ao contrário, está sempre ajustado às necessidades educacionais atuais.

OE 2 – Aumentar o intercâmbio com as partes interessadas

Para consecução deste OE, a estratégia adotada foi criar e manter vínculos afetivos entre família e escola.

Dentro dessa estratégia, buscou-se intensificar atividades que trouxessem à escola os familiares dos discentes, além dos pais e responsáveis. A coordenação da disciplina de Música planejou e organizou o "Show de Talentos",que teve como objetivo principal proporcionar aos alunos a oportunidade de se expressarem de forma artística. Este evento contou com a participação expressiva dos familiares dos alunos.

Outra atividade que trouxe à escola a quase totalidade dos familiares dos alunos foi o "Chá dos Avós", evento organizado com os alunos do 5º ano do 1º Segmento que lotou todo o refeitório da Fundação Osorio. Todas as avós trouxeram quitutes para o encontro com seus netinhos e forma por eles homenageados com a leitura das "cartinhas" pelos netos, o que muito emocionou todos os presentes.

Alinhado com essa estratégia, a Associação de Pais de Alunos da Fundação Osorio organizou mais uma Festa Junina, com apresentação de danças de quadrilhas pelos alunos dos diversos anos. A presença dos convidados superou todas as expectativas.

Muitos outros eventos foram organizados, dentre os quais destacaram-se as formaturas festivas e comemorativas, as aulas públicas de músicas (onde cada turma de alunos fez uma apresentação para seus familiares), as festas de encerramento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio/Profissionalizante.

OE 3 – Implantar a Educação Infantil (EI) até 2021

Em 2017, a Educação Infantil não foi novamente contemplada com previsão orçamentária na LOA, dessa forma não foi possível realizar adequação da estrutura física existente..

OE 4 – Melhorar e ampliar a Educação Profissionalizante

No que se refere ao OE 4, a estratégia adotada foi equilibrar a educação profissional e a educação básica. A Escola teve muita dificuldade para melhorar a Educação Profissional, devido ao falecimento, no último trimestre de 2016, do professor que era o Coordenador do Ensino Técnico Profissional.

No ano de 2017, com muita dificuldade a Fundação ofereceu curso profissionalizante em Técnico de Administração, com carga horária de 730 horas de aulas de disciplinas específicas e 150 horas de estágio profissional em empresas, no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, da Justiça Federal, do Tribunal Regional Eleitoral, da Petrobrás, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em algumas poucas empresas privadas para os alunos do 2º e 3º ano do Ensino Mèdio/Profissionalizante.

A fim de atender ao que prevê o referido Objetivo, em sua plenitude (melhorar e ampliar a educação profissional e apresentar aos alunos opções de carreira), e o Projeto Pedagógico Institucional (permitir aos alunos do EM acesso ao conhecimento que possa ser útil em suas escolhas profissionais), a Fundação Osorio promoveu, por intermédio da coordenação do Ensino Médio/Profissionalizante, a primeira edição da Feira Profissional.

Para os alunos do 1º e 3º ano, a feira foi composta por diversas oficinas, nas dependências da escola, que envolveu mais de 16 profissionais de diversas áreas (Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia, Design, Forças Armadas, Veterinária, Letras, Comunicação Social, Marinha Mercante, Magistério, Psicologia, Dança, Relações Internacionais e Cinema). Para os alunos do 2º ano, a feira ocorreu na Universidade Veiga de Almeida, onde os alunos puderam assistir a palestras ministradas pelos professores dos vários cursos existentes na Universidade.

A Instituição ainda precisa de professores para essa modalidade de ensino. Recentemente conseguiu, fruto de parceria firmada, após muitos contatos com diversas instituições, 01 (um) professor para atender essa demanda.

Com a nova Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio serão feitos os devidos ajustes no Ensino Profissionalizante da Escola.

OE 5 – Aumentar o sucesso escolar

A Fundação tem como visão de futuro ser reconhecida, até 2021, pela excelência da educação que ministra de forma integral. Para alcançar OE 5 – Aumentar o Sucesso Escolar foi mantida a mesma estratégia adotada no ano anterior, “Planejar continuamente o conteúdo do apoio pedagógico, recuperação e retificação da aprendizagem integradas ao projeto pedagógico”.

Em 2017, diversas atividades relacionadas a esse objetivo estratégico foram realizadas. A concretização de visitas pedagógicas tem como o objetivo envolver os alunos em projetos/atividades extracurriculares.

Os professores do 2º segmento do Ensino Fundamental realizaram diferentes atividades, a saber:

- VIII Feira de Ciências e Tecnologia da Fundação Osorio, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

- Apresentação de grupos de alunos na Feira de Ciências no Instituto Militar de Engenharia (IME) dentro do "Projeto IME de portas abertas", que faz parte da programação oficial da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, visando a uma maior interação do IME com outras instituições.

A Supervisão Pedagógica organizou e coordenou a Feira do Livro, que contou com a exposição de diversos títulos da literatura infanto-juvenil, com a apresentação de contadores de história, com entrevistas com escritores e palestras com autores e desenhistas.

A disciplina de Matemática realizou uma avaliação diagnóstica no início do ano letivo para identificar os alunos que necessitavam de aulas de apoio. Estas aulas foram realizadas durante todo o 1° bimestre.

Aulas de Apoio em Língua Portuguesa e Matemática foram realizadas durante os três bimestres e na recuperação final, em todo 1º Segmento do Ensino Fundamental.

Para estimular os alunos nos processos de ensino-aprendizagem foram desenvolvidas atividades diferenciadas ao longo do ano letivo, tais como, seminários, filmes, aulas no pátio da escola, aulas na sala de informática, visita pedagógica ao Museu do Amanhã, visitas à biblioteca, entre outras.

A Supervisão Pedagógica implementou a Educação Inclusiva em parceria com a Divisão Assistencial, por intermédio do apoio individualizado, atendendo a os alunos que apresentam transtornos específicos da aprendizagem, a saber: transtornos da matemática, da leitura, da escrita e suas variações.

Foi mantida a oferta para todos os alunos, além do café da manhã, de uma colação como reforço na alimentação, o que contribui para a melhoria do sucesso escolar, como pode ser constatado pela melhora nos índices de aprovação do 1º e 2º segmentos do Ensino Fundamental em relação ao ano anterior. Em 2016 obtivemos 88,9% de alunos aprovados no 1º segmento, já em 2017 este índice subiu para 98,9%. No 2º segmento, obtivemos 87,5% de aprovação em 2016 e 94,4% em 2017. Os fatores relacionados acima, também produziram efeitos positivos nos índices de aprovação direta, ou seja, na aprovação do aluno sem a necessidade de realização da prova final (PF). No 1º segmento este índice se manteve em 75%. No 2º segmento saímos de 46,4% em 2016, para 53,7% dos alunos aprovados sem a realização da prova final. Já no Ensino Médio, 47,7% dos alunos foram aprovados sem a prova final, contra 51,5% em 2017. Considerando o efetivo total de alunos, em 2016 tivemos 57% de alunos aprovados sem a realização da PF contra 60,5% em 2017.

OE 6 – Melhorar a estrutura organizacional

Em 2017, dentro de uma prioridade estabelecida e a disponibilidade orçamentária, para alcançar o OE 6 foi implementada a estratégia de melhorar as condições das salas de aula e dos laboratórios.Foram realizadas reformas, recuperações e feitas melhorias em diversas salas de aula e instalações da Escola.

Todas as salas de aulas da Fundação forma pintadas.

As salas de aula do 1º Segmento do Ensino Fundamental, exceto as do 1º ano, foram climatizadas. As salas também receberam armários, mesas e cadeiras escolares novas, exceto as salas do 3º ano.

As salas dos professores dos três Segmentos Escolares foram climatizadas.

Foi criada uma “sala de leitura” para os alunos do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

Adquiriu-se mobiliário novo para a sala de artes.

Foi comprado material pedagógico e mobiliário novo para a implantação do Laboratório de Matemática.

Foi Recebida de 01 (uma) VAN do Exército destinada ao transporte de alunos.

Foram construídas 02 (duas) salas de aula novas dentro do pavilhão Epitácio Pessoa, devidamente climatizadas e com todo o mobiliário novo. Elas passarão a ser utilizadas pelos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental.

Para recuperar as instalações deterioradas e desgastadas pelo tempo e intempéries e oferecer melhores condições de segurança e conforto, foram realizados os seguintes serviços de reparo e manutenção:

- substituição dos tacos do piso do ginásio e colocação do sinteco;
- desobstrução das galerias de água pluviais da quadra;
- reforma da sala de artes, dividindo-a em duas salas com a colocação de divisórias.
- construção de um estacionamento para 6 carros.

OE 7 – Adotar práticas mais efetivas de comunicação

Para alcançar o OE 7 – Adotar práticas mais efetivas de comunicação foi empregada a estratégia de instituir novas rotinas de divulgação.

A presidência realizou acompanhada por integrantes da Fundação, particularmente da Seção de Comunicação Social, visitas às Escolas Militares de formação e de especialização sediadas no Rio de Janeiro.

Foram realizadas visitas com os alunos à Base Naval de Mocanguê e ao Museu Aeroespacial.

A presidência participou de diversas reuniões com a Chefia do Departamento de Ensino e Cultura do Exército, participou também de encontros com a Direção do Diretoria de Ensino Preparatório de Assistencial.

Foram realizados durante o ano de 2017 cafés matinais e almoços com a participação de todo o Corpo Docente e o pessoal de apoio à atividade-fim.

Foi realizada uma festa de encerramento do ano letivo com a participação de todos os integrantes da Fundação Osorio.

A APAFO colocou à disposição da Associação dos Ex-alunos da Fundação Osorio barracas para que a mesma pudesse participar da Festa Junina.

Distribuição de Informativos sobre a Fundação Osorio para todas as Organizações Militares do Exército sediadas na cidade do Rio de Janeiro.

Realização de reuniões periódicas com os pais e responsáveis dos alunos, para tratar de assuntos pedagógicos, dentro das diversas séries escolares.

A Associação dos Pais de Alunos da Fundação Osorio (APAFO) passou a ter um tempo para realizar apresentação sobre a associação nas reuniões com os pais e responsáveis.

Cabe destacar que na semana de 11 a 15 de dezembro de 2017, a página da Fundação Osorio na internet atingiu à expressiva marca de meio milhão de acessos. Nos últimos três anos dobramos a média de acessos diários de duzentos e cinquenta para quinhentos visitantes. Isto se deve ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Gestão atualmente em vigor na escola, envolvendo professores, alunos, responsáveis e o público em geral.

OE 8 - Aumentar a disponibilidade e a qualidade dos Recursos Humanos

Para a consecução do OE 8 foram adotadas duas estratégias: valorizar os colaboradores e buscar consolidar parcerias na área de pessoal.

Para valorizar os colaboradores foi dado prosseguimento às atividades da Comissão Interna de Reconhecimento e Saberes de Competência, com a nomeação de novos integrantes no ano de 2017. A Comissão depois da avaliação da documentação dos requerentes propôs a promoção de 24 (vinte e quatro) professores no ano passado.

A Alta Administração perseguiu, incessantemente, a estratégia de buscar consolidar parcerias na área de pessoal. Como consequência foram renovadas as parcerias com o Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro e com a 1ª Região Militar, e está em processo adiantado a renovação do convênio com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Servidores da Divisão de Administração participaram dos seguintes eventos: Jurisprudência do TCU; Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos; Curso de Licitações na Prática e Gestão Patrimonial Pública.

OE 9 – Aumentar a arrecadação de consignações e contribuições

Para alcançar o OE 9 foi decidido dar maior visibilidade à Fundação Osorio.

Para tanto, concomitantemente com as visitas e palestras realizadas aos diversos estabelecimentos de ensino e Organizações Militares, foram realizadas apresentações e exposições incentivando a consignação pelos militares, bem como, contribuições por intermédio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

A Fundação, em 2017, aumentou em R$ 766.229 os valores incorporados a seu orçamento por meio da Z-40 (código oficial do desconto em folha no EB a favor da FO), esse montante representou um aumento de 10 % sobre os valores de 2016, superando os 5% previstos, planejamento tático, para o exercício financeiro.

OE 10 – Otimizar o Planejamento e a execução orçamentária

Em 2017, buscou-se aplicar integralmente os recursos, observando os requisitos legais, como estratégia para atingir mais efetivamente o OE 10.

Dessa forma, a Divisão de Administração reestruturou a Seção de Aquisição, Licitação e Contratos para agilizar e aumentar o controle sobre o processamento das despesas, reforçando com mais pessoal capacitado.

A Seção de Material (almoxarifado) concentrou as atenções no controle dos estoques, bem como, em receber, conferir e controlar material adquirido. Com isso, aumentou a eficiência no controle do movimento do material de consumo.

Para aumentar o acompanhamento sobre os serviços contínuos, alguns fiscais de contrato foram substituídos.

Essas mudanças permitiram ao Fiscal Administrativo focar mais no acompanhamento da execução física e financeira do que foi planejado e executado.

Em função dessas medidas adotadas, o planejamento das aquisições e pagamento das despesas foi efetivamente cumprido, alcançando 99,21 % de emprego de todos os recursos recebidos.

2.1.4. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

No ano de 2017 foi implementado um novo Plano de Gestão para o período 2017-2019.

Este Plano de Gestão é o Planejamento Estratégico da Fundação Osorio. Para execução desse Plano, onde são estabelecidos prazos e metas foi montado e adotado o Plano de Ação Anual - PAA, especificando a gestão no ano em curso.

2.1.5. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

A Fundação adotou como instrumentos de monitoramento dos resultados do Plano de Gestão os indicadores de desempenho, que são medidos trimestralmente (alguns são semestrais), por meio do levantamento e tratamento estatístico dos dados coletados pelos diversos agentes administrativos. Esses indicadores mostram o resultado da consecução dos Objetivos Estratégicos.

A execução do Plano de Ação Anual visa a buscar a consecução dos Objetivos Estratégicos estabelecidos no Plano de Gestão (plano estratégico). Os resultados das ações implementas do Plano de Ação permitem verificar se as Iniciativas Estratégicas serão alcançadas e em consequência os OE atingidos.

A análise dos resultados do Plano de Ação permite que a Alta Administração tenha um panorama real sobre o cumprimento dos objetivos traçados no planejamento estratégico, Plano de Gestão da FO, e dessa forma possa intervir de forma tempestiva na orientação de mudanças caso seja necessário.

O resultado dos indicadores é publicado, trimestralmente, no Boletim Oficial da Fundação Osorio no formato de um “mapa de indicadores” e nas páginas da Intranet e da Internet da FO.

2.1.6. Demonstração da Vinculação do Plano da unidade com as Competências Constitucionais, Legais ou Normativas e com o PPA

a) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas:

Competência institucional: instruir, profissionalizar, educar e, em especial, ministrar o ensino de primeiro e segundo graus (atualmente Ensinos Fundamental e Médio/Profissionalizante) aos filhos e dependentes legais de militares do Exército e demais Forças Singulares.

Quadro 9– Competência Institucional

Objetivos Estratégicos	*Competência institucional*
OE1: Consolidar o Projeto Pedagógico Institucional. OE 3: Implantar a Educação Infantil OE 4: Ampliar a Educação Profissionalizante. OE 5: Aumentar o Sucesso Escolar.	Estão vinculados diretamente à competência institucional.
OE 2: Aumentar o Intercâmbio com as pessoas interessadas.	Apesar de não estar diretamente ligado à competência institucional, a participação das pessoas interessadas no macroprocesso finalístico é imprescindível para a obtenção de resultados esperados
OE 6: Modernizar a Estrutura Organizacional. OE 8: Aumentar a Disponibilidade de Recursos Humanos. OE 10:Otimizar o Planejamento e a Execução Orçamentária.	São objetivos essenciais para que o apoio administrativo forneça os insumos necessários para que a competência institucional seja desempenhada com eficiência e efetividade.
OE 7: Adotar Práticas mais Efetivas de Comunicação	É o objetivo que dá o suporte para que as ações em proveito dos demais objetivos sejam executadas, uma vez que envolve o uso da TI como a utilização da Intranet, Internet e meios físicos para a divulgação das informações e da prestação de contas para a sociedade.
OE 9:Aumentar a arrecadação de consignações	Este objetivo concorre diretamente para o aumento da disponibilidade de recursos financeiros que não sofre contingenciamento nem restrições para sua utilização. Ele é um instrumento muito importante como suporte para cumprimento de um apoio eficaz para que a competência institucional seja executada.

b) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual – PPA, correlacionando, quando possível, os principais objetivos estratégicos da unidade com os identificados no âmbito do PPA e contextualizando, quando for o caso, a atuação de outras entidades descentralizadas em relação ao planejamento central:

- 04KF - Apoiar a implantação de unidades de educação infantil, em consonância com o disposto na Meta 1 do Plano Nacional de Educação.
- 04TM - Aperfeiçoar o conceito e implantar uma metodologia de cálculo do Custo Aluno Qualidade (CAQ) como mecanismo para orientar políticas de equidade na educação básica, em consonância com o disposto na Meta 20 do Plano Nacional de Educação.
- 060G - Apoio à melhoria da infraestrutura física e pedagógica mediante transferência direta de recursos para as escolas, contemplando as especificidades da diversidade e inclusão.
- 06TZ - Ampliação e melhoramento da qualidade da alimentação na rede pública de ensino, garantindo uma alimentação saudável.
- 06UO - Aquisição de veículos para o transporte escolar.
- 06UR - Fomento à implantação de bibliotecas nas escolas públicas em todo território nacional.
- 0616 - Promoção da formação continuada aos profissionais da educação básica, incluindo ações de cooperação e mobilidade acadêmica e docente, nacionais e internacionais.
- 04KP - Promover ações com vistas a expandir as matrículas da educação profissional técnica de nível médio para 2,4 milhões de estudantes matriculados, em consonância com o disposto na Meta 11 do Plano Nacional de Educação.
- 06JZ - Instituição de política de inovação na gestão pública por meio da adoção sistemática de ferramentas e métodos para melhoria de processos e serviços públicos.
- 06K0 - Expansão e aperfeiçoamento das estratégias de contratação centralizada de bens e serviços de uso em comum com foco na eficiência da gestão e na qualidade do gasto.

- 6K1 - Otimização do processo de compras públicas, mediante o aperfeiçoamento do marco regulatório, simplificação dos processos de contratação de bens e serviços e definição de especificações de referência.

- 06L2 - Promoção do compartilhamento de infraestruturas e serviços por intermédio das redes de comunicação do governo.

Todos os macroprocessos desenvolvidos estão voltados para a missão institucional, pois integra o ensino técnico-profissionalizante e a realização plena da cidadania assentada em uma educação de qualidade, na dignidade, autonomia das pessoas e respeito aos valores da comunidade e a ética. Princípios esses que norteiam o PPA - 2016/2019.

2.2. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.2.1. Relação dos objetivos do PPA que estiveram em 2017 na responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Esta UPC não teve objetivos do PPA sobre a sua responsabilidade em 2017.

2.2.2. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual

Não foi o caso desta UPC.

2.2.2.1. Ações - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social **(OFSS)**

Quadro 10– Ações/Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação	
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	**05.846.2108.09HB.0001** Tipo: Atividade
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações p/o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
Iniciativa	----------
Objetivo	---------- Código: ----------
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	Fundação Osorio
Ação Prioritária	( )Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.440.075	1.497.900	1.495.935	1.495.935	1.495.935	0	0

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
-	-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em **01/01/2017**	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

Identificação da Ação	
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	**05.122.2108.20TP.0001** Tipo: Atividade
Título	Pagamento de Pessoal
Iniciativa	----------
Objetivo	---------- Código: ----------
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	Fundação Osorio
Ação Prioritária	( )Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do exercício

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.666.987	8.300.404	8.270.882	8.270.882	8.270.882	0	0

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
-	-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em **01/01/2017**	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

Identificação da Ação	
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	**05.122.2108.2000.0001** Tipo: Atividade
Título	Administração da Unidade
Iniciativa	----------
Objetivo	---------- Código: ----------
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	Fundação Osorio
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.741.233	3.741.233	3.691.227	3.615.966	3.615.966	0	75.261

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
-	-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em **01/01/2017**	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

Identificação da Ação	
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	**05.368.2108.20XS.0001** Tipo: Atividade
Título	Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osorio
Iniciativa	
Objetivo	---------- Código: ----------
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	Fundação Osorio
Ação Prioritária	( )Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

3.090.093	3.090.093	2.978.684	2.648.420	2.648.420	0	330.264

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Aluno Formado	unidade	950	945	897

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em **01/01/2017**	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

Identificação da Ação	
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	**05.301.2108.2004.0033** Tipo: Atividade
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados, Militares e seus Dependentes
Iniciativa	----------
Objetivo	---------- Código: ----------
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	Fundação Osorio
Ação Prioritária	( )Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
181.620	181.620	151.067	151.067	151.067	0	0

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa Beneficiada	Unidade	111	58	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em **01/01/2017**	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

Identificação da Ação	
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial

Código	**05.331.2108.2010.0033** Tipo: Atividade
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados
Iniciativa	----------
Objetivo	---------- Código: ----------
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo:
Unidade Orçamentária	Fundação Osorio
Ação Prioritária	( )Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do exercício

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
39.672	39.672	29.548	29.548	29.548	0	0

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa Beneficiada	unidade	10	-	7

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em **01/01/2017**	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

Identificação da Ação	
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	**05.331.2108.2011.0033** Tipo: Atividade
Título	Auxílio Transporte aos Servidores Civis e Empregados
Iniciativa	----------
Objetivo	---------- Código: ----------
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	Fundação Osorio
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do exercício

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
183.000	183.000	117.980	117.980	117.980	0	0

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa Beneficiada	unidade	87	-	39

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em **01/01/2017**	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

Identificação da Ação	
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	**05.331.2108.2012.0033** Tipo: Atividade
Título	Auxílio Alimentação aos Servidores Civis e Empregados
Iniciativa	----------
Objetivo	---------- Código: ----------
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	Fundação Osorio
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do exercício

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
456.168	456.168	402.889	402.889	402.889	0	0

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa Beneficiada	unidade	83		73

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em **01/01/2017**	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

Identificação da Ação	
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	**05.331.2108.00M1.0033** Tipo: Atividade
Título	Auxílio Funeral e Natalidade de Civis
Iniciativa	----------
Objetivo	---------- Código: ----------
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	Fundação Osorio
Ação Prioritária	( )Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.204	71.204	18.139	18.139	18.139	0	0

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
-	-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em **01/01/2017**	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

Identificação da Ação	
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial
Código	**09.272.0089.0181.0001** Tipo: Atividade
Título	Pagamento de Aposentados e Pensões - Servidores Civis
Iniciativa	----------
Objetivo	---------- Código: ----------
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo:
Unidade Orçamentária	Fundação Osorio
Ação Prioritária	( )Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.744.194	4.445.879	4.406.899	4.406.899	4.406.899	0	0

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
-	-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em **01/01/2017**	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

2.2.2.2. Ações não Previstas na LOA – Restos a Pagar não Processados (OFSS)

Quadro 11 – Ações não Previstas LOA - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	**05.122.2108.2000.0001** Tipo: Atividade				
Título	Administração da Unidade				
Iniciativa	----------				
Objetivo	----------				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária	Fundação Osorio				
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( )Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Meta**		
Valor em **01/01/2017**	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
67.773	60.958	6.815	-	-	-

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

Quadro 11A – Ações não Previstas LOA - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	**05.122.2108.20XS.0001** Tipo: Atividade				
Título	Prestação de Ensino Assistencial da Fundação Osorio				
Iniciativa	----------				
Objetivo	---------- Código: ----------				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( )Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Meta**		
Valor em **01/01/2017**	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
11.839	10.082	1.757	-	-	-

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

2.2.2.3. **Ações –** Orçamento de Investimentos **- OI**

Quadro 12 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código	**05.122.2108.2000.0001** Tipo: Atividade						
Título	Administração da Unidade						
Iniciativa	----------						
Objetivo	---------- Código: ----------						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	Fundação Osorio						
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física – Meta**				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
248.000	248.000	247.872	-	-	-	-	-

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

Identificação da Ação							
Código	**05.368.2108.20XS.0001** Tipo: Atividade						
Título	Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osorio						
Iniciativa	----------						
Objetivo	---------- Código: ----------						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade:						
Unidade Orçamentária	Fundação Osorio						
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física – Meta**				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
285.000	285.000	284.866	Aluno Formado	unidade	950	945	897

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

2.2.2.4. Resultados Alcançados – Análise Situacional

A Execução Financeira Física transcorreu de forma satisfatória no cumprimento das metas estabelecidas, com exceção da Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes que não pode ser concluída em razão de não ter sido possível firmar contrato com empresa prestadora de serviços de assistência médica, por falta de interesse dessas empresas em acorrer a certames licitatórios, apesar da realização de 4 pregões eletrônicos que não lograram êxito.

Também merece tecer considerações a Ação 20TP - Pagamento de Pessoal, que teve sua dotação final acrescida em cerca de 10% e a Ação 0181- Aposentadoria e Pensões Civis da União que teve sua dotação final 20% maior que a inicial.

a) Execução das metas:

Para empreender a ação 2004, foi procedido um pregão eletrônico que deu resultado deserto; em seguida, repetido um mês depois, ao qual somente uma licitante se apresentou o que motivou sua contratação; contudo, não houve interesse das pessoas que seriam beneficiadas em aderir por constatarem que o atendimento para marcação de consultas e exames não condizia com o plano apresentado e a elevação do preço que a prestadora de saúde apresentou. Por essas razões, o contrato foi reincidido. Novo pregão foi lançado, porém o resultado foi também deserto; assim, houve um cancelamento de crédito de cerca de R$ 30.000,00 e o exercício financeiro foi encerrado sem que a Administração conseguisse êxito na execução da meta.

No caso específico desta Fundação, vários fatores concorreram para desestimular empresas a serem contratadas. Os principais são a idade média dos servidores (59 anos) e o pequeno universo de beneficiados (99 pessoas). Esses fatores são decorrentes da falta de renovação dos quadros de recursos humanos. Também, o histórico de risco para despesas com internação, estava alto. Dois servidores estiveram internados, em 2016, em unidades de terapia intensiva por períodos muito longos, sendo que toda a despesa foi arcada pela empresa anteriormente contratada.

O número de alunos formados, meta da Ação 20XS, foi previsto em 950. No início do ano letivo, essa meta teve que ser reprogramada para 945. A reprogramação é uma ação normal e necessária para promover ajustes no quantitativo de vagas de cada série, que por sua vez depende da quantidade de alunos que concluíram no ano anterior cada série, da capacidade das salas de aula e da proporção didática ideal da relação aluno/professor. A meta alcançada de 895 formados representa 48 alunos reprovados. Essa reprovação ocorre, em sua maioria, com os novos alunos matriculados em outras séries diferentes do 1º ano Fundamental, por deficiência de formação escolar inicial e que tiveram dificuldade em acompanhar o processo ensino-aprendizagem. Ressalte-se que a Fundação promove aulas de recuperação e esforço escolar.

O acréscimo de 10% na dotação do pagamento de pessoal foi consequência dos aumentos salariais provenientes dos deferimentos de requerimentos dos docentes que estavam amparados pelos benefícios auferidos pela Lei n° 12.772/2012, que promoveu a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal. Por essa razão, houve progressão na carreira por promoção à classe superior. Cada promoção foi amparada por um parecer emitido por comissão de avaliação e desempenho que levou em consideração o trabalho profissional desempenhado, interstício e outros fatores éticos, técnicos e habilidades.

O aumento da dotação final da Ação 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis foi motivado pelo número elevado de docentes que se aposentaram durante o exercício financeiro, acrescido dos servidores que ingressaram na inatividade em 2016 e que passaram a auferir o benefício acima citado, em 2017.

b) Fatores intervenientes:

A Portaria nº 28/MPDG, de 17/02/2017, contingenciou a dotação desta UPC, limitando a despesa de diversos itens e naturezas da despesa, o que restringiu a contratação de Apoio Administrativo Técnico e Operacional, Serviços de Copa e Cozinha, Limpeza e Conservação, Serviços de Telecomunicações e Vigilância Ostensiva, despesas essas que são essenciais para a execução orçamentária desta UPC. O contingenciamento para esses itens da despesa foi de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) e de R$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais) para diárias e passagens. Posteriormente, foi determinado, ainda, um bloqueio de crédito de 10,33% sobre a dotação total das Ações 2000 e 20XS.

Em virtude do contingenciamento para os itens e naturezas da despesa ter sido igual ao montante fixado para 2016 e considerando que:

- esta UPC não pode prescindir de empresas para prover os serviços, em regime de terceirização, de limpeza e conservação, vigilância ostensiva, apoio administrativo técnico e operacional, do pessoal de cozinha para a merenda escolar e vigilância;

- os contratos em vigor, para serem renovados, sofreriam acréscimos, devido aos dissídios coletivos e,

- ainda, que os reajustes das tarifas dos serviços de telecomunicações, esta UPC solicitou aumento do limite de contingenciamento. Dito assim, o Comando do Exército ampliou o limite para R$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos reais) e de passagens e diárias para R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais). Desse modo, o óbice foi superado e esse contingenciamento não chegou a interferir no desempenho orçamentário e na execução financeira.

Contudo, o bloqueio de crédito nas dotações Administração da Unidade e Prestação do Ensino Assistencial, que representou uma redução de R$ 625.526,00 (seiscentos e vinte e cinco mil e quinhentos e vinte e seis reais), justamente nos recursos imprescindíveis para a consecução dos macroprocessos finalísticos, os que cobrem a vida vegetativa da unidade e o ensino propriamente dito - atividade-fim -, só foi liberado no último trimestre. Esse fato administrativo refletiu na execução orçamentária, porque dificultou que todo ele fosse empenhado, devido ao tempo exíguo para ser incluído em processos de despesa; por conseguinte, aproximadamente, cinquenta mil reais, na Ação 2000 e vinte mil reais na Ação 20XS foram cancelados.

c) Restos a pagar:

Os Restos a pagar do exercício de 2016, inscritos em 01/01/2017, não impactaram a execução financeira.

Quanto ao que concerne ao exercício de 2017, todas as despesas processadas foram pagas. Os Restos a Pagar do exercício de 2017 das despesas não processadas foram da ordem de 2% (dois por cento) da Ação Administração da Unidade e 11% (onze por cento) na Prestação do Ensino Assistencial.

As principais despesas inscritas em Restos a Pagar foram os serviços de manutenção de bens imóveis contratados que não foram concluídos e os referentes ao fornecimento de material de informática e mobiliário para salas de aula. Tais fatos ocorreram em virtude do atraso na entrega de material, pelas empresas localizadas em regiões fora da área metropolitana do Rio de Janeiro. Note-se que, muitas vezes, o material entregue não correspondia ao homologado na licitação, o que provocava a não liquidação.

Se por um lado o pregão eletrônico facilita o processo de aquisição e tem a vantagem de possibilitar qualquer empresa, independente de sua localização geográfica, participar do certame licitatório, por outro lado, a prioridade dada a microempresas e empresas de pequeno porte permite a participação de muitas empresas de fachada e meras atravessadoras; além disso, o sistema tributário contribui para que empresas idôneas evitem licitações em que o objeto é de grande valor, porque se forem contratadas, terão um aumento de ativo que provocará um aumento de imposto, que não será compensatório para o resultado da empresa, já que esse acréscimo de receita não cobrirá aumento da carga fiscal.

d) Ações Prioritárias na LDO:

Não foram definidas ações prioritárias na LDO. Excetuando a Ação Assistência Médica e Odontológica que não pôde ser cumprida, as demais ações, destarte o contingenciamento sofrido que não chegou a prejudicar a execução financeira e física, transcorreram satisfatoriamente.

Merece uma avaliação mais apurada a dificuldade de se pesquisar no mercado os preços dos itens de Informática. Os fornecedores se recusam a apresentar orçamentos, devido aos preços estarem atrelados ao dólar, o que torna muito volátil a variação da precificação, além de o enquadramento da referência exigir o máximo de detalhamento. Da mesma forma, a contratação de serviços de manutenção de bens imóveis se torna demorada porque muitas empresas, para orçar, têm que comparecer ao local para fazer uma visita técnica. Por não terem a certeza de que vão executar o serviço, não querem ter esse custo. Outras empresas deixam de fazer orçamentos por acharem que se não os apresentarem, não poderão participar da licitação. Esses fatores tornam mais demorados o processamento do certame licitatório, levando a se estender por mais de um mês, o que acarreta demora na contratação da empresa, sem contar quando há interrupções para a Administração analisar os recursos impetrados ou prestar esclarecimentos mais detalhados sobre o objeto da despesa.

2.3. DEMONSTRATIVO DAEXECUÇÃO DAS DESPESAS

2.3.1. Realização da Despesa

2.3.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Quadro 13 – Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: Fundação Osorio	Código UO: 52222				UGO: 164204			
Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**6.663.562**	**31,04**	**5.211.152**	**31,65**	**6.063.154**	**29,15**	**4.441.738**	**28,34**
a)Convite	0				0			
b)Tomada de Preços	0				0			
c) Concorrência	0				0			
d)Pregão	6.663.562	31,20	5.211.152		6.063.154	29,15	4.441.738	28,34
e)Concurso	0				0			
f) Consulta	0				0			
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0				0			
2. Contratações Diretas (h+i)	**508.109**	**2,36**	**695.796**	**4,22**	**486.643**	**2,33**	**673.257**	**4,29**
h) Dispensa	413.202	1,92	530.393	3,22	399.704	1,92	520.118	3,31
i) Inexigibilidade	94.907	0,44	165.403	1,00	86.939	0,41	153.139	0,98
3. Regime de Execução Especial	**0**		**0**		**0**		**0**	
j) Suprimento de Fundos	0		0		0		0	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**14.182.477**	**66,07**	**10.475.496**	**63,62**	**14.182.477**	**68,18**	**10.475.496**	**66,84**
k) Pagamento em Folha	14.173.714	66,03	10.462.496		14.173.714	68,13	10.462.496	66,75
l) Diárias	8.763	0,04	13.000		8.763	0,05	13.000	0,09
5.Total das Despesas acima (1+2+3+4)	**21.354.148**	**99,47**	**16.382.444**	**99.49**	**20.732.274**	**99,66**	**15.590.491**	**99,47**
6. Total das Despesas da Unidade	**21.465.975**	**100**	**16.464.821**	**100**	**20.802.102**	**100**	**15.672.868**	**100**

Fonte: Seção de Contabilidade e

2.3.1.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 14 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – TOTAL (R$ 1,00)

Unidade Orçamentária: Fundação Osorio			Código UO: 52222		UGO: 164204			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Despesa Empenhada**		**Despesa Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
1 - Despesas de Pessoal	**14.173.714**	**12.057.857**	**14.173.714**	**12.057.857**	**0**	**0**	**14.173.714**	**12.057.857**
319007	11.361	00	11.361	0	0	0	11.361	0
319011	8.069.059	7.047.3407	8.069.059	7.047.340	0	0	8.069.059	7.047.340
319012	7.662	00	7.662	0	0	0	7.662	0
319001	3.746.892	2.833.4277	3.746.892	2.833.427	0	0	3.746.892	2.833.427
319113	1.660.998	1.450.3055	1.660.998	1.450.305	0	0	1.660.998	1.450.305
319192	17.736	00	17.736	0	0	0	17.736	0
319000	660.006	726.7857	660.006	726.785	0	0	660.006	726.785
Demais elementos do grupo								
2 - Juros e Encargos da Dívida	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
3 - Outras Despesas Correntes	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
339037	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
339039	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
339030								
339000	**7.250.708**	**6.642.039**	**6.838.994**	**6.570.017**	**411.714**	**72.022**	**6.838.994**	**5.871.053**
339100	3.756.306	2.892.117	3.756.306	2.892.117	0	0	3.756.306	2.820.598
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	***Despesa Empenhada***		***Despesa Liquidada***		***RP não processados***		***Valores Pagos***	
	2017	***2016***	***2017***	***2016***	***2017***	***2016***	***2017***	***2016***
4 - Investimentos	**538.738**	**124.994**	**346.390**	**117.404**	**192.348**	**7.590**	**346.390**	**104.028**
449039	36.000	5.280	12.000	5.280	24.000	0	12.000	5.280
449051	0	0	0	0	0	0	0	0
449052	502.738	119.714	334.390	112.124	168.348	7.590	334.390	98.748
5 - Inversões Financeiras	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
6 - Amortização da Dívida	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

2.3.1.3. Análise Crítica da Realização da Despesa

a. Alterações significativas ocorridas no exercício

Não houve alterações na realização da despesa, que impactassem o processamento da despesa

b. Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

O processo de inexigibilidade de licitação foi efetuado apenas para as despesas com água e esgoto e com a imprensa oficial.

Não houve concentrações de contratações diretas. Os processos de dispensa só foram realizados para as despesas com gás, energia elétrica e nos seguintes casos: o objeto era a aquisição de material de pequeno valor e de uso não contínuo; para a realização de cursos de especialização específicos para determinada área; para atender parcialmente a uma necessidade premente ou inusitada, enquanto se aguardava a conclusão de processo licitatório.

As contratações levaram em consideração o valor da despesa, conforme o tipo de material ou serviço a executar; se é de vulto ou se será novamente objeto de despesa e, ainda a estimativa do tempo de duração do processo licitatório e o custo das publicações na imprensa oficial, uma vez que esta última implica em outra despesa de cerca de trezentos reais, incluindo os avisos, homologação e extratos de contrato.

Em 2017, as inexigibilidades e dispensas de licitação representaram 7,08%, de todas as despesas executadas, excetuando-se as de pessoal.

c. Contingenciamento no exercício:

Não afetou a gestão orçamentária o contingenciamento no exercício.

d. Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:

Eventos negativos que merecem ser considerados são os causados por fornecedores que participaram dos certames licitatórios, propuseram a cotação mais vantajosa para a Administração e posteriormente tentaram se valer de evasivas para não cumprirem o objeto licitado, de acordo com a homologação. Muitos materiais tiveram que ser devolvidos por não atenderem às especificações acordadas. Algumas empresas apresentaram explicações sem qualquer fundamento que não foram consideradas. O resultado foi a inscrições em restos a pagar de alguns itens de material de informática, mobiliário escolar para salas de aula, entre outros.

Destaca-se, dentre os eventos positivos, o atendimento da Setorial Contábil aos pedidos de repasses do montante financeiro para os pagamentos, por terem ocorrido em conformidade com o solicitado por esta UPC, que por sua vez foi baseado pela estimativa de dispêndio mensal. Esse fato foi capital para que toda a despesa liquidada fosse paga sem atrasos.

e. Outras Informações:

Ao total das Despesas da Unidade, registrado na linha 6, do Quadro 13 – Despesas por Modalidade de Contratação**,** foram somados os valores de R$ 69.828,00 e de R$ 82.377,00, que correspondem, respectivamente, aos recursos empenhados e pagos, em 2017 e 2016, com destaques de crédito do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Em 2017, esta UPC foi provisionada, ainda, com um crédito no valor de R$ 42.000,00, pelo Fundo do Exército, para a aquisição de uma chave SWITCH a ser empregada na interligação da Fundação Osorio com a RedeComep. Para essa despesa foram empenhados R$ 41.999,98. Este valor foi também somado à despesa do executado em 2017; entretanto, por não ter sido liquidado, foi inscrito em RP.

As despesas acima referidas estão computadas no Total das Despesas da Unidade, no Quadro 13 - Despesas por Modalidade de Contratação, do subitem 2.3.1.1, deste RG.

Os créditos provisionados por outras Unidades estão discriminados no item 8. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO, deste RG..

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1. Resultados obtidos na condução dos objetivos

Encontram-se registrados nos Mapas de Indicadores Trimestrais adotado por esta Fundação.

2.4.2. Informações sobre Indicadores de Desempenho

A Fundação, em virtude da atualização do Plano de Gestão (plano estratégico) para o período de 2017-2019, adotou novos "indicadores de desempenho", a fim de mensurar os principais resultados alcançados. Esses indicadores, são divulgados no Boletim Oficial e no *site* institucional tanto na Intranet e na Internet, no intuito de buscar a maior transparência possível ao repassar todas essas informações aos seus clientes e à sociedade.

Quadro 15 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodici-dade	Fórmula de Cálculo/Conceito
OE 1 – Consolidar o Projeto Pedagógico Institucional					
Nº de Atv/Ações relativas ao Ens no PGE (1)	90%	90%	90%	Trimestral	AEns = (AER x 100)/APrev, onde: AEns = 90 - Perc de Atv/Ações de Ens realizadas AER = 18 - nº de Atv/Ações de Ens realizados APrev = 20 - nº Atv/Ações previstas do PGE
Nº de reuniões para consolidar o PPI (1)	-	90%	100%	Trimestral	ReuPPI = (RRlz x 100)/RPPIP, onde: ReuPPI = 100 - percentual de reuniões sobre o PPI ReuRlz = 4 - nº de reuniões sobre o PPI realizadas ReuPrev = 4 - nº reuniões sobre o PPI previstas
OE 2 - Aumentar o intercâmbio com as partes interessadas					
Representações/visitas/ contatos (6)	40%	50%	115%	Trimestral	RVCEfet = (RVRlz x 100)/RVPrev, onde: RVCEfet = 114 -percentual de representaçãoes, visitas e contatos feitas RVRlz = 8 - nº de representaçãoes, visitas e contatos realizados RVPrev = 7 - nº representaçãoes, visitas e contatos previstas
Revisões nos Acordos com Parceiros (8)	100,0%	67%	33%	Trimestral	PRA = (RAPP x 100)/RAP, onde: RRA = 67-percentual de revisões nos acordos RAPP = 2 -nº realizadas de revisões nos acordos RAP = 3 - nº revisões nos acordos previstas
Participação Reu Pais 1º EF (1)	70,7%	100%	100 %	Trimestral	PPReu = (NPReu x 100)/NAM, onde: PPReu = percentual de pais na reunião => 1º SE= 100 2º SE=80 EM=80 NPReu = nº de pais presentes na reunião => 1º SE= 297 2º SE=301 EM=217 NAM = nº de alunos matriculados no SegEsc => 1º SE= 297 2º SE=376 EM=272
Participação Reu Pais 2ºEF (1)	28,0%	55%	80%	Trimestral	
Participação Reu Pais EM (1)	51,3%	55%	80%	Trimestral	
OE 3 - Implantar a Educação Infantil até 2021					
Educação Infantil	Atualmente não há previsibilidade na LOA				

OE 4 - Melhorar e ampliar a educação profissional					
Formados em Técnico em Administração (3)	69	65	66	Anual	Número absoluto Alunos Formados em Técnico em Administração no ano
Palestras Motivacionais p/os Alunos (3)	0	95%	100%	Semestral	PPMot = (PMotRlz x 100)/PMotPrev, onde: PPMot = 100 - percentual de palestras motivacionais para os aluno PMotRlz = 13 - nº de palestras motivacionais realizadas PMotPrev = 13 - nº palestras motivacionais previstas
OE 5 - Aumentar o sucesso escolar					
Alunos Aprovados da FO (1)	90,4%	92%	94,9%	Anual	PAAproA = (NAApro x 100)/NAM, onde: PAAproA = 94,9 - percentual total de alunos aprovados no ano NAApro = 897 - nº total de alunos aprovados no ano NAM = 945 - nº total de alunos matriculados na FO
Alunos Aprovados no 2º EF (1) 1º EF	89,2%	92%	98,9%	Anual	PAAproSeg = (NAAproSeg x 100)/NAMS, onde: PAAproSeg = percentual de alunos aprovados por segmento => 1º SE= 98,9 2º SE= 91,7 EM= 89,5 NAAproSeg = nº de alunos aprovados por segmento no ano => 1º SE= 294 2º SE= 355 EM=248 NAMS = nº de alunos matriculados por segmento => 1º SE= 297 2º SE=387 EM=277
	88,0%	92%	91,7%	Anual	
EM	94,0%	92%	89,5%	Anual	
Alunos de recuperação no 2º EF (1) 1º EF	15,4%	15%	17,5%	Trimestral	PARecup = (NARec x 100)/NAMST, onde: PARecup = percentual de alunos com grau inferior a 5,0 por segmento no trimestre => 1º SE= 17,5 2º SE=39,9 EM=31,9 NARec = nº total de alunos com grau inferior a 5,0 por segmento no trimestre => 1º SE= 52 2º SE=154 EM=88 NAMST = nº de alunos matriculados por segmento no trimestre => 1º SE= 297 2º SE=387 EM=277
	45,0%	30%	39,9%	Trimestral	
EM	56,7%	30%	31,9%	Trimestral	
OE 6 - Modernizar a estrutura organizacional					
Recuperação Sala de Artes (2)	-	2	2	Semestral	Quantidade de instalações ou espaço reformados
Aumentar o nº de salas de aulas (2)	-	2	2	Semestral	Quantidade de instalações ou espaço reformados
Aumentar nº de vagas de Estacionamento (2)	-	6	6	Anual	Quantidade de instalações ou espaço reformados

OE 7 - Adotar práticas mais efetivas de comunicação					
Acessos Página Eletrônica FO (4)	20%	+10%	+3,9%	Trimestral (Ref: Trim do ano Ant)	IAPE = (APT x 100)/APTA, onde: IAPE = +3,9 % índice de incremento de acesso à página eletrônica APT = 75.156 -nº de acessos à página no trimestre APTA = 72.335 -nº de acessos à página no mesmo Trim do ano anterior
Acessos INTRANET (4)	-4%	+10%	-28%	Trimestral	IAIntr = (APT x 100)/APTA, onde: IAIntr =- 20% - índice de acesso à Intranet da FO APT = 2000 - nº de acessos à Intranet da FO no Trim APTA = 2796 - nº de acessos à Intranet da FO no mesmo Trim do ano anterior
Visitas ao *facebook* FO (4)	-11%	+10%	+4%	Trimestral (Ref: Trim do ano anterior)	IAFB = (AFB x 100)/AFBTA, onde: IAFB = +4% - índice de acesso ao facebook da FO AFB = 6893 - nº acessos ao facebook da FO no Trim AFBTA = 6619 - nº de acessos ao facebook da FO no mesmo trimestre do ano anterior
Acessos AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) (4)	+49,6%	+15%	-14,1%	Trimestral (Ref: Trim do ano anterior)	IAVA = (AAVA x 100)/AVATA, onde: IAVA = - 14,1% - índice de acesso ao AVA da FO AAVA = 60.342 - nº de acessos ao AVA da FO no Trim AVATA = 70.247 - nº de acessos ao AVA da FO no mesmo trimestre do ano anterior
OE 8 - Aumentar a disponibilidade e a qualidade dos RH					
Professores com Especialização (5)	45,3%	45%	46,1%	Semestral	IPE = (PE x 100)/TP, onde: IPE = 46,1 - índice de Prof da FO com especialização PE = 35 - número de Prof da FO com Especialização TP = 76 - número total de professores da FO
Professores com Mestrado (5)	25,3%	25%	25,0%	Semestral	IPM = (PE x 100)/TP, onde: IPM = 25 - índice de Prof da FO com mestrado PM = 19 -número de Prof da FO com mestrado TP = 76 - número total de professores na FO
Professores com Doutorado (5)	9,3%	10%	9,2%	Semestral	IPD = (PD x 100)/TP 100, onde: IPD = 9,2 - índice de Prof da FO com doutorado PD = 7 - número de Prof da FO com doutorado TP = 76 - número total de professores na FO
Docentes em Congressos/Seminários (5)	4	4	5	Trimestral	Quantidade de docentes que participaram em Congressos e ou Seminários no trimestre
OE 9 - Aumentar a arrecadação de consignações e contribuições					
Consignatários (2)	4085	4100	4115	Trimestral	Quantidade de consignatários da FO
Arrecadação (*Consignações*) (2)	R$ 697.979	R$ 192.000	R$ 766.229	Trimestral	Valor arrecadado com as consignações

OE 10 - Otimizar o planejamento e a execução orçamentária					
Gastos com consumo de Água – CEDAE (2)	1,49 %	+/- 1%	- 8,49%	Anual	ICA =(N17 x 100) – 100 N16 N17 = Consumo em 2017 N16 = Consumo em 2016 2017 = 6709 m³ 2016 = 7332 m³
Gastos com consumo de Energia Elétrica (LIGHT) (2)	5,62 %	15%	10,68	Anual	ICE = Índice da Despesa c/ energia elétrica DA1 = Despesa em 2017 DA = Despesa e 2016 DA = R$ 243.414,00 DA1 = R$ 269.417,00 ICEE = (DA1x100) _ 100 DA Despesa com o consumo de Energia Elétrica com o aumento da demanda por climatização da Biblioteca Escolar, da plena utilização da Sala de Multiuso, climatização da Seção de Transportes, Coordenação dos Cursos e reajuste tarifário a ser concedido pela ANEEL, no Rio de Janeiro.
Percentual de Recursos Empenhados (2)	99%	97%	99,21%	Anual	IA = Índice de Aplicação CD = Crédito Disponível para execução DE = Despesa Executada CD = R$ 6.835.310,00 DE = R$ 6.781.741,00 IA= DE x 100 CD Índice de Aplicação dos Recursos Orçamentários provisionados na LOA/2017 + pelo crédito do FNDE + pelo Fundo do Exército (-) Grupo 1 - pagamento de pessoal (-) os do Grupo 3 para prover benefícios de pessoal (-) o crédito concedido na Fonte 250 – Recursos Próprios no valor de R$ 107.856,00, que não poderia ser empenhado por ter sido concedido em uma fonte em que o financeiro para pagamento dependia de arrecadação proveniente de exploração econômica dos bens da Unidade Gestora

Fonte - Legenda:

(1) Divisão de Ensino
(2) Divisão de Administração
(3) Seção Técnica de Ensino
(4) Seção de Tecnologia da Informação
(5) Serviço de Recursos Humanos
(6) Seção de Comunicação Social
(7) Secretaria Escolar
(8) Procuradoria Jurídica

3. GOVERNANÇA GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A Governança está estruturada nas áreas/subunidades constantes do Organograma Funcional apresentado na página 13.

Na forma do Decreto nº 1.944, de 27 de junho de 1996, que aprovou o Estatuto da Fundação Osorio, sua direção é exercida por um Presidente, que é o Dirigente Máximo, sendo sua estrutura básica composta por:

I – Órgão Colegiado:
- Conselho Deliberativo.

II – Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:
- Gabinete;
- Coordenação Técnica.

III – Órgãos Seccionais:
- Procuradoria Jurídica;
- Divisão de Auditoria;
- Divisão de Administração.

IV – Órgãos Específicos Singulares
- Divisão de Assuntos Especiais;
- Divisão Assistencial;
- Divisão de Ensino.

Dentre os órgãos que compõem a estrutura básica desta UG citam-se o Conselho Deliberativo (CD), como órgão colegiado e a Divisão de Auditoria como órgão seccional. Esta última está sujeita às normas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e às orientações técnicas baixadas pelo Centro de Controle Interno do Exército.

Em 2017, a Fundação realizou 3 (três) reuniões com o seu CD, onde foram apresentados todos os resultados do trabalho desenvolvido pela Escola, assim como os temas sensíveis e carentes de uma decisão mais elaborada.

Estreita ligação a Auditoria Interna (AI) mantém com a Procuradoria Federal junto à Fundação (Procuradoria Jurídica), uma vez que os pareceres conclusivos emitidos pela Procuradoria que tenham reflexos administrativos, acolhidos ou não pelo Dirigente Máximo, são de relevante interesse para a AI.

A Procuradoria Jurídica é um órgão seccional vinculado à Advocacia da União, que tem por competência: representar a Fundação Osorio em juízo, ativa e passivamente, assistir ao Presidente da Fundação Osorio e demais dirigentes em assuntos de sua competência e apurar a liquidez e a certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa para fins de cobrança amigável ou judicial.

3.1.1. Atendimento à Lei das Estatais

Não se aplica a esta UPC.

3.1.2. Informações sobre dirigentes e colegiados

A Fundação Osorio é dirigida por um Presidente, com experiência administrativa e educacional, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Comandante do Exército, conforme Art. 1º do Estatuto da Fundação Osorio. Nas faltas e impedimentos eventuais ou temporários do Presidente, suas funções serão exercidas pelo Coordenador Técnico e, em caso de impedimento deste, pelo Chefe da Divisão de Ensino.

O Conselho Deliberativo, Órgão Colegiado de deliberação superior da Fundação Osorio, é integrado pelos seguintes membros:

I - o Presidente da Fundação Osorio, que o presidirá;

II - seis conselheiros designados pelo Comandante do Exército;

III - um conselheiro representante do Corpo Docente, designado pelo Comandante do Exército e escolhido entre os integrantes de uma lista tríplice fornecida pelos professores, por intermédio da Fundação Osorio.

O conselheiro representante do Corpo Docente é designado pelo Comandante do Exército, escolhido entre os integrantes de uma lista tríplice fornecida pelos professores, por intermédio da Fundação Osorio.

Os demais membros do Conselho Deliberativo serão escolhidos dentre pessoas com conhecimento na área de atividade pedagógica, de ilibada reputação, para um período de 4 anos, permitida uma recondução.O exercício da função de conselheiro não é remunerado.

O Conselho Deliberativo reúne-se ordinariamente uma vez por quadrimestre e, extraordinariamente, por convocação do seu presidente ou por solicitação de, no mínimo, três conselheiros. As resoluções do Conselho constam em atas lavradas em livro próprio. Pode o Conselho designar, por indicação do presidente, um funcionário da Fundação Osorio para secretariar as reuniões.

O Conselho Deliberativo tem a competência de definir a política da Fundação Osorio, obedecidas às disposições contidas no seu regimento e na legislação vigente.

3.1.3. Atuação da unidade de auditoria interna

O Estatuto da Fundação Osorio, aprovado pelo Decreto nº 1.944, de 27 de junho de1996, estabelece que a Divisão de Auditoria é órgão integrante da Fundação.

Essa divisão segue as orientações técnicas e normativas prescritas no Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal aprovado pela Instrução Normativa n.º 01, de 06 de abril de 2001.

A Divisão de Auditoria está vinculada ao Conselho Deliberativo, e está ligada diretamente ao Dirigente Máximo. O CD realiza reuniões quadrimestrais onde são discutidos os assuntos apresentados no relatório de Auditoria. Dessa forma, a Auditoria não participa das atividades relacionadas à gestão, e em consequência seu posicionamento reforça sua independência.

O titular da Auditoria Interna (AI) é cargo DAS (RJU), indicado ao escalão superior com a aprovação do Conselho Deliberativo, conforme o caso, e nomeado após manifestação da Controladoria Geral da União (Decreto nº 3591/2000, com a redação dada pelo Decreto nº 4304/2002).

A Auditoria Interna é composta por 3 (três) integrantes. Além do chefe da divisão, uma contadora/auditora e um auxiliar.

A Divisão de Auditoria exerce atividades da auditoria de fiscalização (gestão), de pessoal, atividades de planejamento, estudos e pareceres. Haja vista as dificuldades encontradas na composição da equipe, por motivos de reposição de pessoal.

As inconsistências encontradas durante a auditoria são reportadas tempestivamente aos gestores das áreas auditadas, a fim de que os mesmos possam corrigir e mitigar quaisquer tipos de falhas e/ou erros encontrados. Semanalmente são realizadas reuniões entre os chefes de divisões e chefes de seção, onde são apresentados no âmbito da Instituição os problemas e ou falhas ocorridas para que sejam tomadas as providências pertinentes tempestivamente.

A comunicação à alta gerência é feita por intermédio do envio dos relatórios das auditorias realizadas, onde se indica a situação atual dos aspectos auditados.

Os trabalhos mais relevantes consistem na auditagem das Contas e na apresentação de relatório nas reuniões do Conselho Deliberativo. Durante o exercício de 2017, as atividades de auditoria interna foram realizadas segundo o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da Fundação Osorio – PAINT/2017, no qual os resultados foram registrados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT/2017, cujos destaques foram:

- análise dos processos licitatórios, com recomendações e correções específicas da forma a cumprir preceitos dispositivos reguladores;
- apreciação do controle patrimonial onde foram emitidas observações para a melhoria desse trabalho:
- verificação de gestão orçamentária de documentação comprobatória de execução de despesas, registros e etc.;
- verificação de conformidade do processo de prestação de contas anual;
- assessoramento a todos dirigentes e agentes na emissão de pareceres e consultas.

Para atender às necessidades e demandas da Divisão de Auditoria, seriam necessários mais um contador e dois técnicos de contabilidade, havendo, portanto, necessidade de complemento por concurso público.

3.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA E AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

3.2.1. Estrutura e atividades do sistema de correição:

a) Estrutura:

Ela apresenta um sistema próprio de correição, cujas atividades estão intrinsecamente relacionadas aos princípios da hierarquia e da disciplina.

b) Abrangência:

Servidores Civis, níveis técnico e superior, da Fundação vinculados ao Comando do Exército

c) Atividades:

As atividades de correição relacionadas aos Servidores Civis se processam por intermédio, do Serviço de Recursos Humanos, órgão integrante da Divisão de Administração, e que tem as atribuições, relacionadas ao regime disciplinar, de designação de:

-comissão de inquérito;

-designação de defensor dativo;

-instrução de processo administrativo e

-aplicação de sanções, até a penalidade de suspensão por noventa dias, em decorrência de inquérito administrativo, e apresentação de proposta de penalidade de demissão.

As informações sobre atividades de correição constarão, de forma consolidada, no Relatório de Gestão do Ministério de Planejamento e do Comando do Exército, este último é o responsável pela Gestão de Recursos Humanos da Fundação Osorio.

3.2.2. Base normativa que regulamenta a atividade de correição:

- Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
- Estatuto da Fundação Osorio, aprovado pelo Decreto nº 1.944, de 27/06/1.996.
- Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder executivo Federal – Decreto nº 1171, de 22 de junho de 1994.

3.2.3. Competências e responsabilidades:

São competentes para o exercício das atividades de correição:

a) Presidente da FO, cujas responsabilidades são:

- determinar a instauração de processo administrativo e a aplicação de penas;
- comunicar ao Comando do Exército e ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), os resultados dos processos disciplinares.

b) Comissão de Servidores, especialmente nomeada para condução de processo

administrativo e apuração dos fatos.

c) Chefe do Serviço de Recursos Humanos para realizar o cadastramento, os registros e a gestão dos processos disciplinares.

A Escola conta também com uma Comissão de Ética legalmente constituída. Ela é liderada pelo Chefe do Serviço de Recursos Humanos.

3.2.4. Principais resultados observados em relação à atividade de correição:

Quadro 16 – Punições administrativas aplicadas.

PUNIÇÕES	2016	2017	TOTAL
Demissão	-	-	-
Cassação	-	-	-
Destituição	-	-	-
TOTAL EXPULSIVAS	0	0	0
Suspensão	-	1	-
Advertência	-	-	-
TOTAL NÃO EXPULSIVAS	0	1	1
TOTAL GERAL	0	1	1

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

Quadro 17 – Principais causas das punições aplicadas (Art. 116, da Lei nº 8.112/90)

MOTIVOS	ACUMULADO 2016-2017	
	Quantidade	%
Não exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo	-	-
Não ser leal às instituições a que servir	-	-
Não observar as normas legais e regulamentares	1	100%
Não cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais	-	-
Não atender com presteza: público em geral ou requisições para direito privado ou da defesa da União	-	-
TOTAL GERAL	1	100%

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

3.2.5. Informações quanto ao cumprimento da Portaria Nº 1.043/2007-CGU

Na ocasião foi feito registro no SIAPE, mas por desconhecimento, não foi realizada inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares- CGU-PAD.

3.3. GESTÃO RISCOS E CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO

A Fundação Osorio realiza o planejamento e sua execução em observância a um conjunto de normas e regulamentos, com a finalidade de salvaguardar os bens, direitos e obrigações e a fidedignidade dos registros contábeis, financeiros e patrimoniais.

O principal óbice para a eficiência dos controles internos é a rotatividade de pessoal estatutário para o desempenho de algumas funções que têm a responsabilidade direta na execução orçamentária e financeira. Essa dificuldade é provocada pela falta de pessoal que tenha estabilidade no serviço público. O pessoal empregado é composto por servidores em cargos de comissão, militares do Exército prestadores de tarefas por tempo certo (PTTC) e os militares na ativa

temporários. Daí a constante necessidade de capacitação, que é agravada com a de perda da memória sobre atividades em desenvolvimento que se estendem por outros exercícios financeiros, provocada pela saída do pessoal temporário.

Para superar, em 2017, servidores frequentaram cursos de interesse da gestão de riscos e controles internos, os quais foram: Gestão de Riscos e Controles Internos; Licitações na Prática; e Administração Patrimonial Pública.

a. Ambiente de Controle

As ferramentas utilizadas para o controle dos processos são:

- a conformidade contábil mensal e a conformidade diária de gestão;
- o Boletim Operacional, pelo qual a geração de direito de pessoal, que implique em despesa, é tornado pública, incluindo o enquadramento legal e as providências para a execução da despesa;
- o Plano Geral de Ensino, que prevê todas as atividades a serem executadas no ano A e o respectivo calendário com a finalidade de nortear o planejamento operacional;
- Plano Diretor da Tecnologia da Informação (PDTI) para promover a segurança e proteção dos ativos e arquivos de informações;
- Plano Anual de Auditoria Interna para verificações independente, no sentido de avaliar o controle das ameaças e mitigar riscos;
- os pareceres emitidos pela Procuradoria Jurídica e
- as atividades da Fiscalização Administrativa no controle da documentação, registros, movimentação de material, gestão patrimonial, entrada e saída de viaturas e do sistema de vigilância.

Para reforçar o ambiente de controle, a Fundação Osorio possui uma rede interna Intranet por onde são divulgadas as normas, diretrizes de serviço, horários e informações sobre atividades previstas nos planos de ensino com as providências a serem tomadas pelos diversos agentes.

Existe, ainda, no sítio eletrônico www.fosorio.g12.br um canal para "Denúncias", no *link* Fale Conosco, página *home.*

b. Avaliação de Risco

Esta UPC desenvolveu um Plano de Controle de Riscos para ser implementado a partir do exercício financeiro de 2018, quando a sua execução será objeto de avaliação para efeito de ajustes que o tornem eficaz. Esse plano está fundamentado na metodologia desenvolvida pelo Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Comission (COSO) e no mapeamento de processos.

A gestão de riscos segue a Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 001, de 10/05/2016, cujo objetivo principal é a mitigação dos riscos e o alcance pleno dos objetivos da organização.

O mapeamento do processamento da despesa, desde a sua requisição com justificativa, incluindo as fases do empenho, liquidação e pagamento, seguido da distribuição, já está totalmente concluído.

Na avaliação de riscos, no âmbito da gestão orçamentária, é verificado se o pedido do objeto da despesa atende ao princípio da efetividade e se está satisfatoriamente justificado. Na sequência, a pesquisa de mercado e o termo de referência são anexados ao processo para serem submetidos ao OD para o despacho e encaminhamento para a Procuradoria Jurídica emitir o parecer.

Na emissão dos empenhos, os maiores riscos são: o enquadramento errado do subelemento de despesa: despesa por dispensa de licitação ultrapassar o limite legal, baixado pelo Art. 24, da Lei 8.666/1993; e a pesquisa de mercado deficiente. Para mitigar esses riscos, na SALC,

o processo é avaliado por mais de um agente administrativo, antes de seguir para a assinatura do OD, sendo, ainda, submetido à conformidade de gestão.

Na liquidação, a Seção de Material exerce um controle cerrado no recebimento do material para verificar se obedece às prescrições do objeto, conforme a homologação e nota fiscal correspondentes. Outro risco a ser mitigado é o do material apresentar defeitos ou o serviço não estar dentro das especificações estabelecidas. Para tal, no primeiro caso, o responsável ou comissão de recebimento atesta ou emite parecer; quando se trata de serviço continuado, o Fiscal do Contrato exerce uma ação essencial para o controle.

No tocante, às atividades de ensino, os riscos avaliados são os decorrentes de afastamento de professor de matérias que não têm um substituto pronto para ocupar o claro. Para mitigar o risco de paralização das aulas programadas, a Divisão de Ensino dispõe de instrumentos como tabelas de distribuição da carga horária por turma para realizar reajustes, quando o afastamento é súbito. No caso de estar programado por motivo de aposentadoria, antes da ocorrência, a Presidência recorre ao DECEx e/ou outras organizações militares, no sentido de recrutar profissional que esteja habilitado para exercer a docência naquela especialidade

Já no plano externo, a maior ameaça se traduz na segurança pública, pela localização desta UPC, no bairro do Rio Comprido, cujas principais vias de acesso cruzam regiões onde é grande a probabilidade de ocorrência de tiroteio deflagrado pela guerra de facções criminosas de traficantes.

c. Procedimentos de Controle

A segregação de funções é o instrumento mais utilizado no controle dos riscos.

As atividades ligadas diretamente a avaliação da aprendizagem e à seleção e matrículas são acompanhadas e controladas. O docente que elabora a prova não é necessariamente o mesmo que analisa e aprova. Quem aplica a prova não é o mesmo quem elabora ou professor da disciplina avaliada.

O processo de seleção para matrícula é instruído por um requerimento por meio digital, seguindo normas anteriormente baixadas para seleção.

Todas as atividades que envolvem mais de uma seção e/ou exige apoio administrativo com execução de despesa são instruídas segundo uma Nota de Serviço, onde estão baixadas as normas de execução e as tarefas a serem cumpridas pelos diversos agentes.

Esta Unidade segue o código de ética do servidor público e do código de ética do servidor da Fundação. Os contadores/auditores da Auditoria Interna firmam o termo de objetividade e confidencialidade, previsto nas normas do Sistema e na Portaria nº 018, de 17/01/2013, do Comandante do Exército.

Para prestar serviço nesta Unidade, os militares e demais colaboradores que se encontram em regime de terceirização somente são aceitos, se tiverem referência anterior de idoneidade.

Os pais e responsáveis, assim como todo o corpo discente, têm conhecimento de todas as normas referentes aos direitos e deveres de seus dependentes no documento que regula o funcionamento do Corpo de Alunos. Esse documento é o Manual do Aluno.

d. Informação e Comunicação

A comunicação é realizada por meio de memorandos, notas de serviço, avisos, mensagens eletrônicas. Na Intranet são transmitidos para o público interno os boletins oficiais, notas de serviço, cardápios e informações de caráter geral.

No sítio eletrônico, são divulgados os fatos administrativos e todos os eventos programados e executados. A finalidade desses dois instrumentos de comunicação é manter o público interno e externo bem informado e atualizado.

Semanalmente, o Dirigente Máximo reúne-se com seus assessores diretos e lhes passa informações, diretrizes e notícias, ocorrendo debates sobre assuntos que requeiram solução coletiva.

Nesse encontro, também são realizadas as críticas sobre eventos ocorridos e estabelecidos procedimentos para mitigar riscos futuros.

Cada chefe e/ou responsável por área de atuação também tem oportunidade de expor a situação que lhes diz respeito diretamente e o que pode se configurar em ameaça.

Mensalmente é tornado público o Boletim Operacional (BO), onde constam as decisões, normas, portarias, despachos e soluções a requerimentos que geram direitos, exarados pelo Dirigente Máximo. Outros assuntos relacionados com a administração, como movimentação e desfazimento de material, são publicados em um Aditamento ao BO do mês.

e. Monitoramento

A entrada de material no patrimônio é monitorada pelo pessoal da Seção de Material/Almoxarifado, ao comparar o material recebido com a nomenclatura, características, a nota fiscal e a nota de empenho. Se a aquisição incluir itens elétricos e de Informática, também participa da ação um técnico da especialidade. No caso específico de serviços prestados por empresa contratada, sob regime de terceirização, antes da liquidação, o fiscal de contrato verifica toda a documentação comprobatória de quitação das obrigações trabalhistas e sociais, existência de faltas e reposições de pessoal e calcula o valor a ser recolhido para a conta vinculada.

Trimestralmente, os gestores apresentam medidas de controle interno dos processos, fazendo uma comparação com o registrado no período anterior. Esse procedimento visa a avaliar se haverá necessidade de promover revisões.

O monitoramento sobre a movimentação de material é procedida, por meio de verificação física contínua e diária dos estoques físicos existentes nos depósitos no Almoxarifado, no Serviço de Aprovisionamento, na Seção de Tecnologia da Informação e na Seção de Saúde.

A Divisão de Administração adotou, ao final de 2017, um Plano Geral de Manutenção, Preservação e Vigilância para normatizar as atividades de proteção e conservação do patrimônio imobiliário e mobiliário.

O monitoramento do serviço de transportes é feito pelo Setor de Portaria, por intermédio do controle cerrado da entrada e saída de todos os veículos do patrimônio da União, e pelo Setor de Expediente da Divisão de Administração sobre o abastecimento e consumo de combustível.

A Divisão de Auditoria avalia continuamente, por meio de amostragem, os processos de realização da despesa.

Vale ressaltar que ao Conselho Deliberativo são submetidos para aprovação as contas desta UPC, o PGE, Plano de Gestão e a proposta orçamentária para o ano A+1. Reuniões trimestres são realizadas com esse Órgão Colegiado para informar sobre o desenvolvimento dos processos finalísticos e da execução financeira e orçamentária.

3.4. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

Esta UPC não remunera administradores.

3.5. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Não ocorreu no exercício de 2017 contratação de empresa de auditoria independente.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

4.1.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal

4.1.1.1. Demonstração e distribuição da Força de Trabalho à disposição da UPC

Quadro 18 - Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	**121**	**60**	**1**	**5**
1.1 Membros de poder e agentes políticos	não há	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	121	60	1	5
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	121	60	1	5
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	não há	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	não há	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	não há	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	não há	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	**15**	**15**	**01**	**01**
4. Total de Servidores (1+2+3)	**136**	**75**	**02**	**06**

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

Quadro 19 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1.Servidores de Carreira (1.1)	**8**	**52**
1.1.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	**8**	**52**
1.1.2.Servidores de carreira vinculada ao órgão	**8**	**52**
1.1.3.Servidores de carreira em exercício descentralizado	**-**	**-**
1.1.4.Servidores de carreira em exercício provisório	**-**	**-**
1.1.5.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	**-**	**-**
2.Servidores com Contratos Temporários	**-**	**-**
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública (*)	**8**	**7**
4.Total de Servidores (1+2+3)	**16**	**59**

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

Quadro 20 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (Situação em 31 de Dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	**15**	**15**	**01**	**01**
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	não há	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	15	15	01	01
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	12	-	-
1.2.5. Aposentados	-	3	-	-
2. Funções gratificadas	**47**	**29**	**04**	**-**
2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	25	-	-
2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	-	4	04	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	**62**	**44**	**05**	**01**

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

Análise Crítica da Gestão de Pessoas

a) a quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da UPC:

Em 1995 foi estabelecido o Quadro de Lotação de Pessoal (QLPC) da Fundação que não atende mais às necessidades atuais de funcionamento da Fundação Osorio, tanto para as necessidades relativas à atividade-fim quanto para as necessidades relativas à atividade de apoio.

Entre os cargos necessários de nível superior que não estão previstos no quadro de lotação destacam-se os de Administrador, Relações Públicas (Comunicação Social), especialista em Tecnologia da Informação e Bibliotecário.

Além da quantidade de cargos previstos serem insuficientes e há existência de 21 (vinte e um) claros para os integrantes da carreira do Magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT), a Lei nº 9.632, de 27 de maio de 1998,extinguiu 20 cargos do Plano Geral de Quadros do Poder Executivo (PGPE) da FO, e ainda estabeleceu que por ocasião da aposentadoria dos servidores atuais seus cargos também serão extintos.

Agravando a situação quanto a previsão de efetivo e vagas existentes no QLPC da FO,04 (quatro) professores se aposentaram em 2017,o que ampliou a quantidade de faltas de professores em diversas disciplinas, tais como, Português, Matemática, Sociologia, Psicologia, Inglês, Administração, Contabilidade, Espanhol e professor especializado para ministrar aulas referentes às disciplinas do 1º segmento do Ensino Fundamental.

As demandas e os continuados encargos na atividade-fim e na atividade-meio não foram seriamente comprometidos em 2017, devido aos acordos de parceria feitos com o Exército Brasileiro, Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ)e com o Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro (CBMRJ), além da significativa ajuda de pessoas realizando "Trabalho Voluntário" nesta UPC.

A falta em pessoal, tanto em professores quanto em pessoal de apoio, ressalta a necessidade e a importância da Fundação Osorio buscar parcerias a fim de supri-las.

Quadro 21–Pessoal em Apoio em função das Parcerias

Tipo de Apoio	Quantidade
EXÉRCITO	38
PTTC	10
PMERJ	8
CBMERJ	8
MB	1
Voluntários (1)	10
Total	**75**

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

Legenda:

(1) Termos de Adesão ao Serviço Voluntário assinado com a FO, 3 dias por semana, ½ jornada de trabalho, sendo 2 (dois) voluntários na Supervisão Musical, e 07 (sete) como inspetor de alunos junto ao Corpo de Alunos.

Obs: além do trabalho voluntário de civis e militares, a Escola conta com significativo apoio de pessoal de diversas OM no Rio de Janeiro.

b) resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e a área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados:

Não se aplica esta UPC.

c) possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada prioritariamente por servidores mais próximos do evento aposentadoria:

A Fundação possui muitos servidores com idade mais avançada e com tempo de serviço próximo ao mínimo exigido para a aposentadoria, esse fato faz vislumbrar que a falta de servidor de carreira vinculado deverá se agravar no curto prazo, caso não seja autorizado a realização de concurso público para completamento das vagas.

O fato de não ocorrer concurso público obrigou a Alta Administração da Fundação a intensificar a busca de parcerias com outras instituições públicas para suprir essas faltas.

d)eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UPC, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas pela UPC:

Alguns afastamentos, no ano de 2017, fizeram que a FO buscasse apoio do Exército para diminuir o impacto que causaram, particularmente na área de ensino.

Esses afastamentos são mostrados no quadro abaixo.

Quadro 22 – Afastamentos de Pessoal

Situação	Quantidade de Servidores
Aposentadoria	4
Óbito	1
Licença Pessoal da Família - Capacitação	1
Licença sem Vencimento	2

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

e)movimentações de pessoal (ingresso e egresso) decorrente da reestruturação dos órgãos e entidades da administração pública ocorrida no exercício:

Não se aplica a esta UPC.

4.1.1.2. Custos de Pessoal

Quadro 23 - Custos do Pessoal (em R$ 1,00

Tipologias / Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercício	2017	3.629.056	0	2.733.949	662	2.636	719.623	375.791	17.737	0	7.479.454
	2016	3.532.093	0	1.984.445	1.282	2.476	744.507	564.137	173.160	0	7.002.100
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercício	2017	0	672.840	0	0	0	0	0	0	0	672.840
	2016	0	645.920	0	0	0	0	0	0	0	645.920

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

4.1.1.3. Gestão de Riscos relacionados ao pessoal

A Fundação Osorio identificou como riscos que podem comprometer de forma grave o cumprimento da sua missão institucional a falta de professores e acumulação de cargos por parte de seus servidores.

Para mitigar esses riscos, adota as seguintes ações:

a) quanto ao acumulo de cargos:

1) obrigatoriedade da entrega anual pelos seus servidores da Declaração de Acúmulo de Cargos, bem como no ato de posse dos mesmos;

2) ampla divulgação sobre o impedimento legal da acumulação e das situações nas quais é permitida;

3) conferência rigorosa dessa declaração com a situação do servidor;

4) apuração imediata sobre qualquer denúncia recebida.

b) quanto a falta de professores:

1) solicitação ao Ministério da Defesa de autorização para realização de concurso público para preenchimento das vagas de professor;

2) solicitação de apoio ao Exército de disponibilização temporária de militar, que possua licenciatura nas disciplinas em há faltas, para que possa ministrar aula.

4.1.2. Informações sobre a Contratação de Mão de Obra de Apoio e Sobre a Política de Contratação de Estagiários.

4.1.2.1. Informações sobre contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade(Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva e locação de mão de obra)

As informações sobre a Contratação de Mão de Obra de Apoio estão disponíveis no site www.fosorio.ensino.eb.br, acessando o *link* Divisão de Administração, na aba esquerda da página *home*.

Quadro 24 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos
(contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva e com locação de mão de obra)

Unidade Contratante						
Nome: FUNDAÇÃO OSORIO						
UG/Gestão: 164204						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	**Objeto**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**	**Sit.**
			Início	**Fim**		
2015	Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene	09.060.537/0001-11	03/09/2015	02/09/2016	F - 28	A
2016	Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene	09.060.537/0001-11	03/09/2016	02/09/2017	F - 28	P
2017	Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene	09.060.537/0001-11	03/09/2017	02/09/2018	F - 25	P

Observação:
Serviços prestados nos imóveis da Fundação Osorio, localizados nos nº 52 e 165, da Rua Paula Ramos, no Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ.
Pregão Eletrônico nº 008/2015, Contrato nº 003/2015, firmado com LAPA TERCEIRIZAÇÃO E PLANEJAMENTO LTDA., em 03/09/2015, tendo sido prorrogado, pelo Termo Aditivo nº 001/2016, de 03/09/2016, e novamente prorrogado pelo Termo Aditivo nº 001/2017, com término previsto em 02/09/2018. Nesta última prorrogação, foram suprimidos 3 (três) postos de trabalho.
LEGENDA:
Nível de Escolaridade: (F) Fundamental; (M) Médio.
Situação do Contrato.: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante						
Nome: FUNDAÇÃO OSORIO						
UG/Gestão: 164204						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	**Objeto**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**	**Sit.**
			Início	**Fim**		
2016	Prestação de Serviços de Vigilância Ostensiva	15.145.687/0001-20	14/03/2016	13/03/2017	M – 1 F - 20	A
2017	Prestação de Serviços de Vigilância Ostensiva	15.145.687/0001-20	14/03/2017	13/03/2018	M – 1 F - 20	P

Observações:
Serviços prestados nos imóveis da Fundação Osorio, localizados nos nº 52 e 165, da Rua Paula Ramos, no Rio Comprido, e no nº 175 da Rua São Clemente, em Botafogo, no Rio de Janeiro, RJ.
Pregão Eletrônico nº 004/2016, Contrato nº 003/2016, firmado com TOTAL CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME., em 14/03/2016, com término previsto para 13/03/2017;/ prorrogado pelo Termo Aditivo nº 01/2017, em 14/03/2017, com término previsto em 13/03/2018.

LEGENDA:
Nível de Escolaridade: (F) Fundamental; (M) Médio.
Situação do Contrato.: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante						
Nome: FUNDAÇÃO OSORIO						
UG/Gestão: 164204						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	**Objeto**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**	**Sit.**
			Início	**Fim**		
2016	Prestação de Serviços de Manutenção de Bens Imóveis, Copeiragem, Transporte, Reprografia, Recepção e Telefonista	29.000.841/0001-80	01/04/2016	31/03/2017	F – 20 M - 9	A
2017	Prestação de Serviços de Manutenção de Bens Imóveis, Copeiragem, Transporte, Reprografia, Recepção e Telefonista	29.000.841/0001-80	01/04/2017	31/03/2018	F – 20 M - 9	P

Observações:
Serviços prestados nas divisões e seções da Fundação Osorio, instaladas nos nº 52 e 165, da Rua Paula Ramos, no Rio Comprido, no Rio de Janeiro, RJ.
Pregão Eletrônico nº 002/2016, Contrato nº 002/2016, firmado com TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA., em 01/04/2016, com término previsto para 31/03/2017; prorrogado pelo Termo Aditivo nº 01/2017, em 01/04/2017, com término previsto para 31/03/2018.

LEGENDA:
Nível de Escolaridade: (F) Fundamental; (M) Médio.
Situação do Contrato.: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante						
Nome: FUNDAÇÃO OSORIO						
UG/Gestão: 164204						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	**Objeto**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**	**Sit.**
			Início	**Fim**		
2016	Prestação de Serviços de Informática e de Apoio Administrativo, não abrangidos pelo Plano de Cargos	09.169.438/0001-72	20/06/2016	19/06/2017	M - 12	A
2017	Prestação de Serviços de Informática e de Apoio Administrativo, não abrangidos pelo Plano de Cargos	09.169.438/0001-72	20/06/2017	19/06/2018	M - 12	P
Observações: Serviços prestados nos imóveis da Fundação Osorio, localizado nos nº 52 e 165, da Rua Paula Ramos, no Rio Comprido, no Rio de Janeiro, RJ. Pregão Eletrônico nº 008/2016, Contrato nº 005/2016, firmado com PLANEJAR TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI, em 20/06/2016, com término previsto para 19/06/2017; prorrogado pelo Termo Aditivo nº 01/2017, de 20/06/2017 com término previsto para 19/06/2018.						
LEGENDA: **Nível de Escolaridade**: (F) Fundamental; (M) Médio. **Situação do Contrato.:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado						

Unidade Contratante						
Nome: FUNDAÇÃO OSORIO						
UG/Gestão: 164204						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	**Objeto**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**	**Sit.**
			Início	**Fim**		
2017	Prestação de Serviços de Apoio Administrativo, não abrangidos pelo Plano de Cargos	22.627.676/0001-42	01/12/2017	30/11/2018	M - 5	A
Observações: Serviços prestados no Gabinete da Presidência, no Serviço de Aprovisionamento da Fundação Osorio, localizado nos nº 52 e 165, da Rua Paula Ramos, no Rio Comprido, no Rio de Janeiro, RJ. Pregão Eletrônico nº 016/2017, Contrato nº 030/2017, firmado com FENIX CONSULTORIA ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS - EIRELI, em 01/10/2017, com término previsto para 30/11/2018.						
LEGENDA: **Nível de Escolaridade**: (F) Fundamental; (M) Médio. **Situação do Contrato.:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado						

Fonte: Seção de Aquisição, Licitações e Contratos

4.1.2.2. Análise Crítica

Durante o exercício financeiro foram prorrogados os contratos com as empresas prestadoras dos seguintes serviços: a) vigilância ostensiva; serviços de copa e cozinha, motoristas, recepção, telefonista e de manutenção bens imóveis; c) serviços técnicos especializados, inexistentes no QLPC, como técnico de informática, operador de copiadora e apoio especializado à atividade-meio, previstos no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) e d) serviços de limpeza e higiene. Ao final do exercício financeiro, todos os seus colaboradores estavam com seus salários em dia, incluindo o 13º. Ocorreram alguns casos pontuais de atrasos no pagamento do vale alimentação e adicional de férias, mas foram sanados, após notificações.

Todos os contratos estão ancorados em Acordo de Níveis de Serviço, expediente que mede a produtividade do serviço prestado pela empresa. É aplicado em função de descumprimentos de cláusulas contratuais pela empresa ou por falta praticada no serviço por algum colaborador. O ANS atribui pontuações para descumprimento de cláusulas contratuais, que se refletem em percentuais a serem aplicados como taxas de redução do valor a ser pago ao final do mês. Não houve a necessidade de aplicação em 2017.

O controle sobre o cumprimento das obrigações legais daquelas empresas é exercido por meio da exigência de comprovação referente ao mês anterior, do pagamento dos salários dos servidores, bem como das verbas trabalhistas e previdenciárias, antes da Administração realizar o pagamento da fatura. Além disso, é verificado pelos fiscais de contrato se todos os colaboradores receberam seus salários do mês considerado.

Esta UPC mantém com todas as empresas uma conta vinculada, de acordo com o previsto no Art. 19-A, da IN MPOG nº 03, de 15/10/2009, onde são recolhidos percentuais incidentes sobre os diversos encargos trabalhistas e previdenciários. Tal medida tem o objetivo de salvaguardar os interesses da Administração quanto ao cumprimento da legislação e a proteção dos trabalhadores.

O grande desafio desta UPC é mitigar a falta de pessoal para desempenhar as tarefas inerentes a uma moderna administração pública, que prima pelos princípios de moralidade administrativa, da impessoalidade e da legalidade, combinadas com a capacitação técnico-profissional, tão em voga para saber utilizar a tecnologia em proveito da produtividade. Os cargos previstos no Quadro de Lotação de Pessoal não são condizentes com as qualificações exigidas para o desempenho de diversas funções, tais quais: agentes administrativos que estejam habilitados a acessar e trabalhar com arquivos eletrônicos, baixar aplicativos, coletar dados de fontes diversas e estar dotado de conhecimentos da legislação tributária, trabalhista e referente à administração pública. Se não bastasse, essa deficiência do plano de cargos, mais uma vez a solicitação de realização de concurso para provimento de 39 (trinta e nove) cargos foi indeferida pelo MPDG, quando restituiu o Processo nº 00731-000110/2016-92, informando que o concurso não poderia ser realizado, em virtude do cenário econômico-fiscal restritivo e em decorrência de diretrizes governamentais que restringem a realização de novos concursos públicos na esfera federal.

Todavia, esse óbice não pode ser invocado pelo Administrador para justificar a ocorrência de riscos na gestão dos recursos públicos. Nesse intuito, esta Unidade promoveu uma nova licitação para aumentar o número de profissionais para prestar serviços técnico-profissionais de apoio administrativo, por meio de contratação de uma empresa em regime de terceirização. Essa mão de obra é composta de 4 (quatro) codificadores de dados e 1(um) técnica em secretariado.

Toda a mão de obra terceirizada representou 52% (cinquenta e dois por cento) das despesas discricionárias, em 2017.

4.1.2.3. Composição do Quadro de Estagiários

Esta UPC não contratou estagiários em 2017.

4.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

4.2.1.Informações sobre a Gestão da Frota de Veículos de Propriedade da União

Quadro 25 - Frota de Veículos de Propriedade da União

Grupos	Informações sobre a Frota			
	Qtd.	Média anual de Km	Idade Média (anos)	Custos de Manutenção
Veículos de representação pessoal	-	-	-	-
Veículos de representação	1	4.069	3	10.592
Veículos de serviço	7	6.003	8	45.115
Total	8	-	-	55.707

Fonte: Seção de Patrimônio

Informações Complementares

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A constituição e utilização dos veículos são reguladas pela legislação da administração pública federal.

A Fundação Osorio não oferece serviço de transporte a seus funcionários. A viatura de representação registrada no Quadro 25 acima corresponde ao veículo de transporte institucional, previsto no Inciso II, do Art. 5°, do Decreto n° 6403, de 17/03/2008, que atende apenas o Dirigente Máximo desta UPC. As demais viaturas se destinam às atividades de apoio administrativo, incluindo o transporte de pessoas em serviço e de material, atividades escolares e no caso de emergências para prestação de primeiros socorros, particularmente, quanto a alunos em horário escolar.

No transporte voltado exclusivamente para o apoio ao ensino em atividades escolares externas, são utilizados um ônibus com 32 lugares e uma VAN LML 9563 2017, de 16 lugares, passada à disposição, pelo Comando do Exército, em setembro de 2017.

Para a execução do apoio de transporte, o interessado deve solicitar mediante pedido formal à Divisão de Administração, com antecedência mínima de 24 horas, salvo nos casos de emergência ou situações inusitadas. Todas saídas e entradas de viatura são controladas pelas portarias, onde ficam registrados os dados do odômetro e horário de entrada e saída, dados esses informados, para fins de efetivo controle, à Divisão de Administração, no dia útil seguinte.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da unidade;

Os serviços prestados pela frota da Fundação viabilizam de forma eficiente os deslocamentos de pessoas em serviço e de transporte de material. Além disso, somente por meio desse apoio, é possível a realização das visitas escolares, uma vez que a cidade do Rio de Janeiro é um centro cultural dotado de museus, monumentos, parques, espaços científicos, observatório astronômico, institutos de pesquisa, planetários e outros logradouros de relevância histórica que contribuem sobremaneira para enriquecer o processo ensino-aprendizagem.

Também, durante todo o ano letivo, no período de aula, uma viatura fica de sobreaviso para atender às necessidades de emergência médica para alunos, particularmente, nos casos de remoção.

c) Plano de substituição da frota;

Apesar de a idade média dos veículos ser 8 anos, a incorporação à frota, nos dois últimos exercícios, de um veículo de passeio, modelo LOGAN - ano 2014 e uma Kombi - ano 2013, doados por organizações militares do Exército minimizou a deficiência do desgaste produzido pelo tempo de uso.

Permaneceu vetada pelo MPOG a aquisição de veículos em 2017. Esse contingenciamento pode ser contornado, por motivo do recebimento da VAN - ano 2017; contudo, esta UPC não pode prescindir de substituir o ônibus existente, em até dois anos, pelo fato de já estar com 13 anos.

d) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Por possuir frota própria e dispor de 3 motoristas contratados em regime de terceirização e 3 militares do Exército colocados à disposição desta Unidade para prestar serviços de motoristas, não há razões para se contratar empresas locadoras de veículos.

Esta UPC não adquiriu veículos por ter sua frota renovada por doação e cessões de uso por Organizações Militares do Exército e por estar sob regime de contingenciamento a aquisição de veículos pela Portaria nº 28/MPDG, DE 17/02/2017.

e) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Esta UPC possui subordinada à Divisão de Administração uma Seção de Transportes a quem cabe o controle das atividades voltadas à manutenção e utilização das viaturas.

As saídas e retornos de viaturas são anotados nas portarias de acesso à Escola e do Prédio da Administração por meio de lançamentos em mapa de controle, que é diariamente apresentado à Fiscalização Administrativa da Fundação. Além disso, a quilometragem rodada e o consumo por viatura são registrados para fins de controle dos custos de manutenção.

As necessidades de apoio de transporte são requeridas por meio de um pedido de viatura, onde constam data, destino e o motivo do apoio, com a antecedência mínima de 24 horas. O apoio de transporte de alunos para eventos externos programados pela Divisão de Ensino é encaminhado pelo Chefe da Divisão de Ensino ao Chefe da Divisão de Administração, mensalmente, por meio de uma relação com quantidade de alunos, professores, inspetores, necessidade de alimentação, com até 7 dias que antecedem o mês de apoio.

Durante o horário escolar, permanece de plantão uma viatura com motorista em condições de atendimento para situações de emergência em atendimento médico-hospitalar.

Todos os pedidos são analisados quanto aos princípios da economicidade, oportunidade, eficiência e efetividade pelo Fiscal Administrativo. No caso das necessidades serem maiores do que os meios para apoio, o Chefe da Divisão de Administração atribui as prioridades de atendimento.

O combustível desta UPC fica estocado no 1º Batalhão de Polícia do Exército, onde somente é autorizado o abastecimento mediante a apresentação de uma vale emitido eletronicamente por meio de um programa específico que controla os saldos disponíveis, instalado na Intranet do Comando Militar do Leste. A emissão do vale é processada no Setor de Expediente da Divisão de Administração.

4.2.2. Frota de Veículos Automotores Contratada de Terceiros

Não houve frota de veículos contratada de terceiros.

4.2.3. Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas condições

Veículos inservíveis são alienados, em conformidade com as prescrições da Lei nº 8.666/93 e o Decreto nº 99.658/1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

Esta UPC possuía em sua frota uma viatura pessoal Megane 2.0, 5 passageiros, Renaut, ano 2000, modelo 2001, placa KMI-7007, que foi submetida as um processo de desfazimento em 2016. Inicialmente, foi instaurado um processo de alienação para realização de um leilão; entretanto, esse procedimento foi suspenso e substituída a destinação do veiculo, passando de alienação para doação. O veículo foi doado para a Base de Apoio Logístico do Exército (BApLogEx).

4.2.4.Gestão do Patrimônio Imobiliário

4.2.4.1.Distribuição geográfica dos imóveis da União

A Gestão do Patrimônio está estruturada em um Setor de Patrimônio, subordinado à Divisão de Administração, que é o responsável pelos registros contábeis, lançamentos nos sistemas

SIAFI e SPIUnet, de todas as alterações referentes as entradas e saídas do material de consumo, consubstanciadas no Relatório de Almoxarifado e da inclusão e distribuição do material permanente pelas seções, assim como pelo seu desfazimento, conforme se tornar inservível ou por depreciação.

Participam solidariamente no controle as seguintes seções: a) a de Material, que é a porta de entrada de todo o material de consumo e permanente, incluindo a conferência, distribuição e estoques (Almoxarifado), no tocante a todo material permanente e os de higiene, de expediente e de manutenção de bens móveis e imóveis; b) o Serviço de Aprovisionamento, no controle dos gêneros alimentícios; c) a de Tecnologia da Informação, no e estoque e distribuição para aplicação imediata dos itens de informática e d) Seção de Saúde, no controle dos medicamentos e fármacos.

As atividades de vistoria dos imóveis e manutenção preventiva e corretiva de instalações, equipamentos e mobiliário, são executadas pela Seção de Manutenção, sob a supervisão do Fiscal Administrativo. Ainda, fazem parte dessa estrutura de controle e gestão, indiretamente, o Setor de Vigilância, que tem o encargo realizar rondas pelas dependências, nos dias e horários sem expediente, e a Turma de Limpeza e Conservação, que está instruída para informar sobre quaisquer irregularidades encontradas nas dependências e espaços adjacentes, em sua área de atuação.

4.2.4.2. Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão espaço físico

As informações sobre os imóveis da União estão disponíveis no site www.fosorio.ensino.eb.br, acessando o *link* Divisão de Administração, na aba esquerda da página *home.*

Quadro 26 – Distribuição Geográfica dos Imóveis da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	
		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	Unidade da Federação: Rio de Janeiro	4	4
	Município: Rio de Janeiro	4	4
Subtotal Brasil		**4**	**4**
EXTERIOR	Esta UPC não possui imóveis no exterior	-	-
Subtotal Exterior		**-**	**-**
Total (Brasil + Exterior)		**4**	**4**

Fonte: Setor de Patrimônio

4.2.4.3. Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet):

A Fundação Osorio administra quatro imóveis. São eles:

a. na rua Paula Ramos nº 52, estão as unidades escolares, o gabinete da Presidência, Coordenação Técnica e as divisões responsáveis pela gestão dos macroprocessos finalísticos;

b. no nº 165, da Rua Paula Ramos, endereço frontal ao acima citado, funcionam Divisão de Administração e a Divisão de Auditoria;

c. no nº 90 da mesma rua encontra-se um terreno, adjacente ao imóvel do nº 52, que poderia ser o mesmo endereço. A utilização desse terreno não foi efetivada, até o momento, por exigir um montante elevado de investimentos por parte de um órgão público, cujo benefício advindo não compensaria o custo do investimento, considerando o aperto fiscal contingenciado pelo governo para esse tipo de despesa. Um montante considerado no dispêndio desse projeto seria no nivelamento do terreno, por se tratar de espaço topográfico muito irregular, de aclive acentuado e de cota negativa em relação à área que o circunvizinha, e

d. o outro imóvel está situado no nº 175, da Rua São Clemente, em Botafogo.

- é digno o registrar sobre o novel imóvel, citado na letra “d” acima, adquirido, assim considerado, por ato legatório instituído. Trata-se de bem imóvel deixado, por particular, mediante Testamento Público com a entrega para o uso, gozo e disposição para o ente fundacional. Para esse bem, há que se trazer a comento a existência [momentânea] de pendência do registro de propriedade, ainda não exercido perante o Serviço Notarial de Registro de Imóvel. Em face desse

indicativo, já objeto de Ação de Inventário, além do fato de a UG-FO já se encontrar na posse plena do imóvel localizado na Rua São Clemente, 175 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - Inscrição Municipal junto 0.146.876-8, a Procuradoria Regional Federal do Rio de Janeiro - 2ª Região [PRF2], que cuida da representação judicial e extrajudicial quanto às atividades descentralizadas a cargo das autarquias e fundações públicas, está envidando esforços para o saneamento da pendência, o que incluiu a abertura de outro Processo de Inventário, distribuído perante a 5ª Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. Independente desse óbice, os dados referentes ao imóvel já foram contabilizados no INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS, desta UG e no SIAFI e no SPIUnet.

Quanto aos registros contábeis, é notório o fato de que a rotatividade de pessoal e a dificuldade em capacitar profissionais para operar os sistemas SIAFI e SPIUnet acarretaram incompatibilidade de contas nos dois sistemas. Em 2017, com esforço despendido junto ao Setor de Patrimônio da União, no Rio de Janeiro, esta UPC logrou êxito nas capacitação de um servidor para operar os sistemas. Assim, finalmente, foi possível tornar os dois sistemas integrados. Dito assim, o Balancete Contábil da Conta 1.2.3.2.1. **01**.00 - Bens de Uso Especial Registrados no SIAFI expressam os mesmos valores do registrado no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

O total registrado no **SIAFI**, na conta contábil 1.2.3.2.1. **01**.00 - Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet é **R$ 8.941.500,08**. Abaixo encontra-se o detalhamento dessa conta e a relação com o imóvel existente:

1.2.3.2.01.01 - IMÓVEIS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS - R$ 1.699.826,62 - valor do imóvel do endereço da Rua São Clemente, 175;

1.2.3.2.01.02 – EDIFÍCIOS - R$ 2.817.906,30 - valor do imóvel da Rua Paula Ramos, 165;

1.2.3.2.01.03 - TERRENOS/GLEBAS - R$ 31.610,27 - valor do terreno na Rua Paula Ramos, 90 e

1.2.3.2.01.07 - IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL - R$ 4.392.156,89 - valor do imóvel da Rua Paula Ramos, 52.

Consultando o SPIUnet, pode ser constatado que o total dos bens imóveis desta UPC é também R$ 8.941.500,08. Dito assim, o Inventário de Bens Imóveis, existente nesta Unidade está compatibilizado com o SIAFI e o Sistema de Gerenciamento de Imóveis Especial da União (SPIUnet).

A discrepância anterior existente entre contas foi motivada por registros contábeis de benfeitorias e reavaliações nos preços do m² de terrenos, ocorridas em anos anteriores. Essas alterações foram registradas erroneamente, no SIAFI, na conta 1.2.3.2.1.**02**.00 - Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet. Essa conta é para ser utilizada em situações transitórias como despesas realizadas para obras, durante a fase de construção. Contudo, apesar de o Setor de Patrimônio ter atualizado os valores existentes nessas contas de transição, de forma que os registros nos dois sistemas fossem igualados, ainda, não foi possível tecnicamente zerar a conta que foi aberta no SIAFI para Bens de Uso Não Registrados no SPIUnet. Até o final do exercício de 2017, esta UPC, apesar dos esforços empreendidos, não conseguiu efetuar a operação contábil que efetivasse essa anulação.

Esta Unidade já envidou vários esforços para realizar essa operação, mas até o momento, não logrou êxito de cancelar essa conta **02.** Contatos foram procedidos com seções de patrimônio de outras UG, com a Setorial Contábil do Exército, com a Diretoria de Patrimônio da União e até com um setor de patrimônio do Ministério da Fazendo, no Rio de Janeiro, mas não foi possível se conseguir uma orientação técnica válida para resolver o problema. O recurso a ser utilizado agora é pedir o apoio da Secretaria do Tesouro Nacional por mensagem ou presencialmente, enviando um servidor àquela repartição.

No Anexo I, constam cálculos e balancetes que complementam as informações sobre o Patrimônio Imobiliário.

4.2.4.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

As informações detalhadas sobre a Cessão de espaço físico em imóvel da União, conforme quadro a seguir, estão disponíveis no sítio da UPC na Internet, www.foosorio@g.12.br, no *link* Divisão de Administração, na aba à esquerda da página *home*.

Quadro 27 – Cessão de espaço físico em imóvel da União (resumo)

Natureza da Receita	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Qtde de Contratos	Valores Recebidos em 2017 (R$)	Participação na receita (%)
Locação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Arrendamentos	-	-	-	-
Cessão de Uso de Bens Imóveis	Exploração de telefonia Móvel	1	R$ 119.308	100
Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel	-	-	-	-
TOTAL		**1**	**R$ 119.308**	**100**

Fonte: Setor de Patrimônio

Informações Complementares:

a) Forma de Seleção do Cessionário:

Foi realizada uma Tomada de Preços.

b) Forma de utilização dos Recursos Recebidos:

Foram utilizados na manutenção de coifas e fogões, aquisição de gêneros alimentícios e pagamento de uma fatura de uma empresa de terceirização.

Quadro 28 – Informações Complementares sobre a Cessão de espaço físico em imóvel da União (resumo)

OM RESPONSÁVEL		Fundação Osorio
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	**RIP**	6001.04323.500-0
	Endereço	Rua Paula Ramos nº 52, Rio Comprido, rio de Janeiro, RJ, CEP 20.261-210
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.449.992/0181-01
	Nome ou Razão Social	VIVO S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Telefonia Móvel
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Tomada de Preço
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação e exploração do serviço de telefonia móvel
	Prazo da Cessão	25 Jan 2015 a 24 Jan 2019
	Caracterização do espaço cedido	Edificação em área de 54m^2
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	R$ 119.308
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram depositados diretamente pelo Concessionário na Conta Única da União, por intermédio de GRU, classificados na Fonte 0250
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	As receitas foram utilizadas para o pagamento de despesas de um mês das empresas de terceirização de limpeza e higiene e de serviços técnicos de apoio administrativo.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há gastos

4.2.4.5. Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Considerando a idade média dos imóveis, que é 60 anos, pode ser inferido que a sua manutenção é dispendiosa e constante. Esta despesa é essencial para que o ensino não sofra solução de continuidade. Por esta razão, em 2017, as despesas executadas na manutenção de bens imóveis, na ND 39, representaram cerca de 12% do total empenhado nas ações Administração da Unidade e Prestação do Ensino Assistencial. Entre as principais despesas, destacam-se a recuperação total do piso polivalente do ginásio; a adaptação para duas salas de aula de um espaço anteriormente ocupado pela biblioteca; a pintura externa e interna de todo o pavilhão onde funciona o Ensino Fundamental do 2º Segmento; a construção de um estacionamento para 6 vagas, em uma área que

era degradada adjacente à lixeira e a recuperação do entorno do mastro da bandeira e de todo o telhado do imóvel da Rua São Clemente, 175.

Quanto à qualidade dos registros contábeis, o pessoal empregado, atualmente, nessa tarefa já foi capacitado no Serviço de Patrimônio da União e frequentou um curso de Gestão do Patrimônio Público.

Para maximizar a qualidade dos registros contábeis, há a necessidade de se reavaliar todos os imóveis desta Unidade a fim de que todas as benfeitorias existentes sejam registradas pormenorizadamente no SPIUnet. Essa providência importa em despesas na contratação de engenheiro civil para emitir o competente laudo de avaliação. Sem essa avaliação técnica não há amparo legal para a atualização do registro. Está no Plano desta UPC a reavaliação comentada.

4.2.4.6. Riscos relacionados à gestão dos imóveis e aos controles para mitigá-los

O maior risco é invasão de terreno. A área compreendida pelo imóvel da Rua Paula Ramos 52 é muito extensa, com aclive acentuado até a estrada que vai para o morro do Sumaré. Existe um grande espaço não ocupado por bens ou pessoas desta Unidade, já que está coberta pela Mata Atlântica. A topografia irregular do terreno dificulta a construção, mesmo de um simples casebre; todavia, a medida tomada para mitigar o risco de invasão é realizar inspeções e rondas periódicas para verificar cercas e marcos.

Os demais imóveis possuem vigias diuturnamente, que fazem ronda noturna.

Quanto à conservação e segurança dos imóveis e dos bens móveis neles existentes, esta UPC confeccionou normas específicas para essas atividades, onde se incluem as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores sobre a sua responsabilidade.

4.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.3.1 Principais Sistemas de Informações

Quadro 29 - Principais Sistemas de Informações

SISTEMAS	**Descrição dos objetivos do sistema**	**Manutenção** (se própria ou terceirizada)	**Despesas anuais com manutenção**	**Prazo para conclusão** (quando sistema em desenvolvimento)
Sistema de Gerência Escolar	Controla a matricula dos alunos, notas, fichas de alterações.	Própria	-	Dezembro de 2018
Sistema de Almoxarifado	Controla a entrada e a saída de material no Almoxarifado gerando RMA.	Terceirizada	-	Finalizado
Sistema de Patrimônio	Controla todo o patrimônio da Fundação Osorio, gerando etiquetas patrimoniais.	Terceirizada	-	Finalizado

Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes:

Os principais riscos são:

1) interrupção do serviço de conexão à Internet;
2) falta de manutenção e desenvolvimento dos sistemas;
3) interrupção da manutenção dos sistemas.

Medidas para mitigar os principais riscos:

a) em relação à interrupção do serviço de conexão à Internet, está sendo finalizada a entrada da Fundação à Rede Comunitária de Educação e Pesquisa(COMEP);

b) quanto à a manutenção e desenvolvimento dos sistemas, busca-se difundir ao máximo o conhecimento adquirido até o presente, bem como, confeccionando toda a documentação do sistema;

c) quanto à interrupção da manutenção dos sistemas, a Fundação tem procurado incentivar a capacitação individual de seus colaboradores.

Fonte: Seção da Tecnologia da Informação

4.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O PDTI da Fundação estabelecido para o período de 2016-2019 está sendo refeito para se adequar ao Sistema dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal. O Plano de Gestão da Fundação está estabelecido para o período de 2017-2019, onde são declarados os objetivos e iniciativas estratégicas da área de TI, alinhando as soluções de tecnologia da informação com os objetivos estratégicos. O Plano também alinha suas ações para poder atingir as metas estabelecidas no Plano de Ação Anual da FO.

Dessa forma, identifica oportunidades de soluções de Tecnologia da Informação para aprimorar as tarefas da FO, define planos de ação de TI de curto, médio e longo prazo, identifica também, as arquiteturas de dados e de infraestrutura que melhor atendam à FO.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Gestor de TIC será criado em 2018e será composto pelo Coordenador Técnico, pela Chefe da Divisão de Ensino, pelo Chefe da Divisão Administrativa e pelo Chefe da Seção de Tecnologia da Informação.

c) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período

Atualmente, a Seção de Tecnologia da Informação possui apenas um servidor de carreira com vínculo à Instituição, os demais, ou não têm vínculo ou são prestadores de serviço terceirizados. Essa situação dificulta o planejamento de recursos para capacitações pela incerteza da permanência do colaborador na FO.

A capacitação realizada é para atender demanda específica, o próprio colaborador busca sua capacitação, e muitas das vezes, o conhecimento é buscada na Internet.

d) Descrição de quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

A Seção de Tecnologia da Informação (STI) da Fundação possui como encargo, além dos encargos relacionados à Tecnologia da Informação, controle da gestão sobre a Central Telefônica, o Auditório da Fundação e o Laboratório de Idiomas, tendo para esses setores 13 (treze) funcionários sob sua responsabilidade conforme o quadro abaixo.

Quadro 30 – Integrantes da STI

Integrantes da STI	Quantidade
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	-
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	1
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	9
Terceirizados	3
Estagiários	-

Fonte: Seção da Tecnologia da Informação

e) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na UPC, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

A STI implementou e mapeou 03 (três) processos abaixo relacionados:

1) pedido de material, esse processo tem o propósito de atender às necessidades de material de TI dos integrantes da FO;

2) solicitação de manutenção, que visa a atender às necessidades de manutenção de computador, impressora, de rede e de softwares do pessoal da Fundação;

3) solicitação de atualização da Intranet e da Internet, que mostra o passa-a-passo de como o público interno deve fazer para manter os softwares, tanto de sistema quanto de aplicativos, de seus computadores nas melhores condições de funcionamento e com a possibilidade de integrar à plataforma existente os recursos mais modernos disponíveis.

f) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

No ano de 2017,o projeto de desenvolvimento e implantação do Sistema de Gerência Escolar com o aprimoramento do módulo da Secretaria, que facilita o processo de matrícula e rematrícula dos alunos novos e antigos desta Instituição de Ensino, foi mantido. Esse sistema está sendo desenvolvido pelos servidores da instituição utilizando o próprio equipamento existente na Fundação, o que reduz o seu custo praticamente ao valor dos vencimentos desses colaboradores. O prazo para sua finalização é dezembro de 2018.

Outro projeto da SIT era realizar o *upgrade* dos computadores e tinha como meta 48 máquinas para o ano de 2017. No entanto, não se conseguiu atingir essa meta, pois foram atualizadas 31 máquinas, foi dada prioridade de atualização aos equipamentos da atividade fim, ou seja, os computadores utilizados pelos professores nas coordenações de ensino.

O projeto de aprimorar e melhorar o acesso rede da Fundação, que está alinhado com a Iniciativa Estratégica do Plano de Gestão - 7.1 - Implantar e integrar um sistema de comunicação adequado para suprir as necessidades da Fundação Osorio - foi realizado e sua meta foi alcançada, com a aquisição 02 (duas) licenças para servidor Windows 2012 Server R2 e 100 (cem) licenças de acesso.

g) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

São duas as terceirizações na área de TI, uma de manutenção e a outra de acesso à Internet. Em relação à primeira que é a de manutenção de computadores e impressoras a medida adotada para mitigar a dependência da empresa terceirizada foi colocar um colaborador junto com o funcionário da terceirizada com objetivo de ampliar conhecimento nessa área.

Quanto a medida adotada ao acesso à Internet, foi finalizada a infraestrutura de conexão com a rede COMEP, o que viabiliza o ingresso nessa rede, o que praticamente elimina a dependência à terceirizada.

4.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

a. Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da Fundação Osorio foi elaborado em 2017 para o biênio 2018-2019.

O plano buscou integrar todas as áreas ou setores da Fundação, de tal forma que houvesse uma crescente atenção com a questão ambiental, além da adoção de ações e práticas sustentáveis.

Dessa feita, foram previstas ações nas seguintes atividades: Educação Ambiental; Compostagem de Resíduos Sólidos, Coleta seletiva de Pilhas e Baterias, Hortas Coletivas ("hortas pedagógicas"), Reciclagem de Papel, Uso consciente de Recursos Hídricos e Energia Elétrica, Uso Consciente de Combustíveis. Em todas as áreas/atividades foram previstas indicadores e metas a alcançar.

b. Se o órgão participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

A Fundação não participa.

c. Se na Unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006:

Ocorre a separação dos resíduos recicláveis descartados, porém, pela distância geográfica compreendida entre esta Fundação e associações de catadores ser grande, essas associações não mostraram interesse em buscar esse tipo de resíduo.

d. Se as contratações realizadas observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente:

A Fundação nas licitações segue as prescrições do Decreto nº 7.746 de 06 jun 2012, o qual estabelece diretrizes para desenvolvimento sustentável nas contratações.

e. Se o órgão possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012:

O PLS foi formalmente aprovado em dezembro de 2017.

1) Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o Art. 6º da IN SLTI/MPOG, de 12 de novembro de 2012:

A comissão gestora é constituída por 06 (seis) servidores, sendo 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes. Todos os membros são professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico. Procurou-se dar preferência na designação para compor a Comissão professores que já tinham desenvolvido projetos na área ambiental ou fossem de disciplinas afins que contemplem a questão ambiental em seus conteúdos programáticos.

2) Sobre a formalização e a abrangência do PLS na forma do Art. 9º da IN SLTI/MPOG:

O plano possui o item "Plano de Ação do PLS-FO", nesse item foram contemplados todos os temas estabelecidos no Art. 8º e estabelecidas ações com todos os tópicos previstos no Art. 9º.

3) Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da Unidade (Art. 12 da IN SLTI/MPOG:

O PLS foi publicado no aditamento ao Boletim Oficial da Fundação e também encontra-se publicado na página da Escola.

4) Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da Unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012):

Nenhum resultado foi alcançado em 2017, pois o PLS foi aprovado no final de 2017 para ser aplicado no biênio 2018.

f. Análise crítica da atuação da Unidade quanto ao tema.

Quadro 31 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Seu órgão participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	No órgão ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3.	As contratações realizadas pelo órgão observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	O órgão possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9° da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site institucional (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	

	Caso positivo, indicar o endereço na *Internet* no qual o plano pode ser acessado: www.fosorio.g12.br		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		**X**
	Caso positivo, indicar o endereço na *Internet* no qual os resultados podem ser acessados:		

Análise crítica da atuação da Unidade:

Haja vista que o PLS será implementado a partir de 2018, não há resultados alcançados em 2017. Por esse motivo fica prejudicada a análise crítica da atuação da Unidade.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO

A Fundação Osorio disponibilizou no seu "site" www.fosorio.g12.br um "link" para acesso direto ao "Fale Conosco", no qual o cidadão poderá tirar dúvidas sobre a Escola, fazer sugestões e elogios ou, ainda, encaminhar críticas, denúncias e reclamações.

Em 2017, houve, em relação ao ano de 2016, um acréscimo de cerca de pouco mais de 14% no número de acessos à página eletrônica, totalizando, em dezembro de 2017, cerca de 500.000 acessos.

As informações relativas aos assuntos de grande interesse tais como os critérios para solicitação de vagas, os requisitos para a matrícula de novos alunos e orientações sobre solicitações de documentos, foram amplamente divulgadas na página da Escola. Esses novos procedimentos permitiram agilizar o atendimento a todas as solicitações feitas à Escola.

A Secretaria Escolar processou 866 requerimentos, com solicitações de 2ª via de histórico escolar, diplomas e declarações diversas e 6699 solicitações de vagas.

Todas as solicitações feitas à Escola, particularmente aquelas oriundas de pais e responsáveis, foram rapidamente processadas.

A Seção de Comunicação Social tem realizado um trabalho intenso no sentido de buscar uma maior aproximação com o público usuário da Instituição, principalmente os pais/responsáveis e os ex-alunos. É permanente o esforço da Seção em cadastrar e contatar os ex-alunos, principalmente por e-mail. Isso fez com que um grande número de ex-alunos participassem de atividades como a Festa Junina e o aniversário da Fundação Osorio.

Foi marcante a presença do público externo e interno nos eventos culturais. Os que contaram com a maior presença externa foram o Show de Talentos, a Festa Junina e a Feira de Ciências e Tecnologias.

A reunião de Pais e Mestres, realizada bimestralmente, é uma oportunidade que tem sido aproveitada pela Fundação para reforçar a aproximação com os familiares dos alunos. Tem apoiado intensamente a Escola nessa aproximação e na consecução do Objetivo Estratégico Nº 2 – Aumentar o intercâmbio com as partes interessadas –, a Associação de Pais de Alunos da Fundação Osorio (APAFO), entidade sem fins lucrativos dirigida pelos próprios pais.

5.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão da Fundação Osorio é acessada no botão "Carta de Serviços ao Cidadão" que está na página da Fundação na internet, por intermédio do link www.fosorio.g12.br. A Carta está, também, disponível na forma impressa para consulta na Secretaria Escolar.

Nela estão todos os serviços que a Escola disponibiliza para os cidadãos, conforme estabelece o Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009. Estão detalhados os procedimentos de como obter os serviços ou as informações que o cidadão ou o usuário deseja ou necessita.

5.3. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

A página eletrônica da Fundação (www.fosorio.g12.br) disponibiliza os e-mails e telefones de suas Divisões e Seções. O cidadão/usuário pode usar o botão "Fale Conosco" localizado na página principal, para solicitar esclarecimentos sobre todas as dúvidas que tiver. Os questionamentos são respondidos em até 24 horas úteis. São também disponibilizados telefones para contato.

Por intermédio da página na internet o cidadão tem acesso às informações relacionadas ao ensino, às atividades programadas e eventos de interesse geral. Também podem ser acessados os Processos de Prestação de Contas Anual (Relatório de Gestão).

5.4. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Com a finalidade de regular a seleção dos candidatos à matrícula para ingresso de novos alunos nos Ensino Fundamental e Médio profissionalizante, a UJ normatiza o processo de admissão de novos alunos na Fundação por Intermédio das "Instruções Reguladoras para Solicitação de Vagas na Fundação Osorio".

Essas Instruções Reguladoras tornam bem claro os procedimentos a serem seguidos, por militares e civis, para terem acesso à Escola. A quantidade de 6699 solicitações de vagas em 2017 é um fator que expressa muito bem a avaliação positiva sobre o desempenho da UJ nos serviços oferecidos ao cidadão. A proporção foi cerca de 51 inscritos para 1 vaga.

Em pesquisa aplicada na Fundação, constatou-se um índice de satisfação de 80%, referentes ao trabalho, instalações, ambiente de trabalho e relacionamento entre as pessoas.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

O resultado do desempenho financeiro foi satisfatório no tocante ao atendimento às necessidades dos dispêndios. Em 2017, a Setorial Contábil não fixou limites de pagamentos mensais como foram impostos em 2016.

O monitoramento é realizado pela Seção de Contabilidade e Finanças que tem o encargo de fazer a estimativa dos ingressos. O montante dos recursos financeiros para o dispêndio mensal é solicitado no início de cada mês.

O estimativo mensal inclui obrigatoriamente todas as empresas contratadas para prestação de serviços continuados. Esta UPC mantém contratos desse jaez com empresas de terceirização, concessionárias de serviços públicos e demais prestadoras de serviço, incluindo os de locação de equipamentos de processamento de dados, de manutenção de ar condicionado e de elevador, de lavanderia e de desinsetização, desratização e descupinização, entre os de maior vulto. Os serviços de fornecimento de energia elétrica, gás, água, publicação na imprensa oficial e telecomunicações são variáveis por dependerem do consumo.

Outro fator a considerar no processamento da estimativa de pagamento é a previsão de liquidação de despesas com a aquisição de material, que é analisada em função da data do empenho e previsão de entrega.

Durante o ano de 2017, todo o recurso financeiro, solicitado a cada início de mês, foi atendido pela Setorial Contábil. Todavia, todos os pagamentos que não foram processados foram consequência da falta de liquidação. Merece atenção ressaltar que as liquidações não efetivadas se deram por motivo de atraso na entrega ou quando o fornecimento de material não obedecia às especificações prescritas no termo de referência.

Além disso, houve casos de empresa de terceirização não apresentar a contento a documentação comprobatória de cumprimento de suas obrigações trabalhistas e sociais e de empresa de prestação de serviços de manutenção bens imóveis não concluir o serviço naquele período estimado para o dispêndio. Esses dois óbices contribuíram para o fluxo de caixa nos meses abaixo fosse atípico e se comportasse como a seguir:

- abril, o mês encerrou com um saldo de R$ 116.606,75, que passou para o mês de maio; entretanto, ao encerrar esse mês em 31/05, o saldo foi de apenas R$ 134,17;
- setembro, o mês encerrou com um saldo de R$ 354.067,89; no entanto, em 23/10, o saldo era de R$ 337,22;
- outubro encerrou com R$ 598.786,92; esse saldo foi devido ao ingresso de R$ 720.000,00 a esse referido valor disponível, pela Setorial Contábil, no dia 25/10; isso posto, acarretou um acréscimo ao montante disponível; porém esse saldo, embora elevado ao final do mês, favoreceu os pagamentos de todas as empresas de terceirização, logo após as liquidações e já do início do mês seguinte; assim, ao final do mês de novembro o saldo era de apenas R$ 217,39;
- dezembro, o estimativo de pagamento para encerrar o exercício financeiro considerou que as empresas contratadas para fornecer material cumpririam as entregas segundo as especificações acordadas; mas não foi o que ocorreu, durante o transcorrer do último mês do ano. A maioria dos itens de Informática referentes à material permanente e de consumo não foram entregues, assim como conjunto de carteiras/mesas escolares e equipamentos para áudio, vídeo e foto; por conseguinte, do saldo existente inicial de R$ 2.078.943,00 em 11/12, esta UPC teve que devolver R$ 410.061.34, antes do encerramento do ano por não ter sido a estimativa de pagamento correspondido às liquidações efetuadas

6.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

a. Se está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBC T 16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos).

Esta UJ aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.l9 e NBC T 16.10.

b. Justificativas em caso de resposta negativa à alínea "a" acima.

- - -

c. Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo.

Adoção da tabela disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) conforme Macrofunção SIAFI 020330 (depreciação).

d. Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão.

Método da Depreciação Linear ou das Cotas Constantes, por ser o método adotado pela Receita Federal do Brasil. Por esse método, a depreciação é calculada em função da alíquota de depreciação mensal, aplicada mensalmente sobre o valor do ativo. A alíquota é percentual obtido por meio da aplicação da taxa anual de vida útil do material.

e. TAXAS utilizadas para os cálculos.

Baseiam-se na vida útil do bem, que está definida na Tabela de Depreciação do Conselho Federal de Contabilidade.

f. Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

Os ativos mantidos pela UPC estão registrados pelo custo de aquisição. Os estoques também são mensurados com base no valor de aquisição. A avaliação da saída (distribuição) dos estoques (bens em almoxarifado) é efetuada pelo preço de entrada. O custo médio ponderado não é utilizado porque esta UPC só realiza novas aquisições, quando o estoque está no nível crítico ou zerado.

Os investimentos, em 2017, correspondem a aquisições de material, que é incorporado ao patrimônio, sofrendo posteriormente a depreciação, aplicado aos ativos.

g. O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela Unidade no exercício.

Permitiu a priorizar a substituição de material por se encontrar desgastado e de recuperação antieconômica, tais quais conjunto de carteiras escolares, armários tipo guarda-roupa e impressoras, o que irá gerar benefícios futuros. No caso, específico do material de informática, o reflexo da utilização desses critérios beneficia a avaliação da obsolescência tecnológica.

6.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DOS CUSTOS

a) Identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso.

Não há, ainda, uma estrutura orgânica definida para gerenciamento de custos, nesta Unidade. O organograma da Fundação Osorio foi fixado na Lei nº 1944/1996, que manteve a mesma estrutura funcional utilizada antes de se tornar uma instituição pública. No organograma, contido na pág. 12, pode ser observado que a estrutura funcional não atende às demandas de uma administração moderna, onde não existem, como exemplos, um setor que trate de comunicação social e nem uma seção voltada para a tecnologia da informação. Antes da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, não havia referência regulatória para a contabilidade de custos no serviço público.

A setorial de custos de vinculação da Unidade Gestora Fundação Osorio é a Diretoria de Contabilidade do Exército.

Esta UPC deu início em 2017 a um processo de implantação de uma sistemática de apuração de custos. Até a sua conclusão, o setor responsável pelos custos é a Seção de Contabilidade e Finanças da Divisão de Administração.

b) Identificação das subunidades administrativas da unidade das quais os custos são apurados.

Quando da publicação da Portaria 437/2012, da Secretaria do Tesouro Nacional, determinando a implantação gradativa de um subsistema de custos até o final de 2014, a Fundação Osorio já ressentia a falta crônica de pessoal nas funções administrativas, com a agravante, naquele período, de não contar com o apoio cerrado do Exército, que atualmente disponibiliza recursos humanos para exercer diversas funções técnicas. Esse grave óbice aliado à estrutura organizacional obsoleta não permitiu que fosse priorizada a adoção de uma sistemática para apuração de custos.

Contudo, a partir de 2017 foi iniciado um estudo para que progressivamente, até o final de 2019, seja definitivamente implantado o subsistema de custos.

Até 2016, as operações de apuração de custos foram consolidadas pela Seção de Contabilidade e Finanças da Divisão de Administração.

Como medida preliminar, em 2017, ficou definido que os custos variáveis do Aluno Curso serão levantados pelas subunidades responsáveis diretamente pela condução dos cursos, quais sejam: as seções de Coordenação do Ensino Médio, de Coordenação do Ensino Fundamental - 1º Segmento e de Coordenação do Ensino Fundamental - 2º Segmento. O custo fixo, as despesas indiretas e a totalização já são encargo da Divisão de Administração, que para melhor integrar o sistema de custos, diante da carência de recursos humanos, só terá como alternativa a contratação de mão de obra especializada em contabilidade de custos em regime de terceirização

c) Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos.

A informatização só será possível após a implantação definitiva de toda a sistemática com a adoção das fórmulas de cálculo e o mapeamento dos processos de apuração.

d) Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos.

A apuração de custos não é uma operação simples. Cada instituição possui suas peculiaridades, conforme o produto final do macroprocesso finalístico. Esta UPC é um estabelecimento de ensino, que não guarda similaridade, para efeito de comparação, com outro do mesmo nível. Portanto, se o produto é o aluno formado, o resultado será o custo do aluno. Parece simples, mas não é. Em uma primeira fase, haverá o cálculo do custo anual (por série) de cada curso para, posteriormente, após 9 e 3 anos, poder ser efetuado o primeiro custo calculado, respectivamente, para o custo total do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

O Custo Aluno Curso será apurado mediante a geração de informação pelas coordenações dos cursos da carga horária de cada professor por matéria e/ou série, da carga total do curso no ano letivo, considerando se o docente tem dedicação exclusiva ou não. O Serviço de Recursos Humanos providenciará a informação sobre a remuneração de todos os servidores.

Serão considerados os custos com a alimentação por aluno, combustível, material de consumo e permanente. O total desses custos será alocado para o efetivo de alunos por curso.

As despesas realizadas com recursos orçamentários da Ação 2000 serão consideradas custos fixos e as da Ação 20XS serão alocadas para os alunos por curso.

O Serviço de Aprovisionamento já dispõe da apuração dos custos com alimentação e a Seção de Material com o consumo de material de limpeza, expediente e manutenção de bens móveis e imóveis.

e) Impactos observados na atuação da unidade, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos.

A adoção da refeição colação na merenda escolar foi implementada após o gerenciamento do custo do café da manhã e do almoço per capita. O aumento do custo foi

perfeitamente ajustado durante a execução orçamentária e o benefício advindo foi o melhoramento do atendimento às necessidades básicas do aluno.

f) Relatórios utilizados pela unidade para análise de custos e tomada de decisão.

O planejamento orçamentário para 2018 foi concebido com os dados consultados no relatório do Sistema Integrado Planejamento e Orçamento (SIOP).

A Seção de Material e a Seção de Contabilidade e Finanças elaboram um relatório onde registram mensalmente os custos segundo a classificação dos subelementos da despesa. Esse documento é um expediente muito utilizado pela Administração para realizar a gestão orçamentária.

A decisão tomada pela Administração para climatização das salas de aula do 1º Segmento do Ensino Fundamental foi precedida do gerenciamento de custos da despesa com a energia elétrica no tocante a kwh e do levantamento da variação do custo da energia elétrica coletada no Portal do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC).

Esta UPC integra o SIC por intermédio da Setorial Contábil do Comando do Exército e estar se preparando por meio de capacitação de servidores no Tesouro Gerencial, que substituirá o SIAFI e será um valioso instrumento na sistemática de apuração de custos.

O SIC já é utilizado por esta UPC para avaliar os custos no sentido de planejar a gestão financeira anual. Entretanto, o sistema não se constitui na principal ferramenta de apuração de custos pelo fato de esta UPC não dispor de servidores suficientemente capacitados no seu uso adequado, não possuir também em seus quadros servidores integrantes dos Comitês de Análise das Informações de Custos e não ser órgão superior do Governo Federal ou unidade de gestão interna reconhecida como órgão setorial de informações de custos da administração pública federal.

6.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas fazem parte do Anexo II, deste RG.

6.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 6.404/76 E NOTAS EXPLICATIVAS

Não se aplica esta UPC.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

7.1.1. Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU

a. Visão geral sobre as deliberações feitas pelo TCU em acórdãos do exercício de referência, informando a quantidade de determinações e recomendações recebidas do TCU comparativamente à quantidade atendida pela UPC em cada uma das classificações (**determinações ou recomendações**).

Quadro 32 – Comparativo de determinações e recomendações

Classificação	Recebido pelo TCU	Atendidas pela Unidade
Determinações	0	0
Recomendações	0	0
Deliberações na Área de Pessoal	0	0

b. Formas de que dispõe para o efetivo acompanhamento das deliberações do Tribunal, tais como designação de área específica, sistema informatizado, estrutura de controles etc.

As deliberações exaradas pelo TCU e as orientações do CCIEX são acompanhadas pela Divisão de Auditoria.

c. Relacionar, na forma do quadro abaixo, as determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU **decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores** que estejam pendentes de atendimento (**não atendidas ou atendidas parcialmente**) no momento da finalização do relatório de gestão, com as devidas justificativas. A discriminação das determinações feitas pelo TCU à Unidade, e não cumpridas, tem por objetivo auxiliar o Tribunal na aplicação do disposto no § 1º do art. 209 da Resolução TCU 246/2011 (Regimento Interno do TCU).

Quadro 33 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
--	--	--	--	--
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

d. Relacionar, de forma individual e com as devidas justificativas, as determinações do TCU que remetem a obrigação de informar sobre o andamento das providências para o relatório de gestão anual.

7.1.2. Tratamento das Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

7.1.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI) atendidas no exercício

a. Visão geral sobre das recomendações feitas pelo seu órgão de controle interno no exercício de referência, informando a quantidade de recomendações recebidas comparativamente à quantidade atendida pela UPC. Destacar, de forma sucinta, as recomendações que tenham provocado maior impacto na gestão da Unidade.

Quadro 34 - Cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Descrição	Total
Número Total de Recomendações	**42**
Número de Recomendações Atendidas	**42**
Indicador de Recomendações Atendidas	100%
Indicador de Recomendações Não Atendidas	**0%**

b. Informar sobre as formas de que dispõe para o efetivo acompanhamento das recomendações do CCIEx, tais como designação de área específica, sistema informatizado, estrutura de controles etc.

A Divisão de Auditoria da Fundação é o órgão interno responsável por acompanhar o cumprimento das recomendações feitas pelo CCIEx.

7.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Não houve constatação de ocorrência de dano ao Erário.

7.3 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES (Art. 5º da Lei 8.666/93)

O pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens e à realização de prestação de serviços foi efetuado em conformidade com cada fonte diferenciada de recursos e obedeceu a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Todos os pagamentos obedeceram ao cronograma estabelecido. Os pagamentos foram efetuados, após a emissão do ateste pelo agente responsável pela verificação da conclusão do recebimento do material ou prestação do serviço, condição essencial para o lançamento contábil da liquidação.

O cronograma seguiu a ordem cronológica registrada no Setor de Expediente da Divisão de Administração, onde são protocoladas todas as notas fiscais ou faturas, segundo a data em que é realizado o ateste. Os pagamentos para as concessionárias de serviço público seguem a data de vencimento.

No caso específico de recebimento de material, a Seção de Material/Almoxarifado mantém um controle próprio por meio de uma planilha, onde são registradas todas as datas de entrega e de conclusão do recebimento.

A liquidação é procedida no mesmo dia em que é feito o ateste. Após esse procedimento, a Tesouraria submete ao OD a autorização para pagamento, que deverá ser precedida da documentação comprobatória da realização da despesa e se a empresa está em dia com suas obrigações fiscais, trabalhistas e sociais. O OD verifica se o cronograma está sendo cumprido, consultando os registros do Setor de Expediente, da Seção de Material e do Serviço de Aprovisionamento, quando se tratar de gêneros alimentícios.

No mesmo dia do ateste do cumprimento da obrigação pelo fornecedor, dependendo do horário, a liquidação foi efetivada e, seguidamente, o pagamento efetuado. Houve situações em que vários pagamentos foram processados no mesmo dia. Dessa forma, em razão de esta UPC não ter

ficado sem dispor de financeiro, durante todo o exercício financeiro, não haveria como não cumprir o cronograma determinado pela lei.

No item **6.1.** DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO, esta UPC relata que os repasses de financeiro para os dispêndios das despesas realizadas foram efetuados mensalmente, de acordo com a estimativa do total de pagamentos a ser processados naquele período. Logo, esta UPC, durante todo o ano de 2017, esta UPC não atrasou pagamentos ou deixar de pagar, em seguida à liquidação.

7.4. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DE CONTRATOS DECORRENTES DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.

Não foi o caso desta UPC por não ter firmado contratos com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento pela Plano Brasil Maior. A maioria das empresas, atualmente, contratadas são optantes do Simples e individual de responsabilidade limitada (EIRELI).

7.5. INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

7.5.1. Despesas com Publicidade

Não houve despesas com publicidade.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

8.1. DESTAQUE DE CRÉDITO RECEBIDO DO FNDE

Foi recebido do Funda Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Destaque de Crédito para atender a despesas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – MC, Processo nº 23034.0000063/2017-21, executado conforme o quadro abaixo:

Quadro 35 – Demonstrativo das Despesas pagas com os recursos do FNDE

NC	PTRES	FONTE	ND	PI	Crédito (R$)
2017NC400028 10/04/2017	111776	0118033907	339032	BFF53F9601N	49.968,00
	111776	0118033907	339032	CFF53M9601N	19.872,00
Total					**69.840,00**
Ordem Bancária	**PTRES**	**FONTE**	**ND**	**PI**	**Pagamento (R$)**
Várias OB (OB)	111776	0118033907	339032	BFF53F9601N	**49.967,90**
Várias OB	111776	0118033907	339032	CFF53M9601N	**19.860,68**
Várias OB					**69.828,58**
NC	**PTRES**	**FONTE**	**ND**	**PI**	**Devolução (R$)**
2017NC000002	111776	0118033907	339032	BFF53F9601N	0,10
2017NC000002	111776	0118033907	339032	CFF53M9601N	11,32
31.10.2017					**11,42**

Fonte: Seção de Contabilidade e Finanças

8.2. DESTAQUE DE CRÉDITO PARA O ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME) – UG 160087

O Destaque de Crédito foi realizado, em 07/03/2017, para uma operação de ressarcimento de despesas entre órgãos da administração federal, que no caso específico desta UPC foi destinado ao Comando Logístico (UG 160504) para realizar o suprimento de combustível necessário para atender às atividades de transporte no exercício financeiro e de funcionamento do gerador elétrico que opera com óleo diesel. Este processamento está amparado no § 2º, do inciso IV, do Art. 12.A, do Decreto nº 8.180, de 30/12/2013, que dispensa a formalização de termo.

O valor foi de R$ 40.160,00 (quarenta mil e cento e sessenta reais), calculado em função do preço unitário praticado, naquela data, de R$ 3,54 para a gasolina comum e de R$ 3,32 para o óleo diesel. O suprimento compreendeu 9.000 litros de gasolina e 8.300 litros de óleo diesel.

8.3. DESTAQUE DE CRÉDITO DO FUNDO DO EXÉRCITO

Esta UPC foi provisionada, 22/12/2017, em R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) pelo Fundo do Exército - UG 167086, por meio da 2017NC001979,em caráter excepcional, para adquirir uma chave *switch,* material permanente de informática, que operacionaliza a interligação da Fundação Osorio com a Redecomep. Esse sistema é uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), coordenada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e tem como objetivo implementar redes de alta velocidade nas regiões metropolitanas do país servidas pelos Pontos de Presença da RNP. Em face de a cotação na licitação realizada ter sido de R$ 39.499,98, o saldo foi empenhado na aquisição de outros materiais de informática. Por ter sido essa despesa em 27/12/2017, foi inscrita em Restos as Pagar não processados.

Vale ressaltar que o PPA 2016/2019 incluiu o programa 06L2, que trata da promoção do compartilhamento de infraestruturas e serviços por intermédios das redes de comunicação do governo.

8.4. APLICAÇÃO FINANCEIRA

Esta UPC mantém uma poupança no Banco do Brasil, aberta em 2016, com recursos de arrecadações de exploração econômica de bens, auferidas em exercícios anteriores, que não foram computados para a realização das despesas, durante aqueles períodos, por falta de provisão de crédito.

Esse recurso financeiro impactava o limite de pagamento de despesas, preconizado pelo Decreto 8.670/2016, ao estabelecer em seu § 4°, do Art. 3º, Limites de Pagamento (LP) mensais para as UO, que não poderiam ser ultrapassados No caso desta UPC, esse valor correspondia a R$ 552.984,81 (quinhentos e cinquenta e dois mil e novecentos oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

Por orientação da Secretaria de Economia e Finanças do Exército, foi realizada a referida aplicação financeira. O saldo, em 31 de dezembro de 2017, de foi de R$ 616.856,57 (seiscentos e dezesseis mil e oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e sete centavos).

A utilização desses recursos é, atualmente, objeto de estudo e planejamento de um projeto de investimento na infraestrutura e/ou aquisição de material, que seja prioritário, segundo o princípio da efetividade.

9. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

9.1. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

O Relatório de Correição está inserido diretamente no e-contas.

9.2. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NO SIASG E NO SICONV

A Declaração encontra-se anexa a este relatório e na aba de “Relatórios, pareceres e declarações”.

9.2.1. Declaração de Atualização de Dados no SIASG

As informações referentes a contratos firmados estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), conforme declarações abaixo:

DECLARAÇÃO

Eu, **Dilcéia da Silva Ramos Rosa**, **CPF n° 805.587.207-49**, **Chefe da Seção de Gestão de Contratos**, exercido na **Fundação Osorio** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados no **período de 01 de janeiro a 03 de setembro de 2017** por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a **LDO 2017** e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro – RJ, 28 de março de 2017.

Dilcéia da Silva Ramos Rosa
805.587.207-49
Chefe da Seção de Gestão de Contratos

DECLARAÇÃO

Eu, **João José Renault dos Santos CPF 432.859.296-34**, **Chefe da Seção de Gestão de Contratos**, exercido na **Fundação Osorio** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados período **de 04 de setembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017** por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a **LDO 2017** e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro RJ, 28 de março de 2017.

João José Renault dos Santos
432.859.296-34
Chefe da Seção de Gestão de Contratos

9.2.2. Declaração de Atualização de Dados no SICONV

Esta UPC não firmou convênios ou outros instrumentos congêneres

9.3. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISAC

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da **Fundação Osorio** estão devidamente registrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Rio de janeiro - RJ, 28 de março de 2018

Samuel Roberto da Silva
569.165.907-34
Chefe do Serviço de Recursos Humanos

9.4. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da **Fundação Osorio** obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Rio de Janeiro RJ, 28 de março de 2018.

Samuel Roberto da Silva
569.165.907-34
Chefe do Serviço de Recursos Humanos

9.5. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de janeiro - RJ, 28 de março de 2018

Regina Célia Ferreira Gomes da Silva
551.009.967-49
Contador Responsável

9.6. INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL

a. Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UPC, identificando a instância responsável pelo realização de tal conformidade e as Unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade.

Quadro 36 – Processo de verificação da conformidade contábil

Processo de verificação da conformidade contábil:	
"A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tem por base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade dos Registros de Gestão, o Manual SIAFI, e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise realizado pelo responsável pelo seu registro. O registro da Conformidade Contábil compete ao profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim. O Conformador Contábil, em observância ao princípio da segregação de função, não exerce quaisquer funções conflitantes com sua atividade de realizar a Conformidade Contábil. O registro da conformidade contábil de UG é feita pela Unidade Orçamentária Fundação Osorio e a conformidade de Órgão e Órgão Superior pela Diretoria de Contabilidade (D Cont), tendo por base os auditores contábeis do SIAFI."	
Responsável Conformidade Contábil:	UG Setorial Contábil: 164204 Nome:Fundação Osorio Código da UO: 52222
Unidades Gestoras Executoras (UGE):	164204 – Fundação Osorio

b. Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício.

Quadro 37 – Quantidade de ocorrências observadas no exercício

Classificação das Ocorrências Contábeis	Quantidade de ocorrências observadas no exercício
Alerta	-
Ressalva	-
Total	-

c. Descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

Quadro 38 – Ocorrências e principais justificativas

Descrição de Ocorrência Não Sanada até o final de 2017		Justificativas da Não Regularização.
Alerta	-	-
	-	-
Ressalvas	-	-
	-	-

9.7. DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁVEIS NO SIAFI

DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação completa da Unidade	**Código de UG**
Fundação Osorio	**164204**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, I Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, exercício de **2017**, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patr unidades acima relacionadas.

Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Rio de janeiro - RJ	**Data**	26/03/2018
Contador Responsável	**Regina Célia Ferreira Gomes da Silva**	**CRC nº**	RJ 072720-O/8

9.8. RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE

Não houve contratação de auditor independente.

9.9. RELATÓRIO E/OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O relatório e o parecer da Divisão de Auditoria são o Anexo VII e estão inserido diretamente no e-contas.

9.10. PARECER DE CONSELHO

Transcrição do Parecer exarado pelo Conselho Deliberativo em reunião realizada no dia 21 de março de 2018.

"Em cumprimento ao estabelecido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no art 13 da Instrução Normativa nº63, de 01 de setembro de 2010 e considerando dispositivo da DN/TCU n° 161/17 e DN/TCU n° 163/17, que trata de pareceres de instâncias obrigadas a se pronunciarem sobre a gestão, e dispositivos da Portaria nº 814/Cmt Ex, de 28 de setembro de 2012, que institui normas para organização e apresentação de processos de prestação de contas anual; bem como o contido no Art 30 do Estatuto da Fundação Osorio (**Decreto nº 1.944, de 27/06/96**), o Conselho Deliberativo resolve:

1. Emitir parecer favorável como ato conseqüente à apreciação, exame e análise dos documentos apresentados no decorrer do exercício de 2017, que refletem a situação financeira e patrimonial, na data de 31 de dezembro de 2017, decorrentes dos atos e/ou fatos administrativos consubstanciados na documentação que se segue:

1.1 – Relatório de Gestão;

1.2 – Parecer da Auditoria Interna.

2. Aprovar a Prestação de Contas referente ao exercício de 2017 da Fundação Osorio."

10. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dotação orçamentária de 2017 atendeu às necessidades da Escola depois que os quantitativos previstos para as ações 2000 (Administração da Unidade) e 20XS (Ensino Assistencial). Os limites de pagamento mensais foram compatíveis e perfeitamente sincronizados entre os ingressos e os dispêndios financeiros. Além disso, os reajustes das tarifas **públicas dissídios coletivos** não impactaram tanto o planejamento orçamentário, contribuindo efetivamente para execução do Plano de Gestão e de um efetivo desempenho operacional na consecução das metas e etapas para este ano. Cabe destacar, o aumento do sucesso escolar, a melhoria da estrutura organizacional, o aumento do intercâmbio entre as partes e a boa execução orçamentária.

A Escola continua com falta de professores e de pessoal de apoio, tendo que valer-se de acordos e parcerias que sustentam o apoio de militares provenientes das diferentes organizações militares sediadas na cidade do Rio de Janeiro.

Apesar dessas limitações e dos contratempos por ela causados, não houve prejuízo no desenvolvimento das atividades executadas pelos processos finalísticos da Fundação Osorio em 2017, sendo todos os seus clientes atendidos efetivamente.

Os resultados alcançados são coroamento de um trabalho continuado, da determinação e do entusiasmo de uma equipe, cujas ações têm contribuído, decididamente, para que as melhorias contínuas continuem a acontecer. Podemos afirmar que começamos um novo ano com a sensação do dever cumprido em 2017.

“Fundação Osorio formando hoje o cidadão do amanhã”

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

LUIZ SÉRGIO MELUCCI SALGUEIRO
Presidente da Fundação Osorio

“Fundação Osorio formando hoje o cidadão do amanhã”

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018.

LUIZ SÉRGIO MELUCCI SALGUEIRO
Presidente da Fundação Osorio

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
FUNDAÇÃO OSORIO

Anexo I

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

1. SITUAÇÃO DO INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS

a) Rua Paula Ramos, 165 – Rio Comprido – CEP 20261-210

- Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) 6001.04324.500-6
- imóvel destinado à administração da Fundação Osorio, construído em dois andares e área de estacionamento; área de terreno utilizada (m²): 1.856,92,

b) Rua Paula Ramos, 52 – Rio Comprido – CEP 20261-210

- Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) 6001.04322.500-5
- complexo imobiliário onde se encontra a infraestrutura acadêmica, composto de: Complexo Desportivo, Liceu, Biblioteca, Auditório, Capela e Pavilhões dos cursos.

c) Rua Paula Ramos, 90 – Rio Comprido – CEP 20261-210

- Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) 6001.04328.500-8
- terreno não utilizado, área de terreno utilizada (m²): 500

d) Rua São Clemente, 175 – Botafogo – CEP 22260- 001

- Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) 6001.04326.500-7
- casa histórica incluída no patrimônio como herança deixada por Francisca Osorio, área de terreno utilizada (m²): 1.525; é tombada pelo patrimônio histórico municipal.

2. QUADRO DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIZAÇÃO NO SPIUNet

Identificação RIP 6001.	**Antes da Correção (R$)**			**Depois da Correção (R$)**		
	Terreno	Benfeitoria	Total	Terreno	Benfeitoria	Total
04323.500-0 Rua Paula Ramos 52	3.761.042,75	150.550,04	3.761.042,75	**4.241.606,04**	150.550,04	**4.392.156,89**
04325.500-1 Rua Paula Ramos 165	30.940,71	1.296.303,19	1.327.243,19	**1.521,303,11**	1.296.303,19	**2.817.906,30**
04329.500.3 Rua Paula Ramos 90	30.940,71	0,00	30.940,71	**31.610,27**	0,00	**31.610,27**
04323.500-0 Rua São Clemente 172	0,00	1.699.826,62	1.699.826,62	0,00	1.699.826,62	1.699.826,62
-			6.969.604,02			**8.941.500,08**

3. EXPOSIÇÃO DO CÁLCULO

a. Rua Paula Ramos, 52

- O valor do m² foi reajustado de R$ 17,10 para R$ 19,28; (aproximação realizada pelo Setor de Patrimônio do valor unitário de R$ 2,1844, calculado em função da variação do IPCA em 2015). Houve um acréscimo de **R$ 480.564,10** no valor total do terreno de 220.000,00 m². Em consequência, passou de R$ 3.761.042,75 para R$ 4.241.606,04.

b. Rua Paula Ramos, 165

- O valor do m² do terreno foi reajustado de R$ 16,66 para R$ 819,42, em função do cálculo efetuado pelo Setor de Patrimônio, ao considerar a variação do IPCA de 2015. Houve um

acréscimo de **R$ 1.490.662,40** no total do terreno de 1.856,92 m². Em consequência, passou de R$ 30.940,71 para R$ 1.521.603,11.

c. Rua Paula Ramos, 90

- O valor do m² foi reajustado de R$ 61,88 para R$ 63,22, em função do cálculo efetuado pelo Setor de Patrimônio, ao considerar a variação do IPCA de 2015. Houve um acréscimo de R$ **669,56.** Em consequência, o valor total desse imóvel passou para R$ 31.610,27.

d. Totalização dos Valores Compatibilizados no SPIUnet

- R$ 480.564,10 + R$ 1.490.662,40 + 669,56 = **R$ 1.971.896,06**. Este total corresponde ao valor constante no SIAFI na conta 1.2.3.2.1,**02**.00 – BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUnet.

- R$ 1.971.896,06 + R$ 6.969.604,02 (valor total do patrimônio imobiliário que estava registrado no SPIUnet) = R$ 8.941.500,08, que corresponde ao mesmo valor lançado na conta do SIAFI 1.2.3.2.1.**01**.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet.

4. BALANCETE CONTÁBIL SIAFI – DEMONSTRA

__ SIAFI2018-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANCETE (BALANCETE CONTABIL)
19/03/2018 10.26 TODOS OS SALDOS USUARIO: ABREU
UG : 164204 - FUNDACAO OSORIO TELA: 001
GESTAO : 16204 - FUNDACAO OSORIO CONF. SEM RESTRICAO
FEVEREIRO DE 2018 - FECHADO POSICAO ATE O MES
SALDO EXERC ANT. MOVIMENTO DEVEDOR MOVIMENTO CREDOR SALDO ATUAL R$
----------GLOBAL(REAL+OUTRAS MOEDAS) EM REAL

1.2.3.2.1.01.00 BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET
8.941.500,08 0,00 0,00 **8.941.500,08** D

1.2.3.2.1.01.01 IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS
1.699.826,62 0,00 0,00 1.699.826,62 D (RUA SÃO CLEMENTE, 175)

1.2.3.2.1.01.02 EDIFICIOS
2.817.906,30 0,00 0,00 2.817.906,30 D (RUA PAULA RAMOS,165)

1.2.3.2.1.01.03 TERRENOS/GLEBAS
31.610,27 0,00 0,00 31.610,27 D (RUA PAULA RAMOS,90)

1.2.3.2.1.01.07 IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL
4.392.156,89 0,00 0,00 4.392.156,89 D (RUA PAULA RAMOS,52)

5. RELAÇÃO DETALHADA DE IMÓVEIS DA UG 164204 – SPIUnet

20/03/2018 SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - 20/03/2018

Retornar | Consulta Imóvel por UG | Menu

Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município

Parâmetros da Pesquisa

Proprietário Oficial :**Todos**
UF :**Todas**
Situação :**Ativo** Certificação :**Ambos**

UG : 164204 - FUNDACAO OSORIO

Total de Imóveis: 4	Valores em R$	
	Terreno :	7.494.646,85
	Benfeitoria :	1.446.853,23
	Imóvel :	8.941.500,08

UF : RJ - Rio de Janeiro

Total de Imóveis: 4	Valores em R$	
	Terreno :	7.494.646,85
	Benfeitoria :	1.446.853,23
	Imóvel :	8.941.500,08

Município : 6001 - RIO DE JANEIRO

Total de Imóveis: 4	Valores em R$	
	Terreno :	7.494.646,85
	Benfeitoria :	1.446.853,23
	Imóvel :	8.941.500,08

RIP : 6001.04322.500-5

Rua PAULA RAMOS, 52	Valores em R$	
RIO COMPRIDO	Terreno :	4.241.606,85
CEP 20261-210	Benfeitoria :	150.550,04
	Imóvel :	4.392.156,89

RIP : 6001.04324.500-6

Rua PAULA RAMOS, 165	Valores em R$	
RIO COMPRIDO	Terreno :	1.521.603,11
CEP 20261-210	Benfeitoria :	1.296.303,19
	Imóvel :	2.817.906,30

RIP : 6001.04326.500-7

Rua SAO CLEMENTE, 175	Valores em R$	
BOTAFOGO	Terreno :	1.699.826,62
CEP 22260-001	Benfeitoria :	0,00
	Imóvel :	1.699.826,62

RIP : 6001.04328.500-8

Rua PAULA RAMOS, 90	Valores em R$	
RIO COMPRIDO	Terreno :	31.610,27
CEP 20261-210	Benfeitoria :	0,00
	Imóvel :	31.610,27

Informações extraídas em 20/03/2018 09:00

Imprimir

Secretaria do Patrimônio da União

6. DEMONSTRA – BALANCETE CONTÁBIL

No Balancete abaixo estão relacionadas as contas 1.2..3.2.1.01.00 – BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET e 1.2.3.1.02..00 – BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUnet. Pode ser observado que o valor registrado na conta dos Bens Não Registrados já foi efetivamente compatibilizado na conta dos Bens Registrados.

Em face de, ainda, a conta 02 (Bens não registrados) não estar anulada, ela fica contabilizada em duplicidade, conforme demonstrado nos balancetes abaixo:

__ SIAFI2018-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANCETE (BALANCETE CONTABIL)____
19/03/2018 10.30 TODOS OS SALDOS USUARIO: ABREU
UG : 164204 - FUNDACAO OSORIO TELA: 00
GESTAO : 16204 - FUNDACAO OSORIO CONF. SEM RESTRICA
FEVEREIRO DE 2018 - FECHADO POSICAO ATE O MES
SALDO EXERC ANT. MOVIMENTO DEVEDOR MOVIMENTO CREDOR SALDO ATUAL R$

----------GLOBAL(REAL+OUTRAS MOEDAS) EM REA

1.2.3.2.1.02.00 BENS DE USO ESPECIAL NAO REGISTRADOS SPIUNET

1971896,06 0,00 0,00 **1.971.896,06**

1.2.3.2.1.02.02 EDIFICIOS

1971226,50 0,00 0,00 1.971.226,50

1.2.3.2.1.02.03 TERRENOS/GLEBAS

669,56 0,00 0,00 669,56

__ SIAFI2018-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANCETE (BALANCETE CONTABIL)___

UG : 164204 - FUNDACAO OSORIO TELA: 001

GESTAO : 16204 - FUNDACAO OSORIO CONF. SEM RESTRICAO

FEVEREIRO DE 2018 - FECHADO POSICAO ATE O MES

SALDO EXERC ANT. MOVIMENTO DEVEDOR MOVIMENTO CREDOR SALDO ATUAL R$

----------GLOBAL(REAL+OUTRAS MOEDAS) EM REAL

1.2.3.2.1.00.00 BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO

10.913.396,14 0,00 0,00 10.913.396,14 D

1.2.3.2.1.01.00 BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET

8.941.500,08 0,00 0,00 8.941.500,08 D

1.2.3.2.1.02.00 BENS DE USO ESPECIAL NAO REGISTRADOS SPIUNET

1.971.896,06 0,00 0,00 1.971.896,06 D

Rio de Janeiro, RJ, 28 de março de 2017.

ANEXO II

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 164204 - FUNDACAO OSORIO
ORGÃO SUPERIOR 52222 - FUNDACAO OSORIO
EXERCíCIO 2017
PERíODO Anual
EMISSÃO 06/02/2018

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**	ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**
Receitas Orçamentárias	**888.007,97**	**843.468,09**	**Despesas Orçamentárias**	**22.207.816,57**	**18.907.267,72**
Ordinárias	**1.370,17**	**-**	**Ordinárias**	**21.192.863,23**	**16.130.806,82**
Vinculadas	**886.637,80**	**843.468,09**	**Vinculadas**	**1.014.953,34**	**2.776.460,90**
Doações	766.469,54	696.979,75	Seguridade Social (Exceto RGPS)	69.828,58	2.002.825,69
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	120.168,26	146.488,34	Doações	776.097,86	686.646,99
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	169.026,90	86.988,22
Transferências Financeiras Recebidas	**21.506.572,62**	**17.508.152,06**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**1.370,17**	**65,00**
Resultantes da Execução Orçamentária	20.874.548,31	17.433.434,11	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasse Recebido	20.874.548,31	17.433.434,11	Independentes da Execução Orçamentária	1.370,17	65,00
Independentes da Execução Orçamentária	632.024,31	74.717,95	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.370,17	65,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	632.024,31	74.652,95	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		65,00	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	**621.873,74**	**802.282,02**	**Despesas Extraorçamentárias**	**783.379,48**	**152.677,33**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	712.339,95	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	712.339,95	151,44
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	621.873,74	79.611,89	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	71.039,53	142.195,71
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	10.330,18	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	10.330,18
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	**687.736,75**	**593.844,63**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**711.624,86**	**687.736,75**
Caixa e Equivalentes de Caixa	687.736,75	593.844,63	Caixa e Equivalentes de Caixa	711.624,86	687.736,75
TOTAL	**23.704.191,08**	**19.747.746,80**	**TOTAL**	**23.704.191,08**	**19.747.746,80**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

ANEXO III

TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 164204 - FUNDACAO OSORIO
ORGÃO 52222 - FUNDACAO OSORIO
EXERCíCIO 2017
PERíODO Anual
EMISSÃO 06/02/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORCAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**1.013.683,00**	**1.013.683,00**	**888.007,97**	**-125.675,03**
Receitas Tributárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**232.124,00**	**232.124,00**	**119.308,26**	**-112.815,74**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	203.644,00	203.644,00	119.308,26	-84.335,74
Valores Mobiliários	28.480,00	28.480,00	-	-28.480,00
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita Industrial	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas de Serviços	**-**	**-**	**-**	**-**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	**778.800,00**	**778.800,00**	**766.469,54**	**-12.330,46**
Outras Receitas Correntes	**2.759,00**	**2.759,00**	**2.230,17**	**-528,83**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.759,00	2.759,00	2.230,17	-528,83
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	**-**	**-**	**-**	**-**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-

Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	**1.013.683,00**	**1.013.683,00**	**888.007,97**	**-125.675,03**
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**1.013.683,00**	**1.013.683,00**	**888.007,97**	**-125.675,03**
DEFICIT			**21.319.808,60**	**21.319.808,60**
TOTAL	**1.013.683,00**	**1.013.683,00**	**22.207.816,57**	**21.194.133,57**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS	SALDO DA
DESPESAS CORRENTES	**20.564.246,00**	**22.000.124,00**	**21.633.078,17**	**21.227.552,46**	**21.227.552,46**	**367.045,83**
Pessoal e Encargos Sociais	**12.851.256,00**	**14.244.183,00**	**14.173.715,01**	**14.173.715,01**	**14.173.715,01**	**70.467,99**
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**7.712.990,00**	**7.755.941,00**	**7.459.363,16**	**7.053.837,45**	**7.053.837,45**	**296.577,84**
DESPESAS DE CAPITAL	**533.000,00**	**533.000,00**	**574.738,40**	**358.390,37**	**358.390,37**	**-41.738,40**
Investimentos	**533.000,00**	**533.000,00**	**574.738,40**	**358.390,37**	**358.390,37**	**-41.738,40**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**21.097.246,00**	**22.533.124,00**	**22.207.816,57**	**21.585.942,83**	**21.585.942,83**	**325.307,43**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**21.097.246,00**	**22.533.124,00**	**22.207.816,57**	**21.585.942,83**	**21.585.942,83**	**325.307,43**
TOTAL	**21.097.246,00**	**22.533.124,00**	**22.207.816,57**	**21.585.942,83**	**21.585.942,83**	**325.307,43**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**-**	**72.021,89**	**63.449,53**	**63.449,53**	**8.572,36**	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**-**	**72.021,89**	**63.449,53**	**63.449,53**	**8.572,36**	**-**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**7.590,00**	**7.590,00**	**7.590,00**	**-**	**-**
Investimentos	**-**	**7.590,00**	**7.590,00**	**7.590,00**	**-**	**-**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**-**	**79.611,89**	**71.039,53**	**71.039,53**	**8.572,36**	**-**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**-**	**698.963,95**	**698.963,95**	**-**	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**-**	**698.963,95**	**698.963,95**	**-**	**-**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**13.376,00**	**13.376,00**	**-**	**-**
Investimentos	**-**	**13.376,00**	**13.376,00**	**-**	**-**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**-**	**712.339,95**	**712.339,95**	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

ANEXO IV

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 164204 - FUNDACAO OSORIO
ORGÃO 52222 - FUNDACAO OSORIO
EXERCíCIO 2017
PERíODO Anual
EMISSÃO 06/02/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	**1.300.524,24**	**1.259.304,54**	**PASSIVO CIRCULANTE**	-	**712.339,95**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**711.624,86**	**687.736,75**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto**	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**13.600,20**	**4.837,40**	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	-	**677.882,86**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	-	-
Estoques	**575.299,18**	**566.730,39**	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	**Provisões a Curto Prazo**	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	-	**34.457,09**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**12.150.190,69**	**9.922.164,75**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo**	-	-
Estoques	-		**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	-	-
Investimentos	**46.436,17**	**46.436,17**	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	-	-
Participações Permanentes	-	-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	**Provisões a Longo Prazo**	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/	-	-	**Resultado Diferido**	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para	-	-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	-	**712.339,95**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	-		
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Demais Investimentos Permanentes	46.436,17	46.436,17	**Patrimônio Social e Capital Social**	-	-
Demais Investimentos Permanentes	46.436,17	46.436,17	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	**Reservas de Capital**	-	-
Imobilizado	**12.103.754,52**	**9.875.728,58**	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	-	-
Bens Móveis	1.206.663,85	936.947,47	**Reservas de Lucros**	-	-
Bens Móveis	2.818.990,69	2.450.760,33	**Demais Reservas**	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.612.326,84	-1.513.812,86	**Resultados Acumulados**	**13.450.714,93**	**10.469.129,34**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	2.981.585,59	-1.024.800,30
Bens Imóveis	10.897.090,67	8.938.781,11	Resultados de Exercícios Anteriores	10.469.129,34	6.708.396,25
Bens Imóveis	10.913.396,14	8.941.500,08	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-16.305,47	-2.718,97	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**13.450.714,93**	**10.469.129,34**
	-	-			

Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	**13.450.714,93**	**11.181.469,29**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**13.450.714,93**	**11.181.469,29**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**	ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**
ATIVO FINANCEIRO	**711.624,86**	**687.736,75**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**621.873,74**	**791.951,84**
ATIVO PERMANENTE	**12.739.090,07**	**10.493.732,54**	**PASSIVO PERMANENTE**	**-**	**-**
			SALDO PATRIMONIAL	**12.828.841,19**	**10.389.517,45**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos	**2017**	**2016**	ESPECIFICAÇÃO ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos	**2017**	**2016**
SALDO DOS ATOS	**-**	**-**	**SALDO DOS ATOS**	**5.105.381,21**	**4.897.691,68**
Execução dos Atos Potenciais	-	-	Execução dos Atos Potenciais	5.105.381,21	4.897.691,68
Garantias e Contragarantias	-	-	Garantias e Contragarantias	-	-
Direitos Conveniados e Outros	-	-	Obrigações Conveniadas e	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a	5.105.381,21	4.897.691,68
Outros Atos Potenciais Ativos a	-	-	Outros Atos Potenciais	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**TOTAL**	**5.105.381,21**	**4.897.691,68**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-506.485,16**
Recursos Vinculados	**596.236,28**
Doações	34.489,73
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	561.746,55
TOTAL	**89.751,12**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

ANEXO V

TITULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 164204 - FUNDACAO OSORIO
ORGÃO 52222 - FUNDACAO OSORIO
EXERCíCIO 2017
PERíODO Anual
EMISSÃO 06/02/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	**2016**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**24.368.726,64**	**18.355.088,75**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**-**	**-**
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**119.308,26**	**143.836,83**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	119.308,26	143.836,83
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**22.275.292,15**	**18.208.600,41**
Transferências Intragovernamentais	21.506.572,62	17.508.152,06
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	766.469,54	696.979,75
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.249,99	3.468,60
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**1.971.896,06**	**-**
Reavaliação de Ativos	1.971.896,06	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**2.230,17**	**2.651,51**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	310,80
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.230,17	2.340,71

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**21.387.141,05**	**19.379.889,05**
Pessoal e Encargos	**10.545.005,53**	**9.375.525,30**
Remuneração a Pessoal	8.076.720,85	7.109.239,76
Encargos Patronais	1.766.800,80	1.521.779,04
Benefícios a Pessoal	701.483,88	744.506,50
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**4.425.038,04**	**3.508.824,91**
Aposentadorias e Reformas	3.746.892,33	2.944.688,09
Pensões	660.006,29	549.535,50
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.139,42	14.601,32
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**6.356.704,10**	**6.391.441,12**
Uso de Material de Consumo	831.631,23	899.952,03
Serviços	5.412.972,39	4.736.922,43
Depreciação, Amortização e Exaustão	112.100,48	754.566,66
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**1.370,17**	**65,00**
Transferências Intragovernamentais	1.370,17	65,00
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**-**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	**-**	**6.079,48**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	6.079,48
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**59.023,21**	**97.953,24**
Premiações	4.500,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	54.523,21	97.953,24
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**2.981.585,59**	**-1.024.800,30**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	**2016**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

ANEXO VI

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 164204 - FUNDACAO OSORIO
ORGÃO 52222 - FUNDACAO OSORIO
EXERCíCIO 2017
PERíODO Anual
EMISSÃO 06/02/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**403.244,48**	**213.309,15**
INGRESSOS	**22.394.580,59**	**18.361.950,33**
Receitas Derivadas e Originárias	**121.538,43**	**146.488,34**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	119.308,26	144.082,63
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	65,00
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	2.230,17	2.340,71
Transferências Correntes Recebidas	**766.469,54**	**696.979,75**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	766.469,54	696.979,75
Outros Ingressos das Operações	**21.506.572,62**	**17.518.482,24**
Ingressos Extraorçamentários	-	10.330,18
Transferências Financeiras Recebidas	21.506.572,62	17.508.152,06
DESEMBOLSOS	**-21.991.336,11**	**-18.148.641,18**
Pessoal e Demais Despesas	**-20.288.893,69**	**-16.661.600,38**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-15.812.166,49	-13.084.999,67
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-4.406.898,62	-3.494.223,59
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-69.828,58	-82.377,12
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-

Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-1.701.072,25**	**-1.476.645,62**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-1.701.072,25	-1.476.645,62
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	**-1.370,17**	**-10.395,18**
Dispêndios Extraorçamentários	-	-10.330,18
Transferências Financeiras Concedidas	-1.370,17	-65,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-379.356,37**	**-119.417,03**
INGRESSOS	**-**	**-**
Alienação de Bens	**-**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-379.356,37**	**-119.417,03**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-367.356,37**	**-119.417,03**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-12.000,00**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**23.888,11**	**93.892,12**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**687.736,75**	**593.844,63**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**711.624,86**	**687.736,75**